

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Thiago Noschang Cabral

**A POLÍTICA EXTERNA ARGENTINA NA AURORA DO SÉCULO XX
(1916-1955): POR UMA TERCEIRA POSIÇÃO NA ERA DOS EXTREMOS**

Santa Maria, RS
2023

Thiago Noschang Cabral

**A POLÍTICA EXTERNA ARGENTINA NA AURORA DO SÉCULO XX (1916-1955):
POR UMA TERCEIRA POSIÇÃO NA ERA DOS EXTREMOS**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Günther Richter Mros
Coorientador: Prof. Me. João Vitor Sausen

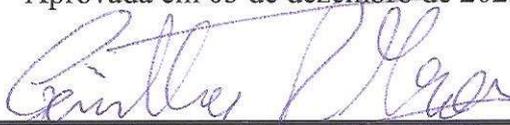
Santa Maria, RS
2023

Thiago Noschang Cabral

**A POLÍTICA EXTERNA ARGENTINA NA AURORA DO SÉCULO XX (1916-1955):
POR UMA TERCEIRA POSIÇÃO NA ERA DOS EXTREMOS**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em 05 de dezembro de 2023:



Günther Richter Mros, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Documento assinado digitalmente



JOAO VITOR SAUSEN

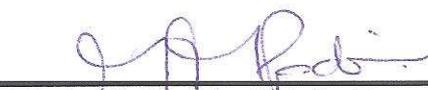
Data: 13/12/2023 11:15:04-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

João Vitor Sausen, Me. (UFSM)
(Coorientador)



José Renato Ferraz da Silveira, Dr. (UFSM)
(Avaliador)



Maria Medianeira Padoin, Dra. (UFSM)
(Avaliadora)

Santa Maria, RS
2023

Em memória das minhas avós Rosalina Noschang e Santa Ema Sortida Schirmer, as
estrelas-guias da minha vida.

AGRADECIMENTOS

O resultado final desse trabalho, reforça a premissa de que nada na vida pode ser feito de forma independente, em sua totalidade. Dessa forma, como uma pequena forma de gratidão, trago alguns nomes que se destacaram nos momentos em que mais precisei de apoio, independentemente do seu tipo.

Agradeço primeiramente a minha família que sem sombras de dúvidas é a melhor que eu poderia ter. A minha mãe, Cristiane, que em cada segundo da minha vida me apoiou com o seu amor incondicional pela família. ao meu pai, Fernando, porto-seguro em tempos de incerteza e melhor amigo em todas as felicidades. ao meu *paidrasto*, Carlos, que em cada etapa do processo se fez presente quando necessário, com um amor e dedicação que hoje sinto como se sempre estivesse por perto. Ao meu irmão, Bruno, que desde os meus primeiros dias de vida foi o mais atencioso irmão que eu poderia pedir, mesmo quando quilômetros nos distanciam fisicamente. A todos estes, saibam que quando fui abatido pelo cansaço, lembrar da árdua trajetória que cada um enfrentou e segue enfrentando preencheu meu coração de determinação em cada instante.

Ao meu Orientador, Günther Richter Mros que não apenas me orientou, mas também foi exemplo de pessoa e professor, com toda excelência que os termos podem ter. Tenho orgulho de considerá-lo um amigo próximo. Todos os momentos compartilhados são uma parte da minha memória que as areias do tempo jamais conseguirão sobrepujar.

Ao meu Coorientador, João Vitor Sausen que sempre esteve à minha disposição – mesmo quando no exterior –, contribuindo com valiosas ideias, livros e sugestões dos quais o presente trabalho não teria sido possível sem.

Aos meus amigos Carlos, Isadora, Gabriel, Jordana, Luigi, Pietra, Rafael, Victor, Vinicius, que sempre estiveram comigo sempre quando precisei. Tenho imensa gratidão por compartilhar com vocês um mesmo tempo e espaço na imensidão da existência.

Agradeço também a UFSM; professores e demais funcionários que desempenham a função vital de viabilizar a educação, assim como os docentes e discentes do Curso de Relações Internacionais que acreditam na capacidade transformadora do ensino, defendendo incansavelmente sua acessibilidade e qualidade.

Tenho visto dois grandes países exercer a hegemonia comercial no continente americano. Tenho visto a marcha triunfal... do dólar e da libra esterlina e o que é mais estranho, tenho observado como nação, toda espírito, França, organizar a cultura e a alma americana, com milhares de volumes. Se umas nações nos arrebataram a matéria e outra o espírito, dissei-me que nos resta na América? Muito.

Que nos resta fazer? Tudo (Auxílio Berdien, 1930 apud Cervo 2001, p. 53).

RESUMO

A POLÍTICA EXTERNA ARGENTINA NA AURORA DO SÉCULO XX (1916-1955): POR UMA TERCEIRA POSIÇÃO NA ERA DOS EXTREMOS

AUTOR: Thiago Noschang Cabral
ORIENTADOR: Dr. Günther Richter Mros
COORIENTADOR: Me. João Vitor Sausen

A seguinte monografia está centrada na análise estrutural da política externa argentina entre 1916 e 1955. Para tanto, é utilizado o conceito de “forças profundas” elaborado por Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle (1967) para se entender como que a política externa é resultado de um acumulado histórico da sociedade e suas elites. Com base na obra dos autores, foram destacadas três variáveis: a) as forças econômicas, b) as forças demográficas e c) as forças do sentimento nacional. Também, é adotada a perspectiva de Cervo (2008) para se definir política externa enquanto um resultado compartilhado de diferentes forças sociais e não apenas restrita aos tomadores de decisão. A pergunta central que o trabalho busca responder é entender de que forma características de ordem cultural, econômica, social e política compartilhadas pela sociedade influenciaram na formulação da política externa argentina no período assinalado. A hipótese elaborada é de que na Argentina ocorreram debates em nível nacional sobre a inserção internacional. Nesse sentido, as forças profundas possibilitam entender de que forma as influências internacionais se traduzem na sociedade por meio das forças profundas e são interpretadas pelos tomadores de decisão, responsáveis por formular a política externa. Não apenas, percebe-se que entre 1916 e 1955 a Argentina produziu um acumulado histórico de princípios de política externa que são coadunados na Terceira Posição elaborada durante o primeiro governo peronista. Dessa forma, argumenta-se que a Terceira Posição não é de originalidade total peronista, mas pelo contrário, é produto estrutural de uma relação simbiótica entre interior e exterior. Portanto para se entender essa orientação, são analisados quatro momentos políticos distintos – os governos radicais (1916-1930); *La Concordancia* (1930-1943); governo da GOU (Grupo de Oficiais Unidos) (1943-1946) e, por fim, os governos peronistas (1946-1955). Em relação à metodologia, é utilizado o método indutivo, onde por meio da pesquisa de fontes secundárias (teses, livros, artigos, documentários) formulam-se perguntas respondidas empiricamente por meio das fontes primárias. Tendo em vista as limitações de locomoção, todos documentos oficiais, periódicos, cartas e telegramas digitalizados foram todos acessados remotamente por meio de hemerotecas digitais, acervos de periódicos, memória das chancelarias e bibliotecas. Destaca-se também os documentos não disponíveis na internet, concedidos pela Chancelaria argentina.

Palavras-chave: Argentina. Política externa. Terceira Posição.

ABSTRACT

ARGENTINA'S FOREIGN POLICY AT THE DAWN OF THE 20TH CENTURY (1916-1955): TOWARDS A THIRD POSITION IN THE AGE OF EXTREMES.

AUTHOR: Thiago Noschang Cabral.
ADVISOR: Dr. Günther Richter Mros
CO-ADVISOR: M.e. João Vitor Sausen

The following monograph is focused on a structural analysis of Argentine foreign policy between 1916 and 1955. To achieve this, the concept of "deep forces" developed by Pierre Renouvin and Jean-Baptiste Duroselle (1967) is employed to understand how foreign policy results from a historical accumulation of societal and elite influences. Based on the authors' work, three variables are highlighted: a) economic forces, b) demographic forces, and c) forces of national sentiment. Additionally, Cervo's perspective (2008) is adopted to define foreign policy as a shared outcome of various social forces, not solely restricted to decision-makers. The central question that the work seeks to answer is how shared cultural, economic, social, and political characteristics of society influenced the formulation of Argentine foreign policy in the specified period. The formulated hypothesis is that in Argentina, national-level debates occurred regarding international integration. In this sense, the deep forces help understand how international influences manifest in society through these deep forces and are interpreted by decision-makers responsible for formulating foreign policy. Moreover, it is observed that between 1916 and 1955, Argentina accumulated a historical foundation of foreign policy principles, which align with the Third Position developed during the first Peronist government. Thus, it is argued that the Third Position is not entirely Peronist in origin; instead, it is a structural product of a symbiotic relationship between the domestic and international spheres. Therefore, to comprehend this orientation, four distinct political moments are analyzed: the Radical governments (1916-1930), La Concordancia (1930-1943), the government of the GOU (Grupo de Oficiales Unidos) (1943-1946), and finally, the Peronist governments (1946-1955). Regarding methodology, an inductive approach is utilized, where questions are formulated through the examination of secondary sources (theses, books, articles, documentaries) and empirically answered using primary sources (official documents, periodicals, letters, telegrams). Given the limitations of mobility, all official documents, periodicals, letters, and digitized telegrams were accessed remotely through digital newspaper archives, periodical collections, diplomatic archives, and libraries. It is worth noting that documents not available on the internet were also provided by the Argentine Chancellery.

Keywords: Argentina. Foreign policy. Third Position

RESUMEN

LA POLÍTICA EXTERIOR ARGENTINA EN LA AURORA DEL SIGLO XX (1916-1955): POR UNA TERCERA POSICIÓN EN LA ERA DE LOS EXTREMOS.

AUTOR: Thiago Noschang Cabral
TUTOR: Dr. Günther Richter Mros
CO-TUTOR: M.e. João Vitor Sausen

La siguiente monografía se centra en un análisis estructural de la política exterior argentina entre 1916 y 1955. Para ello, se utilizan los conceptos de fuerzas profundas elaborados por Pierre Renouvin y Jean-Baptiste Duroselle (1967) para comprender cómo la política exterior es el resultado de una acumulación histórica de la sociedad y sus élites. Basándose en la obra de los autores, se destacan tres variables: a) las fuerzas económicas, b) las fuerzas demográficas y c) las fuerzas del sentimiento nacional. También se adopta la perspectiva de Cervo (2008) para definir la política exterior como un resultado compartido de diferentes fuerzas sociales y no solo limitada a los tomadores de decisiones. La pregunta central que busca responder el trabajo es entender cómo las características culturales, económicas, sociales y políticas compartidas por la sociedad influyeron en la formulación de la política exterior argentina en el período señalado. La hipótesis elaborada es que en Argentina se llevaron a cabo debates a nivel nacional sobre la inserción internacional. En este sentido, las fuerzas profundas permiten comprender cómo las influencias internacionales se traducen en la sociedad a través de las fuerzas profundas y son interpretadas por los tomadores de decisiones responsables de formular la política exterior. Además, se observa que entre 1916 y 1955, Argentina acumuló principios históricos de política exterior que se alinean con la Tercera Posición elaborada durante el primer gobierno peronista. Por lo tanto, se argumenta que la Tercera Posición no es totalmente de originalidad peronista, sino que, por el contrario, es un producto estructural de una relación simbiótica entre el interior y el exterior. Para entender esta orientación, se analizan cuatro momentos políticos distintos: los gobiernos radicales (1916-1930); La Concordancia (1930-1943); el gobierno de la GOU (Grupo de Oficiales Unidos) (1943-1946) y, finalmente, los gobiernos peronistas (1946-1955). En cuanto a la metodología, se utiliza el método inductivo, donde a través de la investigación de fuentes secundarias (tesis, libros, artículos, documentales) se formulan preguntas respondidas empíricamente mediante fuentes primarias (documentos oficiales, periódicos, cartas, telegramas). Los capítulos están estructurados de la siguiente manera: contexto internacional, coyuntura doméstica argentina, descripción de las fuerzas profundas y balance de la política exterior. Dadas las limitaciones de movilidad, todos los documentos oficiales, periódicos, cartas y telegramas digitalizados fueron accesibles de forma remota a través de hemerotecas digitales, archivos de periódicos, memoria de las cancillerías y bibliotecas. También cabe destacar los documentos que no están disponibles en internet, proporcionados por la Cancillería argentina.

Palabras clave: Argentina. Política exterior.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. INÍCIO DO SÉCULO XX E O CONTEXTO ARGENTINO.....	16
2.1. OS GOVERNOS RADICAIS: DE YRIGROYEN A ALVEAR (1916-1930).....	19
2.2 AS FORÇAS PROFUNDAS ENTRE 1916-1930.....	22
2.2.1. Forças profundas econômicas.....	22
2.2.2 Forças profundas demográficas.....	25
2.2.3 Forças profundas do sentimento nacional.....	29
2.3. ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA RADICAL (1916-1930).....	33
3. A POLÍTICA INTERNACIONAL RUMO À SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1930-1945).....	38
3.1. INÍCIO E O FIM DA CONCORDÂNCIA (1930-1943).....	39
3.2. G.O.U E A CHEGADA DE PERÓN AO PODER (1943-1946).....	48
3.3 AS FORÇAS PROFUNDAS ENTRE 1930-1946.....	55
3.3.1 Forças profundas econômicas.....	55
3.3.2 Forças profundas demográficas.....	56
3.3.3 Forças profundas do sentimento nacional.....	57
3.4. ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA OLIGÁRQUICA-MILITAR (1930-1946).....	59
4. DO FIM DA SEGUNDA GUERRA À GUERRA FRIA (1946-1955).....	65
4.1. OS DOIS PRIMEIROS GOVERNOS DE PERÓN (1946-1955).....	67
4.2. AS FORÇAS PROFUNDAS ENTRE 1946-1955.....	79
4.2.1 Forças profundas econômicas.....	79
4.2.2 Forças profundas demográficas.....	81
4.2.3 Forças profundas do sentimento nacional.....	83
4.3. ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA PERONISTA (1946-1955).....	84
5. CONCLUSÃO.....	88
REFERÊNCIAS.....	95

1. INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como tema a forma como a sociedade argentina influenciou a orientação a política externa argentina no início do século XX (1916-1955)¹. Durante esse período, destaca-se a orientação de política externa denominada *Tercera Posición*, desenvolvida durante os dois primeiros governos de Perón (1946-1955).

O problema central da pesquisa é identificar os fios condutores da política externa da Argentina na primeira metade do século XX. Enquanto problema específico está propor uma análise multidisciplinar na formulação da política exterior, abarcando questões econômicas, demográficas, culturais e sociais.

Portanto, na pesquisa o principal marco teórico são as “forças profundas” – conceitos elaborados por Renouvin e Duroselle (1967). Segundo os autores, estas são um conjunto de fatores estruturais que permanecem durante séculos e afetam as tomadas de decisão dos chefes de Estado no curto prazo². Diversos são os tipos de forças, entre eles os fatores geográficos; as condições demográficas; as forças econômicas; questões financeiras; sentimento nacional; etc.³ Por outro lado, como definição conceitual, utiliza-se da perspectiva adotada por Cervo (2008), no qual precisa a política externa enquanto um resultado compartilhado de diferentes forças sociais e não apenas restrita aos tomadores de decisão.

Sinteticamente, neste trabalho entende-se que a política externa argentina é produto das interações da sociedade argentina e suas forças profundas ao longo de sua história. Os formuladores da política externa têm suas decisões restringidas ou impulsionadas pelas forças profundas que não determinam, mas condicionam, os caminhos possíveis (Renouvin; Duroselle, 1967).

Como exemplo dessa perspectiva, ao se debruçar sobre as relações internacionais da América Latina em 1930, Cervo (2001) parte de uma análise multidimensional da região latina na missão de identificar os paradigmas da política externa. Com isso, o autor afirma que qualquer estudo que se debruce sobre a inserção internacional dos países latino-americanos deve

¹ Ou seja, inserido no recorte temporal identificado por Hobsbawm (1995) como a “Era dos Extremos”, inspiração para o título da monografia.

² “Para compreender a ação diplomática, é preciso procurar penetrar as influências que orientam o curso. As condições geográficas, os movimentos demográficos, os interesses econômicos e financeiros, os traços da mentalidade coletiva, as grandes correntes sentimentais, essas as forças profundas que formam o quadro das relações entre os grupos humanos e, em grande parte, lhe determinam o caráter.” (Duroselle; Renouvin, 1967, p. 6).

³ Não só serão utilizados os conceitos mencionados, mas também será proposto uma expansão conceitual dos mesmos, tendo em vista as particularidades dos eventos históricos analisados.

[...] buscar explicações para a [...] inserção internacional da América Latina não nos Estados, agentes inertes desde a época da independência, mas nas ideias, lutas e propósitos das novas elites. Elas encarnaram então novos interesses sociais e a esses novos interesses haviam de voltar-se os Estados nacionais (Cervo, 2001, p. 24).

A presente monografia, busca caminhar na mesma direção supracitada. Nesse sentido, a Argentina percebe-se sujeita a uma heterogeneidade de elementos sociais que influenciaram os destinos da política externa. Entretanto, como será visto, a desigualdade marcou a forma como esses segmentos conseguiram ver reivindicados seus interesses na política externa. Os povos originários, imigrantes, pequenos trabalhadores urbanos e rurais são exemplos de segmentos periféricos à influência em matéria de política externa.

Com relação à primeira hipótese, percebe-se que a questão identidade passou por intensos debates, centrados na pergunta de quem é, e qual o lugar a Argentina almeja ocupar em um mundo marcado por radicais transformações. Assim sendo, reforça-se que

[...] cabe à política exterior agregar os interesses, os valores e as pretendidas regras do ordenamento global, da integração ou da relação bilateral, isto é, prover o conteúdo da diplomacia desde uma perspectiva interna, quer seja nacional, regional, quer seja universal” (Cervo, 2008, p. 8).

Tendo em vista a complexidade do período em questão, a amplitude descritiva das forças profundas faz-se necessária para evitar análises superficiais dos eventos. Esse tipo de abordagem traz a vantagem de evitar o entendimento da construção da política externa personalista. Pelo contrário, a perspectiva aqui adotada dá primazia ao papel da sociedade nas movimentações do país na arena internacional.

Já a segunda hipótese, almeja propor uma leitura alternativa da história da política externa argentina. Dessa forma, a presente monografia busca um recorte temporal mais adequado para se tratar da história da política externa entre 1916-1955. Assim sendo, a partir de uma leitura estrutural⁴, se percebe no que viria a ser a política externa peronista – denominada de Terceira Posição diante do contexto da Guerra Fria – é fruto de um mosaico de ideias e valores desenvolvidos socialmente durante os anos que antecederam a chegada de Perón ao poder. Assim, conceitos adotados pelo discurso peronista como a defesa intransigente da soberania, autodeterminação dos povos, unidade latino-americana e

⁴ Portanto, a ideia é analisar os fatos sob uma perspectiva atenta às particularidades das estruturas sociais, políticas e econômicas que se formaram ao longo dos anos.

cooperação econômica⁵ são entendidos com maior profundidade se entendidos em sua totalidade em comparação com os governos que desde 1916 o sucederam.

A terceira hipótese é de que a *Tercera Posición*, é composta por fatores estruturais oriundos da experiência argentina em relação ao estrangeiro influenciou a construção não só de políticas externas semelhantes na América Latina, mas como também do Movimento Não-Alinhado, em nível mundial. A explicação para tanto é de que o seu discurso tinha um faceta universalizante que pretendia alcançar todos os povos do mundo.

Por fins de objetividade – tendo em vista as inúmeras condicionantes da política externa –, foram selecionadas três forças profundas exploradas por Duroselle e Renouvin (1967) para se analisar o posicionamento argentino do fim da Primeira Guerra Mundial ao início da Guerra Fria, a saber: a) as forças profundas demográficas, b) as forças profundas econômicas e c) as forças profundas do sentimento nacional⁶.

A justificativa para se trabalhar com a política externa Argentina foi de que – além de ser um grande interesse pessoal – apresenta ao longo de sua história debates identitários basilares que se comunicam em parte com a trajetória dos demais povos latino-americanos. Ainda, a presente monografia objetiva dar prioridade ao estudo sistemático das particularidades de cada país, evitando teorias que reduzem a riqueza dos detalhes. Dessa forma, há um cuidado em adaptar os conceitos aos contextos.

Em nível institucional, o trabalho busca aprofundar os conhecimentos da pesquisa acadêmica brasileira sobre a política externa da Argentina; país de relevante compreensão não apenas para o Brasil, como também à América do Sul e ao mundo. Nesse sentido, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), enquanto universidade do interior do Rio Grande do Sul; o Mercosul e a *Asociación de Universidades Grupo Montevideo* (AUGM) desfrutam de uma oportunidade privilegiada em traçar linhas de diálogo acadêmico e social basilares para compreensão da realidade latino-americana. A inserção internacional argentina lança luz sobre diversos desafios comuns à jornada dos povos latino-americanos, e, portanto, investigar a sua história é também aproximar esses povos como um todo.

Por fim, a nível pessoal a pesquisa propõe abrir caminhos (tanto em Mestrado quanto Doutorado) que possibilitem o aprofundamento do entendimento acadêmico sobre a

⁵ Vale destacar que o apontamento desses corresponde ao discurso oficial, ficando ao critério da investigação julgar sua concretização na prática.

⁶ As três forças profundas foram escolhidas apresentam um diálogo constante entre si – uma afeta a outra, evidenciando a interdisciplinaridade das relações internacionais –, assim como um diálogo convergente com as particularidades da história argentina.

Argentina, assim como investigar as contribuições do Cone Sul para o campo das Relações Internacionais.

Com relação ao objetivo geral do trabalho, esse é entender como os fatores econômicos, sociais e culturais influenciaram na formulação da política externa argentina entre 1916-1955 e quais dessas influências e valores se preservaram no tempo, na forma de características estruturais. Os objetivos específicos são: a) utilizar de um modelo de análise de conjuntura histórica que dê centralidade à realidade argentina, sem colocar em risco as particularidades históricas e b) utilizar o máximo possível da multidisciplinaridade (Ciência Política, Economia, Sociologia, História, entre outras) característica das Relações Internacionais, almejando traçar um panorama mais completo possível do tema em questão.

No tocante à metodologia, foi empregado do método indutivo, tendo como base a pesquisa documental (documentos oficiais, jornais, cartas, telegramas, tratados internacionais) e bibliográfica (artigos, teses, livros, documentários). Por conta da limitação de transporte do pesquisador, todas as fontes encontradas foram retiradas de acervos digitais. Portanto, as maiores dificuldades com relação aos materiais foi em decorrência da disponibilidade das mesmas em meios digitais – o que por sua vez exigiu uma diversificação com relação à origem dos acervos. Basicamente, se trabalha com dois tipos de fontes primárias: os documentos oficiais (discurso oficial) e os periódicos (discurso popular) provenientes da Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos, Paraguai e Uruguai⁷. Além disso, vale destacar os documentos concedidos pelo *Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto* da Argentina, após contato via e-mail.

Os usos das fontes primárias foram direcionados utilizados tanto para traçar um panorama nacional, regional e mundial dos eventos analisados. No que tange o processamento das informações, o trabalho parte da indução das fontes primárias, para a formulação de perguntas que se conectam com as fontes secundárias. Para tanto, foi utilizado o programa *Obsidian* como ferramenta de organização.

O recorte temporal utilizado no presente pesquisa divide o período de 1916-1955 em três momentos principais são identificados pela pesquisa: governos radicais (1919-1930); a ditadura de *La Concordia* (1930-1943); o governo do *Grupo de Oficiales Unidos* (GOU, 1943-1946) e dos dois mandatos de Perón (1946-1955). A justificativa para tanto é de que

⁷ Entre os sites acessados estão: Hemeroteca Digital; Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, Arquivo provincial de Santa Fé, Biblioteca Nacional Mariano Moreno, Acervo do Ministério das Relações Exteriores e Culto da Argentina; Acervo *La Nación*; *National Archives*; Acervo *The New York Times*; *Historian Office*; Acervo Memória Uruguai; Biblioteca Nacional do Paraguai; Arquivo Nacional de Assunção.

como o trabalho não se propõe ser sobre a história geral da Argentina – mas sim de sua política exterior –, a divisão do tempo prioriza os eventos de maneira a dar inteligibilidade aos fatores importantes para as posições tomadas pelos argentinos em palco internacional. Dessa forma, percebe-se que entre 1916 e 1955 configura-se um momento único de transformações no posicionamento internacional argentino.

Com base nestas concepções, o presente trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro, intitulado “contexto internacional e os impactos na Argentina do século XX”, será destinado a apresentar o cenário internacional nos momentos finais da Primeira Guerra, portanto, a Argentina durante os governos radicais. Em seguida, o segundo capítulo está voltado aos governos após ao golpe contra Yrigoyen, até a chegada ao poder de Perón (1930-1946). No terceiro capítulo, serão analisadas as principais características do governo e as características que moldaram a política externa de Perón.

A estrutura de todos os capítulos segue uma lógica, onde primeiro se propõe um exame da conjuntura internacional; na sequência são identificadas as características de cada uma das forças profundas enquanto variáveis e por fim, um balanço geral da política externa para cada um dos três capítulos. Na conclusão, será feita uma análise de política externa comparando cada momento supracitado sob as luzes das forças profundas enquanto variáveis.

2. INÍCIO DO SÉCULO XX E O CONTEXTO ARGENTINO

Antes de adentrar nas particularidades internas da Argentina nos governos radicais, é necessário entender um evento que motivou mudanças econômicas, culturais e políticas no país platino: a Primeira Guerra Mundial (Romero, 2007, p. 38). Não apenas restrito à realidade argentina, a destruição do Velho Continente colocou em xeque a admiração latino-americana pelos europeus – tendo em vista uma percepção latino-americana de que nessa região residiam os exemplos de civilização (Compagnon, 2014, p. 19). Resumidamente,

Enquanto as **elites latino-americanas** se nutriam quase exclusivamente de referentes europeus desde as Independências e haviam atravessado a Belle Époque **convencidas de que o coração da civilização se encontrava em alguma parte entre Paris, Londres e Berlim**, elas **questionam a cultura cosmopolita de que eram depositárias e desenvolvem uma reflexão duradoura, destinada a constituir uma nova identidade nacional ou continental**, emancipada de ‘modelos’ europeus, agora considerados obsoletos e inadaptados às realidades sociológicas da América Latina (Compagnon, 2014, p. 19, grifos nossos).

A grande potência, Grã-Bretanha, teve sua economia corroída pelo esforço de guerra. Além disso, em decorrência dos conflitos marítimos perdeu presença em inúmeros mercados internacionais. Segundo Hobsbawm, o conflito “[...] arruinou vencedores e vencidos; [...] empurrou os derrotados para a revolução e os vencedores para a bancarrota e a exaustão física” (Hobsbawm, 1995, p. 32).

No início da guerra, o comércio internacional na perspectiva das Américas presenciou uma alta demanda de produtos primários – minérios e alimentos, dos quais favoreciam os modelos econômicos locais – por parte dos países beligerantes, comprometidos com o esforço de guerra. Além disso, o conflito não afetou apenas a demanda do comércio internacional, mas também o sistema de pagamentos, e a oferta de capitais de produção, do qual países exportadores como a Argentina dependiam (Bethell, 2017, p. 20).

Findada a guerra, o próximo passo era a reconstrução não apenas material da Europa, como também da ordem internacional desta proveniente. A dívida acumulada pelos países centrais durante o conflito com os Estados Unidos, é considerada por Hobsbawm (1995, p. 31) como um dos motivos pela qual houvera a imposição de uma paz punitiva, que carregava em seu seio um sentimento de vingança que não ponderava a importância da Alemanha na estabilidade comércio europeu.

Além de afetar os germânicos, as sanções econômicas impostas pelo Tratado de Versalhes (1918) ocasionaram hiperinflações, flutuações econômicas que agravaram as

desigualdades no plano social, que por sua vez levaram ao surgimento de movimentos autoritários europeus (Rapoport, 2003, p. 109). Aprofundando a perspectiva de Hobsbawm, é possível entender a motivação por trás das sanções do Tratado de Versalhes tendo em vista que o

[...] pagamento das indenizações pela Alemanha era importante para a França e para a Grã-Bretanha, que haviam assumido vultosas dívidas com os Estados Unidos para a manutenção das tropas e para as primeiras tarefas de reconstrução. **Essas dívidas ascenderam a cerca de US\$ 8,7 bilhões, dívidas que os representantes norte-americanos não pensavam em perdoar. Assim, França e Grã-Bretanha esperavam receber as indenizações de guerra alemãs para iniciar o pagamento dos empréstimos norte-americanos** (Saes; Saes, 2013, p. 341, grifos nossos).

Apoiado em uma força econômica quase auto suficiente, os Estados Unidos se encontravam ao final do conflito como a única economia com capacidade de oferecer empréstimos e fornecer produtos necessários para a reconstrução do Velho Continente. Além disso, com o eclipse da economia alemã e o distanciamento dos britânicos, os norte-americanos em passos largos se tornaram o principal investidor na América Latina e demais continentes (Bethell, 2017, p. 21).

Não à toa, a primazia econômica norte-americana indicava o passar de bastão dos britânicos aos norte-americanos na corrida pela primazia econômica e política mundial. Inserido nesse contexto, o presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson propôs a criação da Liga das Nações, e de 14 pontos que tinham por fim tornar as relações internacionais mais transparentes e cooperativas, além de expandir para os demais países de fora do continente as estruturas do concerto europeu (Hobsbawm, 1995, p. 32).

Entretanto, em consonância com Mros (2023, p. 42), o que de fato ocorreu foi uma ressignificação da ordem anterior do conflito, pois por mais que tenha se planejado adicionar os Estados Unidos, Japão e futuramente a China, as estruturas políticas eram as mesmas do Consenso de Viena. Além disso, tem entre seus pilares “a economia de mercado, o livre-comércio, o Estado liberal e o padrão-ouro” (Saes; Saes, 2013, p. 331). Todavia, a restauração da antiga ordem, já em 1919, quando assinado o Tratado de Versalhes, se mostrava impossível. Assim sendo,

Com a assinatura do armistício em 1919, foram feitos infinitos esforços para reconstruir o sistema prevalecente antes da guerra, mas a antiga ordem econômica internacional tinha expirado e a nova, inaugurada na década de 20, era perigosamente instável. Raramente se percebeu a tempo essa instabilidade, que, no final dessa mesma década, deixou regiões periféricas – como a América

Latina – extremamente vulneráveis ao colapso do comércio internacional e dos fluxos de capitais (Bethell, 2017, p. 20, grifos nossos).

Como sublinhado acima por Bethell (2017), o liberalismo econômico dava sinais de insuficiência prática. Cada vez mais países centrais e periféricos adotavam tarifas alfandegárias, proibições de compras e outros mecanismos protecionistas para salvaguardar suas produções locais (Idem). Em consonância, os países do Novo Mundo acirraram o comércio de produtos manufaturados como chance natural para desenvolver os mercados internos. Por toda América Latina, a crescente urbanização e o surgimento de novas classes que criticavam as desigualdades sociais somavam esforços na direção de nacionalismos locais que reivindicavam novas respostas para as antigas contradições internas do modelo liberal – atrelada à mudança internacional econômica.

Mais do que reflexos puramente econômicos, os eventos analisados após a Primeira Guerra Mundial estão interligados com diversas problemáticas que possuíam em seu cerne o transplante de modelos (econômicos, culturais e intelectuais) europeus para as elites latino-americanas, estranha às sociedades locais. Todavia, vale destacar que as mudanças catalisadas pelo conflito mundial já vinham sendo gestadas por séculos.

Nesse contexto, a lógica aqui adotada é de que os eventos situados entre Primeira Guerra Mundial e o Crise de 1929 são responsáveis por impulsionar processos internos de insatisfação, resultando em diversas revoltas e golpes por toda América Latina (Hobsbawm, 1995, p. 88). No caso argentino, no centro do debate estava a identidade nacional. Na aurora dessa nova era, o núcleo da nova ordem, o liberalismo *lato sensu*, estava

[...] morto, ou parecia condenado. Três opções competiam agora pela hegemonia intelectual-política. **O comunismo marxista era uma [...] Um capitalismo privado de sua crença na otimização de livres mercados, e reformado por uma espécie de casamento não oficial ou ligação permanente com a moderada social democracia [...], era a segunda e, [...] A terceira opção era o fascismo, que a Depressão transformou num movimento mundial, e, mais objetivamente, num perigo mundial** (Hobsbawm, 1995, p. 89-90, grifos nossos).

Essas três vertentes políticas identificadas acima (comunismo marxista, social-democracia e fascismo), chegaram ao continente latino-americano disputando adeptos entre os setores da sociedade descontentes com a realidade local. É evidente a crítica

generalizada à dependência aos países centrais, por vezes vista diagnosticada pelos intelectuais como causas dos preceitos liberais – como o livre mercado e a democracia⁸.

Dessa forma, percebe-se a complexidade do período em questão. Para que seja possível uma análise conjuntural que leve em conta fatores econômicos, sociais e culturais da sociedade argentina, o seguinte subcapítulo organiza através das forças profundas – conceitos elaborados a luz do trabalho de Pierre Renouvin e Jean Baptiste-Duroselle (1967) – o cenário que se encontrava a Argentina no contexto internacional descrito.

2.1. OS GOVERNOS RADICAIS: DE YRIGOYEN A ALVEAR (1916-1930)

Em 1930, a Argentina esteve entre os diversos países da América Latina que sofreram mudanças nos governos por meio de golpes. Contudo, essa mudança não foi apenas motivada por fatores econômicos exógenos. Além desses, as mudanças demográficas e identitárias endógenos se somam às peças do quebra-cabeça que remontam a paisagem da mudança de rumos na Argentina do século XX. No período que compreende os anos de 1916-1930 na Argentina, Romero (2007, p. 37, tradução e grifos nossos) afirma que

Hipólito Yrigoyen foi presidente entre 1916 e 1922, ano em que foi sucedido por Marcelo T. de Alvear. Em 1928 foi reeleito Yrigoyen, para ser deposto por um levante militar em 6 de setembro de 1930. **Passariam 59 anos antes que um presidente eleito transmitisse seu mandato a seu sucessor, de modo que nesses doze anos, em que as instituições democráticas começaram a funcionar regularmente, resultaram, afinal, em um período excepcional⁹.**

A União Cívica Radical (UCR) – partido de Yrigoyen e Alvear – com poder radicado em Buenos Aires e Santa Fé, foi um partido da classe média, que abrangia diversos setores periféricos da sociedade argentina – entre eles imigrantes, trabalhadores urbanos, pequenos fazendeiros, comerciantes, industriais, etc. (Davis, 1947, p. 281). Os partidários da UCR (os radicais) se projetavam politicamente por intermédio da representação de pautas que desafiavam a primazia de parte das elites tradicionais latifundiárias da Argentina.

⁸ Convém ressaltar que: “**A dependência sempre foi objeto de críticas e insatisfações por parte das elites latino-americanas**, que lutavam por seus próprios interesses contrariados, por exemplo, pelo colonialismo europeu e pelo protecionismo dos países centrais. Ademais, alguns dirigentes da região, mais esclarecidos, sempre sonharam com o desenvolvimento moderno, a exemplo do que observavam os Estados Unidos” (Cervo, 2001, p. 24, grifos nossos).

⁹ No original em espanhol: “Hipólito Yrigoyen fue presidente entre 1916 y 1922, año en que lo sucedió Marcelo T. de Alvear. En 1928 fue reelegido Yrigoyen, para ser depuesto por un alzamiento militar el 6 de septiembre de 1930. Pasarían 59 años antes de que un presidente electo transmitiera el mando a su sucesor, de modo que esos doce años, en que las instituciones democráticas comenzaron a funcionar regularmente, resultaron a la larga un período excepcional”.

Nos seus primórdios (1907), o partido foi criado em resposta à percepção generalizada das fragilidades que o modelo agroexportador demonstrava desde a crise de 1890. Entre os seus integrantes de destaque está Hipólito Yrigoyen, a liderança política que chegou ao poder no ano de 1916. Isso foi possível, em parte, graças à aprovação da Lei Sáenz Peña pelo governo de Roque Sáenz Peña (1912), que tinha por objetivo dar fim às trapaças em eleições; assim como garantir o sufrágio universal masculino. Contudo, vale destacar que esta lei não foi uma medida que pensava nas minorias, pelo contrário a sua intenção era preservar o sistema político diante da fragmentação política, catalisada com a chegada de comunistas e anarquistas do exterior (Tato, 2004, p. 27).

Como grande crítica das fraudes – característica crônica da política argentina da época –, a UCR tinha como uma de suas formas de mobilização a abstenção política. Utilizando das abstenções em eleições, a UCR mostrava a parcela da população que a apoiava através da porcentagem de ausência nas urnas. As principais bandeiras defendidas pelo partido de Yrigoyen eram o reformismo, o desenvolvimento social, e a participação política¹⁰.

Segundo Davis (1947, p. 281), as pautas defendidas por Yrigoyen, assim como a sua capacidade de mobilizar as massas são responsáveis por categorizar o mesmo como o primeiro líder populista do século XX. Ainda, na mesma época, esse movimento reformista era percebido em maior ou menor grau pelos demais países latino-americanos:

No Uruguai, havia se personificado desde 1904 no presidente Batlle y Ordoñez, assim como desde 1920 havia no Arturo Alessandri no Chile. No México, com alternativas muito mais dramáticas, a revolução iniciada em 1910 e consolidada em 1917 havia empreendido igualmente uma **profunda transformação do Estado e da sociedade, enquanto que outros movimentos reformistas, como o APRA peruano, que embora não chegaram a triunfar, comoveram alguns dos regimes oligárquicos ou ditatoriais que no geral predominavam na América Latina** (Romero, 2007, p. 37, tradução e grifos nossos)¹¹.

Arelada às pautas da UCR, o partido utilizava da parcela considerável da insatisfação que motivada pela desigualdade econômica e social que pairava sobre a Argentina da época para adquirir eleitores. Resumidamente, a desigualdade fora resultado do longo ciclo de

¹⁰ Partindo de uma análise sociológica: “As forças sociais que disputavam uma maior participação no governo da república reivindicavam, em primeiro lugar, uma configuração política institucional que garantisse, de uma maneira mais aberta, a **rotatividade das elites**; e, em segundo, uma **revisão substancial do do conceito de cidadania** que, até o começo do século XX, esteve limitado pelos fatos, ainda que fosse universal na letra da Constituição” (Sarlo, 2005, p. 24, grifos nossos).

¹¹ No original em espanhol: “[...] en el Uruguay la había encarnado desde 1904 el presidente Batlle y Ordoñez, así como desde 1920 lo haría Arturo Alessandri en Chile. En México, con alternativas mucho más dramáticas, la revolución estallada en 1910 y consolidada en 1917 había emprendido igualmente una profunda transformación del Estado y la sociedad, mientras que otros movimientos reformistas, como el APRA peruano, aunque no llegaron a triunfar, conmovieron a algunos de los regimenes oligárquicos o dictatoriales que en general predominaban en América Latina”.

expansão e consolidação nacional – entre 1862 e 1914 – que favoreceu a prosperidade em Buenos Aires, enquanto que o país demonstrou dificuldades em alcançar um desenvolvimento político que alçasse a redução das desigualdades sociais nas regiões do interior (Rock, 1986, p. 162).

No lado oposto do espectro político de Yrigoyen, estava o poder conservador tradicional das elites agrárias. Essas, tinham preocupações com relação às mudanças propiciadas pela diversificação política durante o início do século XX, que tomavam forma nos governos radicais. As elites conservadoras eram defensoras do liberalismo econômico que propiciou a chegada da Argentina aos países mais ricos do mundo – a *Belle Époque* argentina – devido ao crescimento da participação no comércio internacional (Romero, 2007, p. 50).

Em relação aos fatores que propiciaram a prosperidade argentina, a especialização no comércio de produtos como o trigo e a carne, tiveram suas vendas favorecidas pela complementaridade ao mercado da Grã-Bretanha, grande potência do período. Ainda, historicamente, a parceria britânico-argentina operou como fonte do financiamento responsável pela infraestrutura nacional – sendo exemplo as malhas ferroviárias, bancos e frigoríficos. Ainda que este modelo tenha favorecido a economia argentina, socialmente era visível a discrepância entre avanço econômico e atraso político-social¹². Nesse cenário, outro personagem é Francisco Uriburu.

Primo de José Félix Uriburu – autor do golpe de 1930 –, Francisco criou o periódico *La Mañana* em 1911. Durante a criação da Lei Sáenz Peña, sua posição política era inicialmente de acordo com o reformismo político proposto, e via no Partido Democrata Progressista (PDP) o protagonista da modernização político-social (Tato, 2004, p. 13). Esse posicionamento, não era único de Francisco Uriburu, assim como as bandeiras defendidas por Yrigoyen. Muito pelo contrário, esses foram representantes de duas posições majoritárias que ganhavam força com as três vitórias políticas da UCR após o sufrágio masculino universal. Ao longo dos governos radicais, Francisco Uriburu se tornou contrário ao sufrágio, juntamente com os conservadores, enxergavam no reformismo e demais políticas inclusivas como ameaça aos princípios republicanos e liberais tradicionais.

Em reflexo à crescente oposição do modelo político de Yrigoyen, o parceiro de partido – porém opositor interno –, Marcelo T. de Alvear se tornou o seu sucessor na presidência,

¹² “[...] os intelectuais se alarmaram porque, em 1910, esse modelo desordenado, aventureiro e expansivo, mais do que insuficiente, era ameaçador. **Considerou-se que o programa liberal havia sido relativamente cumprido, possibilitando uma imensa produção de riquezas materiais; mas também se chegou à conclusão de que suas conseqüências não haviam sido das desejadas e nem tinham sido previstas.** Os intelectuais insatisfeitos referem-se a um país incompleto ou distorcido. E, se era assim, havia o que corrigir” (Sarlo, 2005, p. 23, grifos nossos).

dando origem à fratura dentro da UCR denominada *anti-personalista*, que argumentava uma descentralização da figura de Yrigoyen na política. No segundo mandato desse último, parte da sociedade pensava que a reforma eleitoral proposta pela Lei Sáenz Peña

[...] havia sido prematura e não havia produzido a esperada formação de uma sólida cultura política nos eleitores. A lei Sáenz Peña havia causado o deslocamento das ‘pessoas mais capacitadas, mais honestas e mais talentosas que tem o país’ por personagens cujo único mérito era ser “plebeu”. Essa constatação ainda não implicava um questionamento à vigência do sistema (Tato, 2004, p. 158)¹³.

Do embate dessas posições antagônicas, desponta a crise que originou o golpe de 1930. Portanto, reforça-se a o objetivo de focar na abordagem da sociedade para se entender a política externa da argentina dessa época¹⁴.

2.2 AS FORÇAS PROFUNDAS ENTRE 1916-1930

2.2.1. Forças profundas econômicas

Definem-se como forças profundas econômicas os interesses de elites enraizadas ao longo dos séculos – sendo exemplos no caso argentino o setor agroexportador e o capital financeiro estrangeiro – que frequentemente transbordam ao plano político e cultural. As disputas econômicas no âmbito internacional e nacional podem partir tanto de interesses privados quanto públicos, ou mesmo dos próprios tomadores de decisão. Além disso, tendo em vista o poder econômico, tais elites possuem a capacidade de influenciar a criação de leis e medidas financeiras dentro de seu próprio território (Duroselle; Renouvin, 1967, p. 6).

Dessa forma, as forças profundas econômicas são um enlace entre os interesses privados e suas elites – responsáveis por fornecer capital e apoio aos políticos –, e dos interesses do Estado – pressionados a beneficiar as elites econômicas¹⁵. Com relação às forças econômicas, entre os diversos eventos que impactaram os governos radicais na Argentina do século XX, destaca-se que

¹³ No original em espanhol: “[...] había sido premature y no había producido la esperada formación de una sólida cultura política en los votantes. La ley Sáenz Peña había operado el desplazamiento de ‘las personas más capacitadas, más honestas y más talentosas que tiene el país’ por personajes cuyo único mérito era ser ‘plebeyo’. Esta constatación no traía aparejado aún un cuestionamiento a la vigencia del sistema”.

¹⁴ A situação examinada se insere no que Cerro (2008, p. 10) diz quando: “[...] a opinião pública, os estadistas ou os intelectuais concebem o destino da nação, seu projeto e seu papel sobre a arena internacional estão fixando pressupostos da política exterior, e quando os diplomatas moldam sua ação sobre eles, estão cumprindo adequadamente sua função.”

¹⁵ Idem.

Com a Primeira Guerra Mundial – muito mais do que com a crise de 1930 – terminou uma etapa da economia argentina: a do crescimento relativamente fácil, sobre rumos claros. **Desde 1914 se entra em um mundo mais complexo, mais delicado de gerir e em que o futuro era relativamente incerto, a ponto de predominar as dúvidas e o pessimismo, que apenas em alguns círculos se transformava em desafio para a busca de novas soluções** (Romero, 2007, p. 50, tradução e grifos nossos)¹⁶.

Os principais produtos de exportação argentinos estavam concentrados numa média de doze produtos primários. Entre eles, os mais importantes eram a carne e o trigo. Não apenas, destaca-se que o comércio exterior do país gravitava em torno de quatro empresas de cereais e frigoríficos, dos quais havia um *pool* dominado por três empresas norte-americanas e duas inglesas (O’Connell, 1984, p. 481-482).

Na intersecção entre poder econômico e influência política, a elite financeira e agropecuária se beneficiaram do fato de que tanto as exportações, quanto o ingresso de capitais estrangeiros tiveram grande importância no orçamento público. Essa relevância indicava, na verdade, uma grande dependência de fatores que fugiam do controle do país. Com esse modelo, a Argentina até a eclosão da Grande Guerra

[...] experienciou quase vinte anos de pródiga expansão. A renda *per capita* igualava-se à Alemanha e aos Países Baixos, superou a Espanha, Itália, Suécia e Suíça. Possuindo um crescimento médio anual de 6,5% desde 1869, Buenos Aires se tornou a segunda cidade da costa do Atlântico, depois de Nova Iorque, e de longe a maior cidade na América Latina (Rock, 1986, p. 172, tradução nossa)¹⁷.

Segundo Bethell (2017, p. 19), apesar de muitos autores indicarem a crise de 1929 como o início decisivo na transição gradativa para um modelo desenvolvimento com foco nas exportações para um desenvolvimento orientado para o mercado interno – a industrialização apoiada pela substituição de importações –, esse processo já vinha sendo observado muito antes de 1929.

As novas soluções – substituição de importações, subsídios para a indústria e protecionismo –, estavam em contrapartida do modelo agroexportador que vigorou durante o

¹⁶ No original em espanhol: “Con la Primera Guerra Mundial – mucho más que con la crisis de 1930- terminó una etapa de la economía argentina: la del crecimiento relativamente fácil, sobre rumbos claros. Desde 1914 se entra en un mundo más complejo, de manejo más delicado y en el que el futuro era relativamente incierto, al punto de predominar las dudas y el pesimismo, que sólo en algunos círculos se transformaba en desafío para la búsqueda de nuevas soluciones”.

¹⁷ No original em inglês: “[...] experienced almost twenty years of prodigal expansion. Per capita income equalled that in Germany and the Low Countries, and was higher than in Spain, Italy, Sweden, and Switzerland. Having grown at an average annual rate of 6.5 percent since 1869, Buenos Aires had become the second city of the Atlantic seaboard, after New York, and by far the largest city in Latin America”.

século XIX, tendo entre suas elites mais importantes os fazendeiros e os donos de frigoríficos. Essas elites, estavam diretamente associadas às elites financeiras que representavam o interesse britânico. O modelo liberal que se enraizou juntamente com as elites tradicionais presentes na Argentina desde a independência pressionaram pela abertura da economia e a não interferência do Estado no mercado interno (O’Connell, 1984).

A irrupção da crise econômica de 1929 – que afetou severamente a Argentina, enquanto país que dependia economicamente do ingresso de capitais e dos lucros da importação¹⁸ –, somada a quebra da lógica liberal pelas potências defensoras do liberalismo – incluída a principal parceira argentina, a Grã-Bretanha¹⁹ – contribuiu para o surgimento de movimentos políticos de insatisfação ideologicamente ligados aos fascismos europeus, como é o caso da Itália de Mussolini, que denunciavam as capacidades da democracia liberal, sugerindo, como alternativa, o modelo de um Estado corporativista (Romero, 2007). Em grande parte, o impacto político da crise se deu pela mudança econômica do país, que nos anos anteriores ao conflito mundial experimentou

[...] um período de grande prosperidade econômica, com seus principais produtos – os cereais e a carne – abastecendo os mercados europeus, em especial o da Grã-Bretanha. Mas o modelo agroexportador argentino sofreu um grande abalo com a Depressão que se seguiu à quebra da bolsa de Nova York (Pellegrino; Prado, 2019, p. 142).

Entre os debates internos suscitados pela crise de 1929, está a reflexão sobre a dependência entre os países especializados em comércio de produtos primários e os já industrializados. O interesse de classes sociais periféricas era de que com o avanço da industrialização e da urbanização, seus interesses fossem representados por intermédio da UCR. Por outro lado, as elites tradicionais ligadas ao modelo agroexportador divergiam, atribuindo os problemas da crise de 1929 ao radicalismo enquanto uma força política corrompida (Romero, 2007).

Portanto, a elite associada à atividade agroexportadora e ao setor financeiro se constituem como uma força profunda econômica, que dada seu peso no comércio exterior argentino, detinha poder para pressionar os tomadores de decisão aos seus interesses.

¹⁸ “Todo esse processo de expansão do Estado tinha limites determinados pela disponibilidade de recursos e, por conseguinte, pela capacidade de arrecadação do governo. **No contexto da depressão dos anos 1930, com o comércio exterior em colapso, essa capacidade estava seriamente comprometida, dado o grande peso dos impostos sobre exportação e importação na estrutura tributária**” (Fausto; Devoto, p. 260, 2004, grifos nossos).

¹⁹ Inclusive, durante a crise econômica a política comercial britânica deu privilégios aos domínios coloniais ao invés da Argentina, indiferente à grande importância dos argentinos para o mercado inglês (Cervo, 2001, p. 28-29).

2.2.2 Forças profundas demográficas

Sobre a relevância das características demográficas para as relações internacionais, pode-se dizer que:

No transcurso do último século, a evolução demográfica foi assinalada pela rapidez do crescimento populacional do mundo e pelo volume das migrações internacionais. **Os movimentos demográficos modificaram enormemente o poder relativo dos Estados, tanto do ponto de vista econômico como no setor político, e é esse um aspecto importante** do estudo das relações internacionais. **Os deslocamentos de populações** não só tiveram, a este respeito, um papel menor, como foram, ainda por cima, ora a causa e de e ora o **pretexto para litígios ou conflitos entre os Estados** (Duroselle; Renouvin, 1967, p. 35, grifos nossos).

Portanto, no presente trabalho as forças demográficas aparecem enquanto as características da população – como classe social, raças, migrações internas e externas. Durante o primeiro governo de Yrigoyen (1916-1922) é significativa a chamada Semana Trágica enquanto exemplo de embate das forças profundas demográficas. Em 2 de dezembro de 1918 os metalúrgicos da fábrica *Talleres Vasena* iniciaram uma greve que reivindicava melhores condições de trabalho. A empresa não só rechaçou os pedidos, mas também requisitou ao governo interferência da força policial.

O impasse seguiu até sete de janeiro de 1919, quando a empresa solicitou ao governo a repressão policial que resultou em sete mortes. O enterro dos trabalhadores foi acompanhado por uma grande comoção que tomou a cidade de Buenos Aires, insuflando novos distúrbios pela capital bonaerense que vitimaram cerca de vinte operários pelas forças policiais. Em 11 de janeiro de 1919, o periódico *The New York Times*²⁰ noticiava que

Inúmeras pessoas foram assassinadas em confrontos entre os grevistas e as forças governamentais durante o dia. O governo declarou que adotaria mais medidas severas para trazer de volta à normalidade e instruiu os soldados e polícias a disparar quando for necessário para acabar com o surto de violência independentemente do custo em sangue (p. 1)²¹.

A violência policial, ferramenta que Yrigoyen buscava evitar, foi assumida pelo general Luis José Dellepiane – amigo próximo do presidente e chefe da polícia de Buenos

²⁰ GENERAL assumes power as dictator over Argentina. *The New York Times*, Nova Iorque, 11 jan. 1919, p. 1. Disponível em: <<https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1919/01/11/issue.html>>. Acesso em: 23 jun. 2023.

²¹ [Tradução nossa] no original em inglês: “Several persons were killed in clashes between strikers and Government forces during the day. The Government declared it would adopt most severe measures to bring about normal conditions and instructed the soldiers and police to shoot whenever necessary to put down outbreaks of violence regardless of the cost in blood”.

Aires – imbuído de amplos poderes militares e civis para acabar com a revolta (Idem). Por sua vez, Dellepiane, era chefe o grupo paramilitar Liga Patriótica Argentina, da qual possuía conexões, e com sua ajuda, perseguiu a comunidade russo-judaica – além de promover um discurso xenófobo contra os imigrantes catalães e russos, identificados como anarquistas e comunistas, respectivamente (Pellegrino; Prado, 2019, p. 117).

O receio diante da efervescência dos eventos foi tamanho que tanto os conservadores quanto radicais imaginaram se tratar do início de uma revolução bolchevique capitaneada pelos soviéticos (Rapoport, 2003, p. 137-138). Ao fim, o evento ficou conhecido como o primeiro “pogrom”²² da América Latina. Assim sendo, a Semana Trágica pode ser entendida enquanto por um conjunto de transformações sociais que elucidam o contexto demográfico argentino do início do século XX. Por um lado, a revolta dos trabalhadores e novas classes sociais, que, influenciados pela Revolução Russa (1917), enxergavam as possibilidades de revolução contra as elites tradicionais. Por outro lado, os imigrantes, que constituíam para alguns grupos, ameaças à integridade nacional. Ainda, é possível encontrar a influência das forças profundas econômicas, onde

Durante a guerra, a indústria metalúrgica sofreu mais do que qualquer outra, em vista da necessidade da importação de matérias-primas. Altas taxas de envio e escassez devido a fabricação de armas fez com que o custo das matérias-primas atingisse níveis astronômicos e à medida que os custos subiram, os salários caíram. **No final da guerra a situação dos trabalhadores metalúrgicos era desesperada, sua greve era uma batalha pela sobrevivência** (Rock, 1986, p. 202, tradução e grifos nossos)²³.

Alinhado a isto, Renouvin e Duroselle (1967) apontam que a chegada de imigrantes europeus às Américas teve dois resultados principais: a diminuição geral dos salários e consequente atraso no crescimento da qualidade de vida e a disseminação da identidade cultural dos imigrantes. Com relação à opinião pública, essa

[...] demonstrou alguma surpresa, ao constatar que certos grupos de imigrantes, de igual origem nacional, **ao invés de procurar incorporar-se ao meio social a que tinham sido chamados a viver, doravante, se esforçavam por conservar sua língua, seus costumes**, por levar uma existência o mais possível à margem da população americana, e que manifestavam, às vezes, um nacionalismo “mórbido” (Duroselle; Renouvin, 1967, p. 58, grifos nossos).

²² Pogrom designa uma eclosão de violência em massa contra minorias religiosas, grupos étnicos ou sociais. Comumente implica instigação, ou controle estatal. Ao mínimo, é passivamente aceito pelas autoridades locais. (Klier, 2010).

²³ No original em inglês: “During the war the metallurgical industry had suffered perhaps more than any other because of its dependency on imported raw materials. High shipping rates and acute shortages due to arms manufacture caused the cost of raw materials to reach astronomical levels, and as costs climbed, wages”.

No caso argentino, a imigração acompanhou o processo de expansão agrícola, um dos principais motores da economia argentina. Nas palavras de Rock, a Argentina

[...] havia, assim, **evoluído para uma sociedade extremamente mista e diversa**. Em suas diferentes regiões, a extrema modernidade e imutável atraso coexistiam. As expectativas permaneciam altas de que os desequilíbrios diminuiriam gradualmente à medida que a atual onda de crescimento continuasse, pois ainda havia muito a ser feito. **Apesar de duas gerações de imigração, o país tinha uma população de meros 8 milhões de habitantes em uma extensão territorial do tamanho da Europa continental** (Rock, p. 182, tradução e grifos nossos)²⁴.

As imigrações dos países europeus para América Latina se intensificaram a partir de 1870. Esses imigrantes, levavam consigo “ideologias de inspiração marxista ou anarquista, que deram origem a uma série de partidos políticos ou de movimentos sociais, contestatórios na virada do século XIX ao XX” (Compagnon, 2014, p. 22).

Em 30 de junho de 1929, o órgão oficial da Junta Departamental da Bolívia publicou um censo contendo informações sobre a população entre 1834 e 1928 dos países da América do Sul. Os dados levantados pelo censo podem ser vistos na tabela abaixo (tabela 1). Além de apresentar os dados estatísticos, o documento também reflete sobre as causas do aumento ou diminuição populacional dos países, além de projetar as possíveis consequências nos próximos anos. Com relação às causas do aumento ou diminuição populacional, é afirmado que

As duas principais explicações que se pode dar às mudanças anteriores são nossas revoltas civis e o fomento da imigração sustentada de forma persistente e inteligente por alguma de nossas Repúblicas. E, além disso, as condições climáticas de algumas delas. Esses são fatores que devem ser levados em conta para o futuro incremento da nossa população (Banco de la República, 1929, p. 66, tradução e grifos nossos)²⁵.

O fomento a imigração, mencionado acima como uma das explicações para a expressiva mudança populacional, os movimentos migratórios, assim como as características demográficas, contribuem para a compreensão da sociedade argentina da época. A partir da tabela elaborada, é possível perceber que em 75 anos a população argentina multiplicou em

²⁴ No original em inglês: “[...] had thus evolved into an extremely mixed and diverse society. Across its regions extreme modernity and immutable backwardness coexisted. Expectations remained high that the imbalances would steadily recede as the present wave of growth continued, for there was still much to accomplish. Despite two generations of immigration the country had a population of a mere 8 million in a land mass the size of continental Europe.”

²⁵ No original em espanhol: “Las dos explicaciones principales que pueden darse a los anteriores cambios son la de nuestras revueltas civiles, y la del fomento de inmigración sostenida de modo tesonero e inteligente por algunas de nuestras Repúblicas. Y a más de esto a las condiciones climatéricas de algunas de ellas. Estos son factores que deben tenerse en cuenta en lo futuro para el incremento de nuestra población.”

dez vezes, tornando o segundo país com mais habitantes. Ainda, com relação à taxa de crescimento, a Argentina supera o Brasil, o país mais populoso.

Tabela 1 – Censo de 1853 e 1928 para América do Sul.

1853			1930		
Ordem	País	População	Ordem	País	População
1°	Brasil	7.325.000	1°	Brasil	40.000.000
2°	Colômbia	2.363.000	2°	Argentina	10.647.000
3°	Peru	2.127.000	3°	Colômbia	8.000.000
4°	Bolívia	1.588.000	4°	Peru	5.750.000
5°	Chile	1.425.000	5°	Chile	4.025.000
6°	Venezuela	1.408.000	6°	Venezuela	3.627.000
7°	Paraguai	1.117.000	7°	Bolívia	2.820.000
8°	Equador	1.064.000	8°	Equador	2.225.000
9°	Argentina	994.000	9°	Uruguai	1.792.000
10°	Uruguai	230.000	10°	Paraguai	835.000

Fonte: gráfico elaboração nossa (2023)²⁶.

Quando chegaram à Argentina, os imigrantes se depararam com um país de jovem, que em pouco tempo vivia uma guerra civil e que se encontrava em uma profunda desigualdade – enquanto o centro político e econômico, Buenos Aires se atribuía o desenvolvimento de nações europeias, a região periférica vivia em um atraso econômico evidente (Bethell, p. 231, 2017)²⁷.

Esses imigrantes em diversos momentos traziam consigo os desejos de mudança provenientes de correntes políticas que divergiam da realidade argentina. O resultado foi uma diversificação do espectro político que ia de anarquistas a socialistas e comunistas. Ainda, essas ideologias foram base para a

[...] organização dos sindicatos de trabalhadores até os anos 1920. Nessa década, os comunistas entraram em cena fundando partidos que tiveram papel relevante no cenário político latino-americano nos anos seguintes. Em praticamente todos os

²⁶ Os dados foram retirados do Banco De La República: Biblioteca virtual. **Boletín del censo**, p. 66, série 1, número 4, 30 jun 1929. Disponível em <<https://babel.banrepcultural.org/digital/collection/p17054coll26/id/8178/>>. Acesso em 04 jun. 2023.

²⁷ Em exercício de comparação com o caso brasileiro, a Argentina: [...] “era substancialmente uma sociedade dividida, sobretudo no campo político e militar. **Ao contrário do que ocorria no Brasil, o poder estava se fragmentando**, e não se concentrando. Isso também resultava da **falta de legitimidade** da restauração conservadora, **presa ao ideário liberal oitocentista da Constituição de 1853** e, ao mesmo tempo, apoiada na fraude eleitoral. Esse liberalismo era mais forte que o constitucionalismo brasileiro, mas, assim como este, carecia de um projeto de futuro e tinha grandes dificuldades para se inserir no contexto de uma **sociedade em transformação**” (Fausto; Devoto, p. 270, 2004, grifos nossos).

países da América Latina, os partidos comunistas nasceram nesse período – Argentina, 1918; Brasil, 1922; Cuba, 1925; Colômbia, 1930; Peru, 1930. (Pellegrino; Prado, 2019, p. 118).

Soma-se a isto, a diversificação das atividades econômicas e urbanização, que possibilitaram o surgimento de uma classe média, composta por assalariados urbanos e de classes sociais ligadas diretamente ao trabalho no comércio e indústria nas cidades. Gradativamente, o número de trabalhadores rurais e artesãos era superado pelo número de proletários urbanos. Sobre essa realidade, entre os componentes da classe média mencionada, “[...] tipo humano mais frequente era constituído pelo imigrante filho de imigrante que individualmente, através da indústria ou do comércio, transitava para um nível social mais alto” (Rapoport, 2003, p. 133, tradução nossa)²⁸.

Com efeito, pode se inferir que o aumento do número de trabalhadores nas cidades pressionou o governo para o desenvolvimento de empregos ligados à indústria. Ao nível da política externa, essa reivindicação se traduziu mediante as políticas protecionistas de fortificação do mercado interno. Também, se associa a esse contexto a crescente reivindicação por reformismo político que favoreceu os partidos políticos que representassem esses interesses – nominalmente, a UCR.

2.2.3 Forças profundas do sentimento nacional

Buscando resgatar a ideia por trás dessa força, nos seguintes termos Duroselle e Renouvin definiam o sentimento nacional:

No estudo das relações internacionais, a todo instante o historiador, como também o observador dos fatos contemporâneos, encontra **manifestações de ideias ou de emoções coletivas que se desenvolvem no seio de uma comunidade humana**, cujos membros têm consciência da **solidariedade de interesses** ou de **tradições que os une**, e estão prontos, em caso de atritos com as comunidades vizinhas, a sacrificar seus interesses individuais aos do grupo e a que pertencem (1967, p. 180, grifos nossos).

Nessa perspectiva, as forças profundas do sentimento nacional têm por objetivo investigar as mentalidades coletivas, as tradições e interesses envoltos na criação de uma identidade nacional. No caso dos países latino-americanos, essa última, segundo Chiaramonte (2017, p. 141), pode ser entendida como resultado de um processo disseminado em paralelo

²⁸ [Tradução nossa] no original em espanhol: “Entre los miembros de la clase media autónoma, el tipo humano más frecuente lo constituía el inmigrante o hijo de inmigrante que, individualmente, a través de la industria o el comercio, transitaba hacia un nivel social más alto”.

com o romantismo, que envolve por um lado a criação de um sentimento nacional compartilhado e por outro, a ideia de uma soberania política resguardada no Direito Natural²⁹.

Nesse sentido, está relacionado à força profunda do sentimento nacional a ideia de nação soberana e na consagração por parte das elites de uma figura que represente o tipo nacional. No caso argentino – assim como grande parte dos países em desenvolvimento – o Estado e a sociedade sofreram mudanças internas ligadas diretamente à conjuntura internacional da época. Nesse período, destaca-se que “[...] nos anos 30, contudo, novas demandas sociais eram perceptíveis na América Latina, provenientes do crescimento da população urbana, de uma burguesia nacional ávida por negócios e das forças armadas que viam a segurança e a defesa em estado precário” (Cervo, 2001, p. 24).

Concatenado à imigração na Argentina, o sentimento nacional era afetado pela influência das ideologias vindas do estrangeiro, gerando ora preocupação, ora entusiasmo. Sobre esse fato, em 1930 a revista *Caras y Caretas* publicou um artigo intitulado *Llamiento argentino*³⁰ onde se realiza uma alusão à situação de imigrantes da Argentina no pós-Primeira Guerra Mundial aos que migraram para os Estados Unidos. Segundo a revista:

[...] o homem fatigado das penúrias da Europa quer dirigir-se à Argentina, a concebe como uma região de promessa e como uma pátria do bem-estar. É o que devemos aproveitar e fazer, assim como os norte-americanos no início do século passado, o chamado intenso, do qual depende o nosso próprio futuro. Não tenhamos medo das ideias, das preocupações, dos velhos rancores desses perseguidos e perseguidores que se agitam em suas terras natais. Aquí, [...] se transformarão e adotarão, com o primeiro arado, com a primeira colheita, com o primeiro lucro, a imagem unificada do país (Caras y Caretas, 1930, p. 4, tradução e grafos nossos)³¹

Ao fim do artigo, há uma mensagem de receptividade aos costumes estrangeiros ao solo argentino em um ideal de que essa diversidade ajudaria a solidificar a identidade nacional. Com relação a participação dos estrangeiros na sociedade argentina, Renouvin e Duroselle afirmam que

²⁹ Idem.

³⁰ LLAMAMIENTO Argentino. *Caras y Caretas*. Buenos Aires, 03 mar. 1930. Banco Nacional de España, p. 5. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bne.es/hd/es/viewer?id=a76cc371-8cbb-46ad-9e00-fb80336b7749&page=5>. Acesso em 28 de mai. 2023.

³¹ No original em espanhol: “[...] el hombre fatigado de las penurias de Europa quiere dirigirse a la Argentina, que concibe como una región de promesas y como una patria de bienestar. Es lo que debemos aprovechar nosotros y hacerles, como los yanquis a comienzos del siglo pasado, el intenso llamamiento, del cual depende nuestro propio futuro. No tengamos miedo a las ideas, a las preocupaciones, a los viejos rancores de esos perseguidos y perseguidores que se agitan en sus solares natales. Aquí [...] se transformarán y cobrarán, con el primer surco, con la primera parva, con la primera ganancia, la imagen uniforme del país”.

A Argentina encontrava dificuldades particulares (**em 1914, a proporção dos habitantes “nascidos no estrangeiro” era de 30% para o conjunto do país, e em Buenos Aires atingia 75%**), e, todavia, foi ela que triunfou melhor, sem dúvida, quanto a realizar “a integração nacional”: os emigrados aprenderam rapidamente a gritar: “Viva a pátria”. O povo argentino se mostrou convencido da “grandeza” da nação, e manifestou confiança em seus destinos (1967, p. 201, grifos nossos).

Em sintonia com a perspectiva sociológica adotada por Sarlo (2006), é possível inferir que a integração à sociedade argentina se deu graças a três fatores: o voto, o serviço militar e o ensino público. As consequências das migrações na identidade nacional argentina que afeta os intelectuais preocupados com os símbolos nacionais com maior frequência a partir dos anos de 1930, foram gestados durante o século XIX. Ante a comemoração do Centenário argentino, em 1910, Sarlo (2006) destaca que a festividade serviu como momento de reflexão sobre a identidade. Para tanto, é traçado paralelos entre a construção da cidadania³² nesse ambiente marcado por fraturas internas e fluxos migratórios. Ainda, a autora afirma que os povos imigrantes, juntamente com setores secundários das elites tradicionais, foram essenciais no apoio a reivindicações que expandissem os direitos políticos. Essa expansão ocorreu mediante a já mencionada Lei Sáenz Peña.

Dessa forma, diante do choque da crise de 1929 as elites conservadoras construíram um discurso voltado para a restauração nacional. Essa restauração buscava reverter os avanços na participação política de setores da sociedade marginalizados. Mais do que um movimento, as demandas que se somavam ao radicalismo – imigração, setores urbanos, pequenos estancieiros etc. – representavam um movimento político nascente localizado no seio da UCR. Segundo Rapoport:

A heterogeneidade das forças que o acompanhavam determinou a falta de claras definições sobre as perguntas do momento histórico e social, no qual ‘suas posturas revelavam um penetrante sentido político, ao tratar de evitar os motivos de discussão entre seus partidários na grande luta pela reparação nacional’. Nesse aspecto, o radicalismo era mais um movimento do que um partido político” (2003, p. 118)³³.

³² Nas palavras da autora: “As forças sociais que disputavam uma maior participação no governo da república reivindicavam, em primeiro lugar, uma configuração política institucional que garantisse, de uma maneira mais aberta, a rotatividade das elites; e, em segundo, uma revisão substancial do conceito de cidadania que, até o começo do século XX, esteve limitado pelos fatos, ainda que fosse universal na letra da Constituição” (Sarlo, 2005, p. 24).

³³ [Tradução nossa] no original em espanhol: “La heterogeneidad de las fuerzas que lo acompañaban determinó la falta de claras definiciones sobre los interrogantes del momento histórico y social, con lo cual ‘sus posturas revelaban un penetrante sentido político, al tratar de evitar los motivos de discusión entre sus partidarios en la gran lucha por la reparación nacional’. En este aspecto, el radicalismo era más un movimiento que un partido político”.

Assim sendo, é possível perceber a crise que culminou com o golpe de 1930 como resultado do choque em torno do econômico, demográfico e também dos sentimentos nacionais com a elite conservadora-liberal (oficialismo, grandes fazendeiros, frigoríficos, etc.) e as classes periféricas. Se por um lado a vitória da UCR na primeira eleição após a lei Sáenz Peña demonstrou o anseio popular por mudança em um período marcado internacionalmente pelas mesmas tonalidades; de outro, o golpe contra Yrigoyen de setores conservadores evidenciam a influência da força profunda econômica (Romero, 2007, p. 67-68). Os sindicatos e a mobilização social tiveram dificuldades para se mobilizar diante dos efeitos da Depressão. Ainda, graças ao aumento do desemprego e da paralisação de setores produtivos, Yrigoyen também contou com a oposição dos operários, da esquerda e dos estudantes (Di Tella, p. 239, 2017).

Segundo Rapoport (2003, p. 214), os militares envolvidos no movimento golpista encabeçado pelo general Uriburu, de inspirações fascistas, tinham por objetivo uma reforma constitucional que colocava em ativa um regime corporativista, pondo fim ao sufrágio universal popular. Por sua vez, os golpistas contavam com o apoio da elite tradicional, que manifestou no apoio o interesse por reverter o projeto político radical.

Outro fator digno de nota relacionado ao sentimento nacional advinha resultantes do sentimento de antiamericanismo incrustado nas forças profundas do sentimento nacional argentino (Dulci, 2008, p. 48-49). Desde 1898, quando da invasão de Cuba mostrou a intenção expansionista vinda do país do norte. Desde então, Yrigoyen

[...] em 1919 ordenou que um navio de guerra saudasse a bandeira da República Dominicana, ocupada por marines norte-americanos, e em 1929 se opôs ao plano que o presidente Wilson havia feito para a Liga das Nações. Também, proclamou o 12 de outubro – aniversário da viagem de Colombo – como o *Día de la Reza*, opondo o pan-americanismo à imagem de uma Hispanoamérica que excluía os vizinhos anglo-saxões (Romero, 2007, p. 38)³⁴.

As universidades foram um dos principais centros de crítica aos Estados Unidos. Desde a Reforma Universitária de Córdoba (1918) se soma a um movimento de metamorfose intelectual. As principais reivindicações foram a criação de concurso para professores e uma participação maior dos estudantes na política governamental. Como afirma Di Tella (2017, p. 213-214), a Reforma se espalhou por todo continente, contribuindo inclusive para a

³⁴ [Tradução nossa] no original em espanhol: “en 1919 ordenó que una nave de guerra saludara el pabellón de la República Dominicana, ocupada por los *marines* norteamericanos, y en 1920 se opuso al diseño que el presidente Wilson había hecho de la Liga de las Naciones. También, había proclamado al 12 de octubre –aniversario del viaje de Colón– como Día de la Reza, oponiendo el panamericanismo la imagen de una Hispanoamérica que excluía a los vecinos anglosajones”.

construção ideológica do partido popular peruano Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), de Victor Raúl Haya de la Torre.

Segundo Doratioto (2022, p. 2) esse sentimento de resistência ao imperialismo se manifestava como crítica de segmentos civis e militares da sociedade em relação à dependência argentina frente aos poderes externos. Por outro lado, os atritos com os norte-americanos se manifestam sobre a interferência externa, sendo exemplo o pan-americanismo, que choca-se com o interesse argentino de liderança dos países hispânicos (Romero, 2007).

2.3. ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA RADICAL (1916-1930)

Durante o primeiro mandato de Yrigoyen (1916-1922), a política externa gravitou em torno dos efeitos diretos e indiretos da Primeira Guerra Mundial. De forma geral, é possível afirmar que as decisões em âmbito internacional tiveram por fim manter o *status quo* Argentino, assegurando o interesse econômico das forças profundas econômicas ligadas à exportação de produtos primários. Contudo, como foi visto anteriormente, esse modelo de comércio internacional era vulnerável às instabilidades do sistema internacional, dependendo do ingresso de capitais e mão-de-obra estrangeira (Romero, 2007, p. 50).

Diante do conflito, a dificuldade em se obter transporte marítimo restringiu o acesso aos mercados estrangeiros, assim como uma diminuição na entrada de capitais – que em sua maioria eram de origem britânica. O vácuo financeiro deixado pela Grã-Bretanha favoreceu a participação dos Estados Unidos. Por sua vez, a relação com os Estados Unidos e a Inglaterra foi estudada por O’Connell (1984, p. 485), na então denominada Relação Triangular Argentina. Segundo O’Connell, o arranjo Argentina-Inglaterra-Estados Unidos foi responsável por acentuar a vulnerabilidade dos argentinos diante de forças internacionais que fugiam ao seu controle, ou seja, a Argentina era superavitária no comércio com a Grã-Bretanha, porém deficitária com os Estados Unidos.

Enquanto os Estados Unidos exportavam manufaturados – como por exemplo pneus, automóveis e maquinário agrícola, necessários para a industrialização – a Argentina tinha dificuldade de vender produtos como carne e trigo no mercado estadunidense, tendo em vista que estes já eram produzidos nos Estados Unidos. Essa relação, em um contexto de gradativa ascensão dos EUA e decadência do Reino Unido, criava uma situação onde a libra vinda do lucro no comércio britânico era convertida – quando os ingleses permitiam a convertibilidade – em dólar para pagar as dívidas (Romero, 2007, p. 50-51).

A dificuldade do comércio, juntamente com o já mencionado repúdio frente a projetos pan-americanos vindos deste país dá início a uma série de atritos que em maior ou menor grau se manifestam durante toda metade do século XX. Outro fator que motivou constantes agressões girou em torno da nacionalização do petróleo. No primeiro mandato, “paralelamente, ao preservar para amplo uso a terra pública, Yrigoyen defendia a necessidade de proteger a ‘segunda grande riqueza’, o petróleo, ‘pondo nas mãos do Estado o domínio efetivo das jazidas petrolíferas e lhe conferindo o monopólio de sua exploração e comercialização” (Di Tella, 2017, p. 191).

Atrelada à participação na Primeira Guerra, a Argentina permaneceu neutra mesmo após a Alemanha ter afundado três embarcações mercantes argentinas. Diante da agressão, seguindo a política da neutralidade benévola – desenvolvida por Victorino de La Plaza, antecessor de Yrigoyen – optou-se por manter o abastecimento tradicional dos esforços de guerra dos países europeus (Romero, 2007, p. 38).

Internamente, a neutralidade foi dificilmente negociada, tendo em vista que os segmentos da sociedade se encontravam profundamente divididos: conservadores, Marinha, maior parte dos socialistas e parcela da UCR – encabeçada por Leopoldo Melo o Alvear – preferiam a ruptura; enquanto que o Exército (de influência alemã), a parte minoritária dos socialistas – após a neutralidade da União Soviética em 1917 – se posicionavam a favor da Tríplice Aliança. Ao fim, a neutralidade aproximou os argentinos dos países europeus e os distanciou dos Estados Unidos. (Romero, 2007, p. 38).

Assim como Yrigoyen, Alvear criticava o modelo da Liga das Nações por não ser democrático o suficiente para com os países de menor presença no sistema internacional. Durante o seu governo, ocorreu a VI Conferência Panamericana que se reuniu em Havana em 1928. Na ocasião, os países do hemisfério sul criticaram o protecionismo norte-americano e a intervenção estadunidense na Nicarágua (1928).

Após as seguintes afirmações terem sido rechaçadas pelo representante estadunidense, a revolta por parte do chanceler argentino (Honório Pueyrredón, embaixador argentino nos Estados Unidos) foi tamanha que os pedidos para a moderação do tom do chanceler – para evitar um isolamento da Argentina no hemisfério – ocasionaram na sua renúncia ao cargo (Rapoport, 2003, p. 129). Como destaca Dulci (2008, p. 49-50), isso ocorreu porque a Argentina era a mais intensa crítica do intervencionismo norte-americano na Conferência – por ter se perceber em um papel de liderança dos povos latino-americanos. Ao contrário do Brasil, que preferiu evitar atritos com o vizinho do norte, os argentinos optaram pelo rechaço da invasão estadunidense.

Em 1º de abril do mesmo ano, o *The New York Times*³⁵ publicou um artigo que referenciava a crítica do jornal *La Nación* à intervenção na Nicarágua, chamando-a de inquietante. Segundo o periódico, “a Doutrina Monroe, nas mãos de Kellog, parece reter uma qualidade defensiva para os Estados Unidos, mas perde sua qualidade enquanto garantidor digno da segurança dos pequenos vizinhos. Nicarágua não teme ser feita colônia por alguma potência Europeia, mas sim sofrer a dominação militar dos Estados Unidos”³⁶ (*The New York Times*, 1927, p. 5).

No âmbito econômico, Romero (2007) destaca que durante a presidência de Alvear (1922-1928) a situação comercial do país já tinha se recuperado do conflito mundial e motivado pela intensificação do consumo interno durante a guerra. Portanto, houve maior ênfase no debate sobre a industrialização nacional. Setores ligados à indústria e ao agronegócio aderiram ao slogan “comprar de quem nos compra”, ou seja, inspirava equilibrar a balança comercial – principalmente em relação aos norte-americanos (Romero, 2007, p. 54). Ainda, é possível identificar outro estímulo para a industrialização, uma vez que

A economia do país, durante a maior parte da presidência de Alvear, experimentou um notável crescimento. **A indústria se havia recuperado da baixa produzida pela finalização da Primeira Guerra Mundial, mas necessitava de um maior estímulo** para poder enfrentar a concorrência estrangeira. **A necessidade de industrializar o país, única forma de seguir dando ocupação a uma população que se tornava cada vez mais urbana [...]** (Di Tella, 2017, p. 225, grifos nossos).

No seu segundo mandato, Yrigoyen chegou ao poder no contexto da crise que se alastrou por todo mundo em 1929 e sentida com antecedência pela Argentina. A Grande Depressão fez com que Yrigoyen buscasse imediatamente garantir que a relação especial com a Grã-Bretanha se mantivesse mesmo diante da crise. Para o seu descontentamento, os britânicos optaram pelo protecionismo, de forma a dar prioridade no seu mercado aos produtos vindos da *Commonwealth*.

Diante da situação mencionada, em 8 de novembro de 1929, a Argentina e a Grã-Bretanha firmaram um convênio sobre crédito mútuo de cem mil libras esterlinas para serem utilizados na compra de manufaturados britânicos pelo primeiro, e na aquisição de

³⁵ CRITICIZES our policy. Argentine Paper Calls Intervention in Nicaragua “Disquieting”. **The New York Times**, Nova Iorque, 6 jan. 1927. [s. n.], p. 5. Disponível em: <<https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1927/01/06/97223074.html?pageNumber=5>>. Acesso em 18 jul. 2023.

³⁶ [Tradução nossa] no original em inglês: “The Monroe Doctrine, in the hands of Kellogg, seems to retain its defensive quality for the United States, but to lose its quality as a dignified guaranty of safety to small neighbors. Nicaragua does not fear to be made a colony by some European power, but must suffer the military domination of the United States”.

cereais e demais produtos primários pelo segundo³⁷. Esse convênio, está interligado a uma longa negociação feita com o representante dos interesses britânicos Lord D'Abernon, no qual

[...] Yrigoyen ofereceu um 'gesto moral' para a Grã-Bretanha em reconhecimento dos 'laços históricos de proximidade' entre os dois países. **Ele prometeu numerosas concessões às firmas e bens britânicos no mercado argentino**, incluindo uma exceção à prática de licitação internacional aberta que permitiria à Argentina adquirir todas as futuras provisões para as ferrovias estatais da Grã-Bretanha. (Rock, 1986, p. 211, tradução e grifos nossos).³⁸

Por um lado, enquanto se procurava manter a relação especial com a Grã-Bretanha, a relação com os Estados Unidos se deteriorava por causa da nacionalização do petróleo. Isso porque,

Durante a campanha eleitoral de 1928 os yrigoyenistas encontraram uma questão que, mais do que qualquer outra, ajudaria carregar seu líder de volta ao poder: o monopólio estatal sobre o petróleo. Essa cruzada nacionalista também foi focada contra os interesses petrolíferos Americanos, particularmente a *Standart Oil* de Nova Jersey, e deste modo, se tornou um elemento central na crescente crise nas relações entre Argentina e Estados Unidos (Rock, 1986, p. 208, tradução e grifos nossos)³⁹.

De forma resumida, é possível afirmar que a política externa argentina dos governos radicais (1916-1930) teve como foco a manutenção tanto do modelo econômico argentino – assim como a preservação de suas alianças históricas com os países europeus, de modo a salvaguardar a presença argentina nos mercados exteriores frente o conflito mundial; e o posicionamento em torno de uma relação crítica em relação aos Estados Unidos.

Como foi visto, a partir dos eventos internacionais destacados, é possível inferir impactos diretos nas forças profundas da Argentina no início do século XX. As forças demográficas, econômicas e o sentimento nacional argentino apontavam todas para um mesmo fato: a impossibilidade de se retornar ao que foi o século passado. A partir de então, a política externa teve que se adaptar à pressão oriunda do aumento na presença cada vez mais

³⁷ ARGENTINA. **Convênio sobre crédito mutuo entre la República Argentina y el Reino Unido de la Gran Bretaña y el Norte de Irlanda.** Buenos Aires, 08 de nov. 1929. Biblioteca Digital de Tratados. Disponível em: <<https://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=4>>. Acesso em 28 de jun. 2023.

³⁸ No original em inglês: “[...] Yrigoyen offered a "moral gesture" to Britain in acknowledgment of the "close historical ties" between the two countries. He promised numerous concessions to British firms and British goods in the Argentine market, including an exception to the practice of open international bidding that would allow Argentina to acquire all future supplies for the state railroads from Britain”.

³⁹ No original em inglês: “During the election campaign of 1928 the *yrigoyenistas* found one issue that, more than any other, helped carry their leader back into power: a state monopoly over oil. This nationalist crusade was also focused against American oil interests, particularly Standard Oil of New Jersey, and thereby became a central element in a growing crisis in relations between Argentina and the United States”.

heterogênea de classes sociais ligadas à crescente urbanização e industrialização do país, assim como a pluralidade cada vez maior do espectro político graças às imigrações. Nesse contexto, os governos radicais buscaram equilibrar as novas demandas com a conciliação dos setores tradicionais da sociedade, que percebiam seus interesses ameaçados.

Os avanços da Lei Sáenz Peña; os auspícios da Reforma Universitária e avanços nas questões trabalhistas logo seriam cassados por uma parte da elite conservadora que gradativamente se aproximava do reacionarismo fascismo italiano e espanhol. Nesse cenário, Yrigoyen, “re-eleito em 1928, aos 76 anos, para servir mais um mandato, pareceu incapaz de lidar com os problemas nacionais causados pelo colapso do comércio mundial e a consequente interrupção na vida econômica Argentina, ligada diretamente ao comércio mundial”⁴⁰ (Davis, 1947, p. 275).

Por fim, percebe-se que os eventos que se sucederam no cenário internacional geraram impactos na sociedade argentina dos governos radicais por meio das forças profundas argentinas. De forma simbiótica, esses obstáculos foram suficientes para incitar a busca por novos caminhos no cenário internacional.

⁴⁰ [Tradução nossa] no original em inglês: “Re-elected in 1928, at the age of 76, to serve another term, he appeared unable to deal with the national problems presented by the collapse in world trade and the consequent disruption of Argentine economic life, so closely tied to world trade”.

3. A POLÍTICA INTERNACIONAL RUMO À SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1930-1945)

A irrupção da crise econômica de 1929 afetou a Argentina, e os demais países latino-americanos que dependiam economicamente do ingresso de capitais e dos lucros atrelados à importação de produtos primários⁴¹. Soma-se a isso, a quebra da lógica liberal pelas potências defensoras do liberalismo – incluída aqui a grande parceira argentina, a Grã-Bretanha⁴² – que contribuiu para o surgimento de movimentos ideológicos no país platino contrários ao liberalismo aparentemente em crise. Esses eram inspirados nos regimes fascistas europeus que denunciavam a representatividade da democracia liberal, oferecendo como alternativa, o modelo de um Estado corporativista⁴³ autoritário (Romero, 2007, p. 67).

Portanto, enquanto que por um lado as forças econômicas agroexportadoras da Argentina eram afetadas pela posição protecionista das potências industrializadas; de outro, incitava críticas ao liberalismo político, de forma a munir os intelectuais que flertavam com o fascismo europeu, como Leopoldo Lugones⁴⁴, e que dedicaram esforços para fornecer legitimidade ao governo oriundo do golpe na Argentina em 1930. Resumidamente:

[...] a década de 1930 foi marcada pela permanência das incertezas herdadas da década anterior: questionava-se, de um lado, o liberalismo econômico, considerado como o responsável pela Grande Depressão, e de outro lado, o liberalismo político que, em tempos de crescimento das demandas sociais e trabalhistas, fortalecia ou os movimentos comunistas e socialistas, ou ainda os movimentos totalitários (Saes; Saes, 2013, p. 387, grifos nossos).

Em perspectiva internacional, o mundo se encaminha para um segundo conflito global, com cerca de um terço da população do planeta vivendo sob regimes comunistas; ou passando

⁴¹ “No contexto da depressão dos anos 1930, com o comércio exterior em colapso, essa capacidade estava seriamente comprometida, dado o grande peso dos impostos sobre exportação e importação na estrutura tributária” (Fausto; Devoto, p. 260, 2004).

⁴² Inclusive, durante a crise econômica a política comercial britânica deu privilégios aos domínios coloniais ao invés da Argentina, indiferente à grande importância dos argentinos para o mercado inglês (Cervo, 2001, p. 28-29).

⁴³ “[Coorporativismo] é uma doutrina que propugna a organização da coletividade baseada na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais (corporações). Propõe, graças à solidariedade orgânica dos interesses concretos e às fórmulas de colaboração que daí podem derivar, a remoção ou neutralização dos elementos de conflito: a concorrência no plano econômico, a luta de classes no plano social, as diferenças ideológicas no plano político” (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998, p. 288).

⁴⁴ “[Lugones foi] um dos principais líderes do nacionalismo de direita, abandonou suas posições liberais, o internacionalismo e o pacifismo, passando a professar o darwinismo social, o império da irracionalidade, da força e da vontade na vida social. Dessa maneira, Lugones destacou-se como a primeira grande figura pública argentina a desenvolver uma acirrada crítica ao pacifismo, a qual foi completamente assimilada pela direita nacionalista” (Beired, 2001, p. 307).

por movimentos antiliberais de extrema direita, em países centrais como a Alemanha e a Itália (Adamosvsky, 2020, p. 165). Na Argentina, essas mudanças internacionais se reproduziram por meio do golpe militar proferido contra o governo liberal de Yrigoyen. O nacionalismo filo-fascista se fortaleceu diante do apoio da elite liberal-conservadora, que começava enxergar como resposta aos seus problemas os regimes italiano, espanhol e, futuramente, alemão.

A dificuldade do governo em lidar com os impactos da crise – as limitações impostas pelo sistema internacional à política externa argentina – favoreceu a manobra das forças profundas argentinas pela corrente política golpista⁴⁵ descontentes com as medidas progressistas de expansão política do radicalismo. Imerso nesse contexto, os militares direcionaram sua atenção para a crítica à dependência externa e a representação política. Diante da crise, o movimento operário, assim como os socialistas e comunistas marcavam presença na oposição – sendo esses reflexos dos processos de imigração e urbanização, analisadas no período anterior (Di Tella, 2017, p. 250). Resumidamente,

[...] **após meio século de ganhos com o modelo agroexportador, a Argentina via a si própria como uma nação poderosa**, destinada a liderar a América Sul como já o fazia no Rio da Prata. **A Segunda Guerra Mundial**, porém, **abalou sua autonomia financeira e atividades econômicas**, devido à redução das exportações para a Europa e ao congelamento, no Reino Unido, das libras esterlinas obtidas em superávits comerciais com esse país (Doratioto, 2022, p. 16, grifos nossos).

3.1. INÍCIO E O FIM DA CONCORDÂNCIA (1930-1943)

No dia 7 de setembro de 1930, ao lado da foto de José Félix Uriburu e Agustín Pedro Justo a cavalo na capa, o jornal *El Orden* anunciava: “O general Uriburu, encabeçou o movimento, que foi uma marcha sem resistência sobre a Capital”⁴⁶. Além disso, na mesma página é destacado que o comando do movimento estava restrito aos oficiais do Exército; e que qualquer ameaça à vida, propriedade e segurança dos habitantes da nação seria motivo para execução sem julgamento (El Orden, 1930, p. 1). No fim da manchete, se encontram os nomes dos responsáveis pelo aviso: Tenente General Comandante e Chefe de Exército e

⁴⁵ Cabe mencionar que as instabilidades políticas em respostas a problemática da representação política não foi exclusiva da Argentina. Com observa Eric Hobsbawm (1991, p. 113), a queda de vários governos latino-americanos (Chile, Brasil, México, Uruguai, Peru) foi acompanhada de uma queda no preço e na quantidade das exportações comerciais e lucros financeiros advindos de produtos primários.

⁴⁶ EL General Uriburu, Encabezó El Movimiento, Que Fué Una Marcha Sin Resistencia Sobre La Capital. **El Orden**, Santa Fé, 7 set. 1930. [s. n.], p. 1. Disponível em: <http://www.santafe.gov.ar/hemerotecadigital/diario/926/?page=1>. Acesso em: 30 jun. 2023.

Presidente do Governo Provisório Uriburu; Tenente Coronel e Secretário General, Emilio Kinkelin (Idem).

Após chegar ao poder, o movimento golpista carecia de liderança e unanimidade nos planos políticos. Como visto anteriormente, o golpe de Uriburu foi motivado pela união entre as forças nacionalistas, as forças armadas, radicais antipersonalistas e socialistas independentes⁴⁷. Esse evento inaugurou, segundo Beired (2001, p. 307): "[...] um longo ciclo de participação dos militares na vida pública do país". Dessa forma, a partir da década de 1930 se dado início ao que futuramente será chamado pelos opositores de década infame⁴⁸ – em decorrência dos casos de fraudes nas eleições em nível regional e nacional (Di Tella, 2017, p. 250). Além disso, cabe destacar que os opositores do regime frequentemente foram perseguidos e torturados (Pellegrino; Prado, 2019, p. 143).

O governo idealizado por Uriburu girava em torno de uma reforma profunda no sistema político argentino: fim da representação política em detrimento de um Estado corporativista; censura política e controle sobre a cultura e a educação. As ações eram justificadas pelo discurso de regeneração moral da nação (Idem). Portanto, logo que chegou ao poder instituiu Estado de sítio, dissolveu o Congresso e interveio nas províncias (Adamovsky, 2020, p. 215). Em pouco tempo, a ideia de abolir as instituições representativas do Estado foi recebida com reprovação por diferentes segmentos da sociedade. Como assinalam Devoto e Fausto (2004), os longos períodos de conflitos internos anteriores ao golpe de 1930 amadureceram as instituições políticas argentinas, de modo a torná-las popularmente resistentes a iniciativas de desinstitucionalização como a de Uriburu⁴⁹.

Além disso, a representação política servia ao interesse tanto das elites tradicionais quanto das periféricas, que exerciam pressão para que as eleições continuassem ocorrendo. Diante disso, após a oposição manter ampla presença no legislativo, Uriburu e os demais opositores ao radicalismo perceberam que a adesão ao movimento golpista estava longe de ser unânime. Diante da eleição do líder radical *antipersonalista* Alvear para o governo de Buenos

⁴⁷ Como destacado por Tato (2004), o fator que deu liga a essas forças foi a personificação do inimigo na figura de Hipólito Yrigoyen. Uma vez derrubado, a dificuldade de encontrar consenso no novo governo foi dado pelo tamanho da coalizão dessas forças. Portanto, os antipersonalistas são àqueles do movimento radical que não compactuaram com a centralização do movimento na pessoa de Yrigoyen.

⁴⁸ “Quase todo o período do retorno conservador, entre 1930 e 1943, caracterizou-se pela tergiversação da vontade popular por meio da fraude, realizada em quase todos os distritos. As principais exceções eram a Capital Federal e Córdoba, mas o lugar onde mais abertamente se praticava era a província de Buenos Aires” (Di Tella, p. 252, 2017).

⁴⁹ Duroselle e Renouvin (1967) destacam que o(a) estadista pode se colocar a favor das forças profundas, utilizando dela para se beneficiar ou ir contra e sofrer as consequências. O caso de Uriburu é elucidativo, pois enquanto que por um lado dá voz a uma parcela reacionária da força do sentimento nacional, de outro vai contra a força profunda da maturidade das instituições políticas, galvanizadas por longos séculos de disputas; o que colabora para sua deposição.

Aires, Urriburu interfere na província, incitando ainda mais a oposição. Com a aproximação da eleição para presidente, o então presidente percebe a incapacidade de vencer, cedendo espaço para Agustín Pedro Justo. Contudo, por mais que a passagem pelo poder de Urriburu tenha sido curta, a sua retórica – somada aos esforços a intelectuais como Leopoldo Lugones – foi suficiente para plantar as sementes de uma vertente nacionalista de extrema-direita que futuramente seria incorporada pelo Exército argentino.

Sob esse contexto, como exemplo de adesão civil ao golpe, o periódico *La Fronda* em suas páginas se posicionou a favor do golpe e contra a representação liberal – entendida pelas forças que apoiaram o golpe como um vício que corrompeu a nação (Tato, 2004). Na política nacional, uma parte da elite conservadora-liberal que apoiou o movimento flertava com o antiliberalismo reacionário, enquanto a outra aderiu a ala reformista do general Agustín Pedro Justo, que ao contrário de Urriburu era

[...] respaldada por setores majoritários da classe política de orientação conservadora. Coincidiram com os nacionalistas a necessidade de derrotar Yrigoyen, porém defendiam a manutenção da ordem institucional. Esse setor logrou impor aos nacionalistas a participação dos políticos opositores e introduzir modificações na proclamação revolucionária originalmente redigida por Lugones (Rapoport, 2003, p. 214)⁵⁰.

Logo após o golpe de 1930, Justo já vinha arquitetando a sua chegada ao poder por intermédio da criação do *Partido Demócrata Nacional* (PDN), onde se aglutinaram os liberais-conservadores; a Igreja, uma parcela dos *antipersonalistas*, parte do Partido Socialista Independiente (PSI) e do Exército⁵¹. Esse grupo apoiou a candidatura de Justo e Julio A. Roca Jr; contra Lisandro de La Torre e Nicolás Repetto, candidatos da oposição, denominada *Alianza Civil*⁵² – se descrevia como uma oposição de esquerda moderada e republicana (Cattaruzza, 2016, p. 120).

O discurso do movimento golpista era a regeneração moral da nação. Por esse objetivo, se almejava justificar as perseguições e fraudes (Tato, 2004). Assim sendo, o governo provisório de Urriburu foi sucedido pela coalizão de forças heterogêneas costurada por Justo, denominada *La Concordancia*. Esse período se inicia com a eleição de Justo e se

⁵⁰ [Tradução nossa] no original em espanhol: “[...] respaldada por sectores mayoritarios de la clase política de orientación conservadora. Coincidían con los nacionalistas en la necesidad de derrocar a Yrigoyen, pero planteaban el mantenimiento del orden institucional. Este sector logró imponer a los nacionalistas la participación de los políticos opositores e introducir modificaciones en la proclama revolucionaria originalmente redactada por Lugones”.

⁵¹ Por buscar encontrar consenso na heterogeneidade dos grupos que a compunham, essa coalizão de forças foi denominada como *La Concordancia* – ou a Concordância, como será referido de agora em diante.

⁵² Formada pelo Partido Demócrata Progressista e o Partido Socialista. Vale mencionar que logo após o golpe os radicais voltaram para a clássica abstenção política.

estende a Ortiz e Castillo, militares que governaram a Argentina de 1931 a 1945, até o momento em que o Grupo de Oficiais Unidos (GOU) toma o poder.

No governo, Justo partiu de uma perspectiva liberal e a favor do comércio com os britânicos. Também acreditava em uma reforma das instituições representativas – em contraposição à erradicação proposta por Uriburu (Rapoport, 2003, p. 214). Dois desafios imediatos preocupavam o novo governo: recuperar a economia diante da Crise de 1929 (foi sentida desde 1928 e seguiu até 1932) e a legitimidade política.

Diante do fechamento dos mercados internacionais e da diminuição da entrada de capitais estrangeiros, a solução encontrada por Justo consistiu na manutenção dos laços históricos com a Grã-Bretanha, entendido pelo mesmo necessário para preservar os interesses das elites ligadas à exportação de carnes e cereais. Contudo, em 1932 a Grã-Bretanha adotou a Preferência Imperial na Convenção de Ottawa, ou seja, importava o quanto possível e abria a economia para os países do domínio colonial e só depois, à Argentina (Cervo, 2001, p. 27).

A medida não era proporcional ao peso que o comércio com a Argentina significava para os britânicos, o que gerou insatisfação por parte das classes tradicionais argentinas ligadas ao meio rural. Uma das explicações dadas pelos britânicos para esse arranjo reside no fato de que as empresas britânicas localizadas na Argentina encontravam dificuldades financeiras. Como resposta, a Grã-Bretanha aceitou a proposta apresentada pela Austrália e América do Sul (suas colônias) de cortar inicialmente 5% da importação da carne argentina. (Rock, 1986, p. 224).

Imediatamente, as forças profundas econômicas que sustentavam o governo de Justo pressionaram-no, resultando na criação de uma equipe encabeçada pelo vice-presidente, Julio A. Roca, que tinha como missão contornar a preferência tarifária aos integrantes da *Commonwealth* (Doratioto, 2022, p. 2). Dessa forma, se deu origem ao Tratado Roca-Runciman, celebrado entre o vice-presidente argentino e o diplomata britânico, Walter Runciman, em 1º de maio de 1933.

No pacto, a Grã-Bretanha utilizava do seu poder comercial para impor aos argentinos – em condição menos favorável – inúmeras demandas. Entre as condições, estavam exportar prioritariamente a partir de frigoríficos estrangeiros; transportar a carne em embarcações britânicas (monopólio); utilizar a totalidade do lucro obtido na compra de bens de origem inglesa como forma de pagamento da dívida contraída com esse país e priorizar serviços desempenhados por empresas britânicas em território argentino (Adamovsky, 2020, p. 163).

O Tratado Roca-Runciman foi interpretado pela oposição do governo como exemplo da dependência do comércio exterior argentino. Tanto grupos nacionalistas quanto a oposição

souberam manobrar a insatisfação gerada pelo acordo. Segundo Rock (1986), o real objetivo do tratado não foi salvaguardar os interesses nacionais, mas sim proteger a elite agroexportadora⁵³. Sob outra ótica, Doratioto (2022, p. 2) enxerga o arranjo como resultado de uma administração econômica eficiente, pois em meio à crise econômica, foi encontrado espaço para os produtos argentinos no mercado britânico.

A insatisfação do acordo foi generalizada pelos socialistas e demais ideologias críticas à dependência argentina, suscitando intenso debate no Congresso. Nesse contexto, o senador pelo Partido Socialista Independiente (PSI), Lisandro de La Torre deu início a uma investigação que trouxe à tona inúmeros casos de corrupção (frigoríficos que não pagavam os impostos, informações ocultas, benefícios para alguns fazendeiros, como o ministro da Agricultura, Luis Duhau) (Di Tella, 2017, p. 257).

O escândalo que se seguiu prejudicou ainda mais a imagem do governo que chegou ao poder sob discurso de regeneração moral da nação. Contudo, o Ministro da Fazenda – Federico Pinedo – acabou por perceber que os novos desafios propiciados pela crise precisavam de novas iniciativas. Dessa forma, Pinedo acabou por implementar várias medidas econômicas heterodoxas inspiradas em John Maynard Keynes⁵⁴. Assim sendo, algumas das medidas foram: criação de um Banco Central; instituição de inúmeras juntas nacionais para regulação de produtos como a carne, cereais e vinho; impostos sobre os lucros; controle de câmbio a partir da centralização de compra e vendas de divisas pelo Estado, entre outras (Beired, 2001, p. 306-307).

Sobre essas medidas, Ramos (2012) levanta a hipótese de que ao contrário do que se pode induzir, essas medidas não caminhavam na direção de uma emancipação econômica frente ao capital estrangeiro. Pelo contrário, “O conjunto de leis aprovadas, a política de carnes, a criação do Banco Central foram ditados pela exigência britânica de somente comprar as carnes argentinas com a condição de deixar a economia nacional sob controle inglês” (Ibid., p. 429).

Portanto, é possível afirmar que as medidas anticíclicas adotadas para lidar com a crise de 1929 na verdade, provinham da dependência argentina. Essa hipótese se fortifica quando se leva em conta que a maior parte dos acionistas do Banco Central eram estrangeiros, e os

⁵³ É possível perceber como as forças profundas econômicas dominaram a pauta da política externa, fazendo dessa sua ferramenta. A revolta popular exemplificada pela oposição pode ser entendida pela desconexão entre o interesse nacional e a política externa, idealmente uma ferramenta de Estado (Cervo, 2001).

⁵⁴ Em suma, a percepção de que o Estado detinha um papel fundamental na regulação e estímulo da economia nacional. No período entreguerras o keynesianismo inspirou medidas como o *New Deal* nos EUA e o pensamento de Raúl Prebisch, economista argentino que além de ter um papel fundamental na formulação econômica de Pinedo, foi essencial na criação da CEPAL, durante o pós-Segunda Guerra (Saes; Saes, 2013).

funcionários públicos argentinos funcionavam apenas como fiscalizadores (Adamovsky, 2020, p. 166). Como resultado, a partir de 1933 a economia argentina cresceu – com ênfase na indústria que superou a produção da agropecuária. Como consequência, as classes associadas às indústrias cresciam e as cidades se desenvolviam. Essas medidas favoreceram o amadurecimento do mercado interno. Ramos da economia – como o têxtil, alimentos, confecções, produtos químicos e metalurgia – aumentaram devido a simplicidade das bases industriais necessárias. Por fim, cresceu a ligação entre a produção agropecuária e a indústria⁵⁵ (Romero, 2008, p. 74).

Com o início da Segunda Guerra Mundial, Pinedo propôs um programa de governo para reativar a economia, na qual essencialmente consistiu no investimento pelo Estado na infraestrutura e no desenvolvimento da economia nacional. Contudo, o plano não foi aprovado pela Câmara de Deputados, graças ao bloqueio dos radicalistas em retaliação às fraudes. Essa obstaculização afetava a indústria em crescimento, pois esta dependia da importação dos insumos que não produzia (Adamovsky, 2020, p. 167). No contexto observado, Rapoport (2003) destaca que a produção industrial argentina começou a abastecer os países limítrofes; sendo catalisada pelo vácuo de oferta deixado pelos países envolvidos com a Segunda Guerra Mundial. Desse modo, a Argentina consolidava a exportação de seus produtos manufaturados para os países vizinhos. Os resultados positivos das medidas anticíclicas adotadas por Pinedo fortaleceram as teses críticas ao liberalismo e à dependência.

O conflito interno espanhol teve profundo impacto nas nações latino-americanas. No caso argentino, não foi diferente. Imerso no contexto que precedeu a Segunda Guerra Mundial. Ideologicamente, a Guerra Civil foi interpretada nos trópicos como um embate definitivo entre a democracia liberal e o fascismo (Romero, 2007, p. 82). Além disso, a chegada de milhares de emigrados republicanos fugidos da guerra acompanhou a proliferação de ideias progressistas (Adamovsky, 2020, p. 168). De acordo com Devoto e Fausto: “o fim da abstenção dos radicais na Argentina, em 1935, e o começo da Guerra Civil Espanhola, que gerou uma forte e duradoura polarização em torno da temática do fascismo–antifascismo, criaram uma situação política complexa [...]” (p. 267, 2004).

Não obstante, Romero (2007, p. 82) afirma que o conflito espanhol serviu para sublinhar com nitidez o espectro político argentino. À direita, integravam-se conservadores autoritários, nacionalistas, filo-fascistas, católicos integralistas; todos contrários ao liberalismo democrático. Na esquerda, estavam o radicalismo; os socialistas;

⁵⁵ O favorecimento da indústria se deu mediante estagnação do setor agroexportador, tendo em vista a baixa demanda internacional (Romero, 2007, p. 75).

demo-progressistas; universitários; sindicatos trabalhistas e parcelas do liberalismo conservador.

Se, por um lado, o governo conseguiu melhorar economicamente a situação da Argentina, ainda não tinha resolvido o seu segundo maior problema: a percepção compartilhada de que o governo era alheio aos interesses da sociedade. O problema de legitimidade serviu como terra fértil para a criação da Força de Orientação Radical da Juventude Argentina (FORJA), em 1935. Oriunda de uma aproximação dos radicais de esquerda com o nacionalismo uriburista, dando origem ao que Rapoport chama de nacionalismo populista (Rapoport, 2003, p. 222). Formada majoritariamente por militares de baixa patente, ou seja, era exemplo da fragmentação supracitada. Eram contra o imperialismo e a corrupção oligárquica, adotando uma perspectiva latino-americana (Di Tella, 2017, p. 248).

O presidente da FORJA, era Luis Dellepiane, amigo próximo de Yrigoyen, que no governo do mesmo foi responsável pela repressão durante a Semana Trágica – como observado no capítulo anterior. A compreensão do que foi a FORJA é necessário para se entender o que viria a ser no futuro, o movimento peronista. Segundo Rapoport:

Na perspectiva forjista, [...] o país abrigava duas Argentinas. Por um lado, a Argentina conservadora, resistente a mudanças, com uma "aparência poderosa" devido ao controle das estruturas dos partidos políticos, dos meios de comunicação e dos governos. Era uma Argentina carente de vitalidade, obsoleta, que subsistia por inércia, "porque nem mesmo aqueles que a compõem mais acreditam nela". Em contrapartida, havia a Argentina subterrânea, voltada para o futuro, onde as massas argentinas realizariam seu programa. **A pregação da FORJA antecipava a ideologia do primeiro peronismo, governos no qual participaram ativamente alguns de seus membros** (2003, p. 223, tradução e grifos nossos)⁵⁶.

A citação acima alude ao fato de que enquanto as forças conservadoras, associadas às elites tradicionais, se perpetuavam no poder sob uma lógica reacionária, as massas alijadas do poder colocavam suas esperanças no futuro. Há, portanto, um embate entre o velho e o novo. Não restrito apenas ao campo político, os embates ideológicos oriundos do conflito interno na Espanha transbordaram sobre a cultura. Diversos jornais criados por imigrantes espanhóis (*Losada*, *Sudamerica*, *Emecé*) foram responsáveis por produções intelectuais de crítica e

⁵⁶ No original em espanhol: "En la óptica forjista, [...] el país albergaba dos Argentinas. Por un lado, la conservadora, resistente a los cambios, con "una apariencia poderosa" porque manejaba las estructuras de los partidos políticos, los medios de comunicación y los gobiernos. Una Argentina carente de vitalidad, caduca, que subsistía por inercia, "porque en ella ya no creen ni los que la forman". Su contracara era la Argentina subterrânea, orientada hacia el futuro, donde las multitudes argentinas realizarían su programa. La prédica de FORJA anticipó la ideología del primer peronismo, en cuyos gobiernos participaron activamente algunos de sus miembros".

reflexões de desafios nos campos da educação, saúde, questão agrária e a condição da mulher. (Romero, 2007, p. 83).

Na mesma época que se aproximavam Argentina e a Alemanha nazista, terminou o mandato de Justo (1938). Diante da diversificação das classes sociais que reivindicavam seus direitos, a Concordância buscava conversar diretamente com esses atores através das instituições e da representação política. Assim sendo, Roberto Marcelino Ortiz foi o sucessor de Justo, responsável pela aproximação com o radicalismo; aproximação com os aliados e o aceno ao regime democrático foram algumas das características de Ortiz que se equilibrava com a indicação do conservador tradicional e germanófilo Ramón S. Castillo como vice⁵⁷.

O governo Ortiz buscou dialogar com a oposição, tendo em vista a constante presença radical⁵⁸ (Adamovsky, 2020, p. 164). O esforço de Ortiz de se diferenciar no que tange o diálogo da oposição está ligado com o desarranjo entre executivo e legislativo presente durante todo período da Concordância. Exemplo disso, é a aproximação de Ortiz com a classe ferroviária e com questões trabalhistas⁵⁹, deixadas em plano secundário pelos seus antecessores (Romero, 2007, p. 83). Nesse período, o Exército já exercia uma pressão muito grande no governo, de forma afetar diretamente a política externa frente à Segunda Guerra Mundial. Contudo, vale mencionar que assim como na sociedade, o Exército, enquanto instituição, também se fragmentava. Em suma:

No período entre 1938-1940, o presidente Ortiz tentava consolidar seu poder apoiado no Exército, distanciava-se dos germanófilos, buscando limitar a atividade de associações estrangeiras na Argentina, e iniciava uma série de intervenções nas províncias (incluída a estratégica Buenos Aires), visando sanear o sufrágio. Essas tendências, no entanto, não se consolidaram, e **a Argentina não rumaria para a efetiva renovação do sistema democrático, e sim para a fragmentação do poder e das instituições** (Devoto; Fausto, p. 270, 2004, grifos nossos).

Imerso no contexto supracitado, o Pacto de Não-Agressão Ribbentrop-Molotov (1939) firmado entre a Alemanha nazista e União Soviética fez com que os socialistas se desvencilhassem dos comunistas, causando fragmentação na frente oposicionista. Nesse

⁵⁷ Contudo, apesar do sentimento democrático que Ortiz inspirava, o governo em si era, segundo Devoto e Fausto (p. 259, 2004): “[...] uma clara continuação do anterior. Tanto Justo quanto Ortiz retomaram um modelo de Estado herdado do liberalismo argentino oitocentista, segundo o qual a intervenção do poder público deveria se restringir à economia, como um ocasional instrumento anticíclico, mantendo-se à margem da esfera social”.

⁵⁸ “No âmbito da política legal, houve mudanças importantes a partir de 1936. Como resultado de seu retorno às urnas, o radicalismo ganhou em 1936 uma ampla bancada na Câmara dos Deputados e alguns governos estratégicos, como de Córdoba, assumido por Amadeo Sabattini (1936-1940)” (Di Tella, 2017, p. 250).

⁵⁹ “**Desde fins dos anos 1930, por exemplo, o presidente Ortiz mostrava interesse em avançar na questão trabalhista**, e, na estratégica província de Buenos Aires, o governador conservador com inspirações fascistas Manuel Fresco realizava uma ativa tarefa de mediação e intervenção, esboçando uma legislação social e de regulação das relações de trabalho. **Contudo, não passavam de esforços assistemáticos e fadados ao fracasso em face da hegemonia ideológica do laissez-faire**” (Devoto; Fausto, p. 266, 2004, grifos nossos).

ínterim, a União Cívica Radical desempenhou um papel de liderança, tendo em vista sua ampla presença parlamentar e defesa das instituições representativas (Romero, 2007, p. 87).

Após as subdivisões domésticas no internacional com o ataque japonês em Pearl Harbor (1941), os Estados Unidos tiveram por objetivo arrastar os demais países latino-americanos para o conflito contra o Eixo, tendo como norte a solidariedade continental, ou seja, o rompimento da relação diplomática de todos os países do continente. Com esse evento, houve uma mudança na natureza da política externa estadunidense para o continente. Nas palavras de Romero:

A outra dimensão do triângulo - a diplomática - seguia por caminhos diferentes. **Desde 1932, com Roosevelt, os Estados Unidos haviam modificado substancialmente sua política externa, pelo menos em suas formas: a abordagem clássica do ‘porrete’ foi substituída pela da ‘boa vizinhança’;** os Estados Unidos buscavam estreitar relações bilaterais e, no contexto do pan-americanismo, alinhar o ‘hemisfério’ atrás de si (2007, p. 89, tradução e grifos nossos)⁶⁰.

Não apenas, a política interna argentina mudou de direção quando Ortiz se afastou da presidência, em 27 de junho de 1942, em decorrência de um estágio avançado de diabetes, vindo a falecer logo em seguida. Tal era a situação argentina: em pouco tempo depois da entrada dos Estados Unidos no conflito, o chefe de governo argentino – pró-aliados; simpático à democracia e mediador – é substituído pelo vice Ramón S. Castillo – pró-Eixo, autoritário e hostil aos opositores.

O governo Castillo ficou marcado pela intensificação do questionamento da legitimidade (Romero, 2007, p. 92). A fraude que elegeu Ortiz e Castillo; o governo sob Estado de sítio e a intervenção nas províncias foram alguns dos fatores que alimentaram a oposição (Adamovsky, 2020, p. 164). Esta, se encontrava com dificuldades em formar uma Frente Popular após o vácuo deixado pela morte do ex-presidente Alvear em 1942. Por fim, a partir de 1943, somente a Argentina mantinha sua neutralidade com relação ao Eixo.

Nesse sentido, em 4 de junho de 1943, após Castillo tentar o rompimento diplomático com o Eixo, seu governo é derrubado pelos militares do grupo secreto denominado Grupo de Oficiais Unidos (G.O.U). Entre os fatores que contribuíram para o golpe contra Castillo estão:

⁶⁰ No original em espanhol: “La otra dimensión del triángulo –la diplomática– marchaba por carriles diferentes. Desde 1932, con Roosevelt, Estados Unidos había modificado sustancialmente su política exterior, al menos en sus formas: la clásica del ‘garrote’ fue reemplazada por la de la ‘buena vecindad’; Estados Unidos aspiraba a estrechar las relaciones bilaterales, y en marco del panamericanismo, a alinear detrás de sí al ‘hemisferio’”.

a crescente fragmentação interna⁶¹, corrupção oficialista e a hesitação frente a manutenção da neutralidade argentina frente a Segunda Guerra Mundial (Beired, 2001, p. 314).

3.2. G.O.U E A CHEGADA DE PERÓN AO PODER (1943-1946)

O Grupo de Oficiais Unidos foi criado em 1942 e tinha discursos voltados pelas críticas à dependência externa (anti-imperialismo) e a corrupção do governo oligárquico. O grupo era formado por jovens coronéis e tenente coronéis, alguns capitães e poucos generais. A sua verdadeira importância reside no fato de ter sido o único grupo entre os meios golpistas capaz de formular um plano político (Cattaruzza, 2016, p. 184).

A falta de um plano político gerou inquietação nos Aliados, ao perceberem subir ao poder diversas figuras relacionadas aos setores nacionalistas. As principais medidas após a tomada do poder foram: a imposição do ensino católico nas escolas; dissolução dos partidos políticos e a repressão de intelectuais. Nesse instante, os universitários foram uma fonte de resistência ao movimento (Luna, 1995, p. 137). Além disso, nos seus discursos a G.O.U utilizava de argumentos subjetivos, como unir espiritual e materialmente a nação⁶².

Nesse sentido, o grupo se alinhava aos ideais nacionalistas e anti-imperialistas disseminados pela FORJA desde 1938. Contudo, a primeira se diferenciava da última pela evidente aproximação com o nazifascismo (Pellegrino; Prado, 2019, p. 143). Além disso, na opinião pública da época poucos faziam questão de defender o regime democrático, que na época era visto de forma disseminada como ineficaz e fraudulento. O motivo pelo qual a G.O.U depôs o governo anterior era impedir o rompimento das relações diplomáticas com o Eixo. Os governos apoiados pela G.O.U foram três: Arturo Rawson que liderou o golpe (1943) – governando por 3 dias –; Pedro Pablo Ramírez (1943-1944) e Edelmiro Farrell (1944-1946), que é sucedido após a eleição de Juan Domingos Perón⁶³.

Essa época foi marcada pela consolidação definitiva dos interesses militares enquanto classe política. Os militares da G.O.U defendiam o desenvolvimento da indústria bélica; a modernização de armas e técnicas pela importação e um papel de liderança na América Latina

⁶¹ Assim como na Guerra Civil Espanhola, tanto a sociedade quanto o exército se fragmentavam em decorrência dos lados no conflito internacional (Romero, 2007).

⁶² Em síntese: “Este novo grupo dirigente, que foi se concretizando como uma **união entre militares, setores das classes trabalhadoras e da Igreja Católica**, além de não deixar de ter uma **conexão com a tradição alemã de formação castrense de seus quadros**, era a resposta de **demandas políticas não contempladas** pelo tipo de desenvolvimento da economia desde 1930” (Cavlak, 2008, p. 37, grifos nossos).

⁶³ Que apesar de ter sido eleito por uma base eleitoral, os planos políticos divergem dos seus antecessores, marcando um novo período na política argentina; não sendo possível incluí-lo como um dos governos que compuseram o período da G.O.U.

e a soberania nacional (Beired, 2001, p. 314). Todos esses pontos, coadunam com a manutenção das relações com a Alemanha Nazista. Logo, tanto interna quanto externamente a euforia pela derrocada de Castillo se mostrou em vão pelos Estados Unidos, que esperavam uma mudança na orientação argentina frente ao conflito mundial. Já em 1943, "[...] o destino da Guerra Mundial estava bastante claro" (Luna, 1995, p. 137), e mesmo assim, a Argentina preservava sua neutralidade.

O interesse da Alemanha nazista nas relações com a Argentina consistia em explorar o vácuo de apoio militar deixado pelos norte-americanos. Além disso, parte da mentalidade das forças armadas na Argentina percebia na Segunda Guerra Mundial uma oportunidade⁶⁴ de rompimento das relações de dependência com o Reino Unido e mais especificamente, com o paradigma liberal (Beired, 2001, p. 312).

A citação acima vai ao encontro da leitura feita por Beired (2001, p. 307), sobre a percepção da Segunda Guerra como uma chance de mudar os polos da geopolítica regional, ou seja, assumira a liderança do subcontinente por intermédio do alinhamento com a Alemanha Nazista. Sob essa questão se debruça o trabalho de Escudé (1995, p. 20-24), que analisa os motivos por trás da suposta irracionalidade argentina. Consonante à visão do autor, conforme a guerra chegava ao fim e as vitórias no combate pendiam ao lado dos Aliados, maior era a aproximação dos argentinos com o Eixo e conseqüentemente, mais áspera com os Estados Unidos

A irracionalidade que o autor menciona está relacionado com o princípio de que o interesse material da Argentina – assim como grande parte da mentalidade da sociedade – estava vinculado aos Aliados graças aos negócios com a Grã-Bretanha; portanto não havia lógica de se perseguir as relações com o Eixo⁶⁵. A resposta encontrada por Escudé (1995, p. 22) é de que além do interesse material, pendia na balança de decisões a preservação da soberania – ou seja, uma política externa reconhecidamente independente – associada a uma ideia enraizada na mentalidade dos argentinos, de que seu país era destinado a ser uma grande potência⁶⁶ no sistema internacional.

⁶⁴ Mais especificamente: “[...] o aparente triunfo do totalitarismo animava na Argentina muita gente que acreditava que uma derrota da Inglaterra e dos Estados Unidos podia ser conveniente para um país cuja dependência da Grã-Bretanha era histórica. Segundo eles, o triunfo dos totalitarismos na guerra podia significar para a Argentina uma posição chave na América do Sul” (Luna, 1995, p. 134).

⁶⁵ De forma semelhante, essa irracionalidade pode ser observada por parte da diplomacia norte-americana. As medidas que tinham por objetivo aproximar a Argentina da zona de influência do país do norte contribuiu para que gradativamente aumentasse a insatisfação e conseqüentemente, o número de defensores do Eixo no governo.

⁶⁶ Inclusive, durante o artigo o autor demonstra que a visão de Argentina enquanto grande potência fora algo cultivado através da educação escolar e da cultura, de modo a catalisar uma característica estrutural do país platino.

Nesse sentido, a política de neutralidade tinha por objetivo preservar a soberania nacional diante das pressões norte-americanas pelo rompimento diplomático no mesmo momento em que viabiliza – ao ver dos intelectuais da G.O.U – uma parceria militar que fornecesse aos argentinos os recursos bélicos para consolidar sua primazia na América Latina.

O primeiro a assumir o governo foi o general Arturo Rawson, por ser o chefe da GOU. O gabinete de Rawson foi montado como aceno à necessidade de reconhecimento do governo pelos EUA – afastamento do acionista do *El Pampero*, José María Rosa; de Horacio Calderón e a adesão de militares aliadófilos como o Almirante Storni (Conil Paz; Ferrari, 1971, p. 116).

Internamente, a base militar entendeu que Rawson criou um grupo heterogêneo de civis que lembravam o antigo governo, causando sua deposição – ou seja, seu governo dura três dias. Em troca, quem assume é o seu ministro da guerra, o General Pedro Ramírez (Rock, 1986, p. 248). O gabinete de Ramírez estava dividido igualmente entre militares aliadófilos e neutralistas. Nesse momento, o Almirante V. Storni enquanto Chanceler renuncia após os EUA vazarem um pedido de aproximação argentino confidenciado a Cordell Hull (Escudé, 1995, p. 7).

Na carta de setembro de 1943: ”a Argentina demonstrou sua disposição em romper relações com o Eixo na condição de que os Estados Unidos primeiro suspendessem o embargo de armas e deixasse de usar o Brasil como ameaça, uma provisão destinada absolver o governo de acusações de que, ao romper com o Eixo, estava cedendo à pressão estrangeira” (Rock, 1986, p. 248)⁶⁷.

O torpedeamento diplomático estadunidense foi na direção contrária da esperada, tendo em vista que Storni era uma figura central entre os aliadófilos. No lado argentino, o Chanceler esperava que os EUA interpretassem um pedido de moderação na diplomacia ofensiva norte-americana. Pelo contrário, a consequência do posicionamento inflexível de Hull foi a o ponta pé para a fortificação da ala nacionalista dentro do governo. Como resultado, o General Edelmiro Farrell é promovido de Ministro da Guerra para vice e o General Gilbert, como o novo chanceler.

Nesse momento se observou uma intensificação dos acordos regionais. Ainda, durante o período de Storni, havia sido firmado um plano para se estudar a probabilidade de se criar uma união aduaneira entre Chile e Argentina, além de um convênio sobre o tráfego de mercadorias e o trânsito de pessoas. Esse tipo de movimentação fazia parte de um plano de

⁶⁷ [Tradução nossa]. No original em inglês: “Argentina intimated its willingness to break relations with the Axis on the condition that the United States first lift the arms embargo and thus cease using Brazil as a threat, a proviso intended to absolve the government of charges that in breaking with the Axis it was yielding to foreign pressure” (Rock, 1986, p. 248).

aproximação política e econômica com os países vizinhos de menores dimensões (Conil Paz; Ferrari, 1971, p. 125). Além das vias oficiais, a Argentina influenciou os países vizinhos por meio de missões militares que tinham por fim romper o isolamento, assim como integrar uma propaganda agressiva do antigo antiamericanismo. Sob essa questão, destaca-se que em

[...] 20 de dezembro de 1943, um golpe de militares nacionalistas bolivianos, com a participação do político Victor Paz Estenssoro, derrubou o presidente Enrique Peñaranda que declarara guerra aos países do Eixo. Pouco antes, em julho, Estenssoro estivera em Buenos Aires e mantivera contato com nacionalistas argentinos. O reconhecimento unilateral por Ramírez do novo governo boliviano do general Gualberto Villarroel, em 3 de janeiro de 1944, foi interpretado pelos EUA como “um aberto desafio à unidade hemisférica” (Zanatta, 2006 apud Doratioto, 2022, p. 13).

A busca pela liderança na América do Sul sempre foi um objetivo tradicional da política externa argentina. Contudo Doratioto (2022, p. 13) sublinha que durante o governo Ramírez os argentinos interferiram em um golpe de Estado na Bolívia, de forma a garantir a aproximação entre os dois governos. Por sua vez, os norte-americanos acusaram a Argentina de intervencionista, receosos de que o mesmo estivesse sendo planejado no Uruguai (Rock, 1986, p. 248). Em resposta, no dia 12 de janeiro de 1944 o presidente Roosevelt deu a ordem de embarque de mais armas e munições para o governo brasileiro – de modo a causar um efeito psicológico na Argentina ao favorecer o principal rival na região.

Um ponto que não pode ser evitado quando analisada a política exterior argentina no período em foco, é a aproximação dos argentinos com a Alemanha Nazista. Em 1938 o periódico *El Orden* noticiou com destaque na primeira página a realização de um plebiscito nazista organizado – pelo representante diplomático alemão, o Consul Geral Staudt – que ocorreu em Buenos Aires no dia 11 de abril⁶⁸. Na ocasião, centenas de pessoas se reuniram no Luna Park, num plebiscito organizado por nazistas para que os alemães e austríacos locais votassem no *Anschluss*, ou seja, na anexação da Áustria pela Alemanha nazista. Também, noticia-se a presença de um alto número de estudantes que manifestaram contrários ao evento nazista (El Orden, 1938, p. 1).

Em um primeiro momento, duas constatações podem ser feitas a partir da notícia: a) o papel dos universitários como opositores não somente da interferência interna britânica; mas também nazista; b) o envolvimento direto de agentes diplomáticos alemães na mobilização

⁶⁸ LA REALIZACIÓN del plebiscito nazi provoco desordenes en BS. Aires. **El Orden**, Santa Fé, 11 abril. 1938, p. 1. Disponível em: <<http://www.santafe.gov.ar/hemerotecadigital/diario/3578/?page=1>>. Acesso em: 2 jul. 2023.

das massas na Argentina. Se conecta com esse último ponto, a influência nazista por meio do patrocínio de diários de propaganda nazista, como o *El Pampero*, publicado na capital buenarense a partir de 1940 (Beired, 2001, p. 313). Esse empenho alemão de convencimento das massas aponta para a contradição da sociedade argentina, sublinhada por Doratioto (2022, p. 6): enquanto a elite militar era germanófila, a elite civil-econômica buscava se aproximar dos aliados.

Em forma de reação às atividades nazistas, no ano de 1940 foi criada a *Acción Argentina*, movimento pluripartidário dedicado a denunciar as atividades nazistas na Argentina e a ingerência da embaixada alemã em assuntos internos. Faziam parte dela socialistas, radicais, intelectuais independentes, e membros da oligarquia conservadora.

Em 1943, frente à intensificação da diplomacia ofensiva de Cordell Hull – em decorrência da influência argentina no golpe na Bolívia – a Argentina se envolveu em um dos maiores escândalos envolvendo a parceria com os nazistas. Osmar Alberto Hellmuth foi um agente secreto da Marinha argentina vinculado ao *Reichssicherheitschauttaunt*, organização secreta de espionagem dirigida por Heinrich Luitpold Himmler (Conil Paz; Ferrari, 1971, p. 128).

A prisão de Hellmuth foi realizada por britânicos em Trinidad, que estava em viagem para a Europa, com objetivo de comprar armas da Alemanha nazista para o Exército argentino (Luna, 1995, p. 137). Os britânicos só puderam efetuar a detenção por terem comprovado a condição de agente inimigo. Através dele, a cúpula da G.O.U negociou com os nazistas a aquisição de armas, de forma a equilibrar a balança de poder na região após o favorecimento de material bélico ao Brasil pelo *leand-lease* norte-americano (Doratioto, 2022, p. 13-16).

A estreita conexão de Hellmuth com o serviço secreto nazista alimentou receios pela aliança nazi-argentina por parte dos Aliados. Assim sendo, os EUA ameaçaram de embargo total se a Ramírez não rompesse imediatamente as relações com o Eixo. Até o último momento, a Chancelaria argentina negociou o rompimento das relações com o Eixo, em uma tentativa de não demonstrar estar sendo pressionada pelos Estados Unidos. No fim, o rompimento diplomático ocorreu em 26 de janeiro de 1944. A motivação oficial, consta na seguinte forma no relatório da Chancelaria argentina⁶⁹:

⁶⁹ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. **Memoria**: 1943-1944. Buenos Aires, 1945. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/institucional/patrimonio/archivo-historico-de-cancilleria/acerca-del-archivo/memorias-del-ministerio>>. Acesso em 9 de set. 2023.

Em 26 de janeiro de 1944, o Governo decidiu romper suas relações diplomáticas e consulares com os Governos da Alemanha e do Japão, em decorrência de verificações **sucessivas de suas atividades de espionagem e propaganda totalitária**. Essas atividades comprometiam a ordem interna e representavam uma ameaça à segurança militar e ao bem-estar das demais Repúblicas do Continente, não sendo **alheias a essas atividades as próprias missões diplomáticas** desses dois Estados (Argentina, 1945, p. 12, tradução e grifos nossos)⁷⁰.

Entretanto, a ruptura encontrou uma resistência oficialista que basicamente desmanchou o governo. Se sucederam a renúncia de vários ministros e, por fim, a entrega do mandato para Edelmiro Farrell, como presidente, e Juan Domingos Perón, como vice (Conil Paz; Ferrari, 1971, p. 130). Segundo Luna (1995, p. 137), Farrell era: "[...] um homem de poucas luzes, mas mais conciliador e que opunha menos resistência".

Em leitura histórica, é perceptível que desde Justo, Castillo e Ortiz as delegações argentinas se colocaram com frequência contra os EUA. Assim sendo, a constante oposição teve como resultado a maturação de um sentimento de hostilidade por parte do Departamento do Estado (Conil Paz; Ferrari, 1971, p. 131). A partir de então, a política externa argentina teria como principal foco a busca pelo reconhecimento do novo governo, dificultado pelo governo norte-americano.

Em 1944 os EUA ingressaram no ponto mais alto das hostilidades com a Argentina. Além de congelar o ouro argentino depositado nos EUA, foi proibida a exportação de insumos para a industrialização. Além disso, na opinião Cordell Hull, a Argentina se transformara em um refúgio para os nazistas – além de possuir inspirações imperialistas (Doratioto, 2022, p. 15). Em 22 de junho os EUA retiraram o embaixador na Argentina e recomendaram que os britânicos fizessem o mesmo. Porém, estes se opuseram ao embargo político-econômico defendido pelos EUA, tendo em vista a dependência sobre as exportações de carne (Idem).

Ademais, a preocupação dos britânicos se somava a críticas feitas por Welles – confesso rival de Hull desde a conferência do Rio de Janeiro. Segundo Welles, durante a direção de Hull a política de boa vizinhança norte-americana ganhou uma feição unilateral e dominante, que reviveu o medo na América pelo intervencionismo norte-americano (Conil Paz; Ferrari, 1971, p. 139).

Com Farrell na presidência e Juan Domingo Perón como vice, a estratégia do governo consistiu em utilizar de uma mobilização em larga escala que compensasse o isolamento

⁷⁰ No original em espanhol: “El 26 de enero de 1944, el Gobierno decidió la ruptura de sus relaciones diplomáticas y consulares con los Gobiernos de Alemania y Japón a raíz de las comprobaciones sucesivas de sus actividades de espionaje y propaganda totalitaria, que comprometían el orden interno y significaban una amenaza para la seguridad militar y el bienestar de las demás Repúblicas del Continente, no siendo ajenas a esas actividades las propias misiones diplomáticas de esos dos Estados”.

internacional com o desenvolvimento interno – construção de estradas, indústrias pesadas e infraestrutura militar. Nessa mesma linha, o Exército conduziu pesquisas para encontrar matérias-primas locais que servissem ao desenvolvimento de armas e bens de consumo. Com relação à economia, é possível afirmar que

Nada disso teve incidência direta na economia ou no nível de vida dos argentinos. O movimento econômico era de auge e prosperidade. Em primeiro lugar, pela impossibilidade de importar o que se fabricava aqui. Em segundo lugar, porque os saldos exportáveis de matérias-primas da Argentina se colocavam muito bem nos mercados europeus (Luna, 1995, p. 138).

Em fevereiro de 1945, o Departamento do Estado iniciou uma série de conversas com Perón e demais líderes do governo argentino sobre a normalização das relações. Ficou estabelecido que se a Argentina assumisse os compromissos da defesa hemisférica – declarando guerra ao Eixo – os EUA não só abandonaram a posição combativa de sua diplomacia, mas como também utilizaram da sua influência para reintegrar a Argentina ao sistema interamericano (Conil Paz; Ferrari, 1971, p. 142). Entre 21 de fevereiro até 8 de março de 1945 ocorreu a Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e Paz, na Cidade do México. Na ocasião, a Argentina aprovou a Resolução LIX, que continha os pontos destacados na reunião de Cooke e Perón (Conil Paz; Ferrari, 1971, p. 143).

A Argentina declarou guerra ao Eixo em 1945, sob pena de não ingressar na ONU caso contrário⁷¹. Internamente, foram normalizadas as universidades, principal centro de atuação do representante norte-americano Spruille Braden, que chegava ao país platino no mesmo ano. Perón foi o responsável por dialogar com os militares nacionalistas o rompimento com o Eixo, ocorrido em 27 de março de 1945. Todavia, "fez-se uso de uma sutileza de redação, declarando-se guerra ao Império japonês e à Alemanha, 'como aliada do Japão'" (Doratioto, 2022, p. 16).

Após a declaração de guerra, enfim o governo foi reconhecido e a Argentina, aceita na ONU. Aparentemente era o fim do isolamento argentino. Internamente, em 18 de maio de 1945 o ministro do interior do governo Farrell anunciava o fim do estado de sítio e as preparações para a criação de um tribunal eleitoral. Além disso, as universidades voltaram a ter autonomia. Concomitantemente, Spruille Braden era nomeado embaixador dos EUA na Argentina (Conil Paz; Ferrari, 1971, p. 147). O que parecia ser enfim a estabilização

⁷¹A União Soviética foi contra a participação da Argentina na Conferência de São Francisco, por não ter contribuído com o esforço de guerra. Além do mais, a entrada da Argentina de um ponto de vista estratégico soviético simbolizaria mais um voto aos Estados Unidos. Utilizando o país platino como moeda de troca, o representante russo Molotov afirmou que apenas apoiaria a entrada da Argentina se o governo polaco de Lublin fosse aceito (Conil Paz; Ferrari, 1971, p. 146).

doméstica e internacional da Argentina logo chegou ao fim, prenunciado pelo encontro histórico entre Braden e Perón.

3.3 AS FORÇAS PROFUNDAS ENTRE 1930-1946

3.3.1 Forças profundas econômicas

Durante o período analisado, a relevância das forças econômicas pode ser identificada em dois dos principais desdobramentos da política externa argentina: na virada de chave heterodoxa do modelo econômico e no projeto de integração regional. A partir de 1930, a política econômica argentina se desvincula das práticas ortodoxas, gradativamente sendo influenciada pelo economista argentino Raúl Prebisch. A superação do liberalismo econômico⁷² ia ao encontro com a intenção de encontrar respostas adequadas à realidade local, e não mais a aplicação de teóricos situados na realidade europeia (Tulchin, 2016, p. 77).

Raúl Prebisch foi um economista argentino responsável por desenvolver uma perspectiva econômica que coloca o Estado como um agente ativo no processo de desenvolvimento das indústrias nacionais. Esse economista elaborou estratégias econômicas adaptadas aos novos tempos. Cabia à Concordância introduzir medidas que regulassem o comércio em um período de incerteza (Adamovsky, 2020, p. 164). A partir do desenvolvimento das indústrias de base e crescimento do êxodo, em 1933 a economia argentina cresceu em ritmos altos. O reflexo dessa mudança, se identifica na participação cada vez maior de elites ligadas à indústria na proposição de uma política externa que busque mercados regionais e desenvolva militarmente o país.

Esse último ponto, possui conexão com a ala nacionalista do exército, que percebia no nacionalismo econômico uma via lógica de acabar com um mal identificado desde o início do século: a dependência econômica. Ainda, a disputa pela hegemonia no Cone Sul com o Brasil serviram como combustível para lógicas antiliberais e expansionistas da direita nacionalista (Beired, 2001). Nesse contexto, no início de outubro de 1940 ocorreu a Conferência Econômica entre a Argentina e o Brasil. Na ocasião, ficou evidente o interesse de

⁷² “As teorias desenvolvidas desde Adam Smith e David Ricardo até a Primeira Guerra Mundial concebiam o processo como algo análogo à evolução biológica, em que os países considerados subdesenvolvidos tinham de passar pelos mesmos estágios ou processos que os países desenvolvidos haviam enfrentado no passado. [...] Embora Prebisch aceitasse o pressuposto basilar da linearidade do desenvolvimento, ele seguiu John Maynard Keynes ao rejeitar uma abordagem passiva a ela [...]” (Tulchin, 2016, p. 77).

aproximação econômica com os países latino-americanos “[...] como uma válvula de escape para as dificuldades no comércio com os europeus” (Doratioto, 2022, p. 8).

A proposta de união aduaneira encabeçada pela Argentina tinha por objetivo levar os produtos industrializados argentinos em mercados nos quais a participação do Brasil – o principal concorrente no Cone Sul – era baixa. Segundo Cervo,

[...] a Argentina não se contentava em sonhar com a união aduaneira com o Chile. Durante a guerra, desenvolveu intenso esforço para **aumentar suas exportações para a Colômbia e a Venezuela, países com os quais o Brasil mantinha baixo nível de comércio bilateral**, seja pela falta de complementaridade das economias seja pela falta absoluta de meios de transporte (Cervo, 2001, p. 78).

Os resultados positivos na economia de medidas protecionistas demonstraram sua efetividade diante uma elite que gradativamente se convencia de que seria impossível retornar ao modelo que propiciou o crescimento do século XIX. Nessa linha, o desenvolvimentismo figurava como uma bandeira política que perdurará nos próximos anos, principalmente sob a presidência de Juan Domingos Perón.

3.3.2 Forças profundas demográficas

No que tange às mudanças demográficas, vale mencionar que o movimento trabalhista durante o período analisado, se expande e se consolida. O crescimento da participação da indústria na economia e as migrações internas contribuíram para que a classe trabalhadora urbana aumentasse significativamente, de modo a se constituir enquanto uma força oriunda das características demográficas. Internacionalmente,

Depois do acesso de Hitler ao poder, em parte consequência dessa estratégia aplicada ao caso alemão, os comunistas passaram a favorecer uma estratégia de aliança com as forças antifascistas, deixando então seu exclusivismo expressado nos agrupamentos ‘classistas’ e entraram para a CGT. Em seguida, conseguiram muita força nos grêmios da Construção e da Carne. Nas novas indústrias, sobretudo a têxtil e a metalúrgica, a agremiação se fazia mais difícil (Di Tella, p. 251, 2017).

O movimento trabalhista se fragmentava em quatro grupos principais: FORA (anarquistas); *Unión Sindical Argentina* (sindicalistas); *Confederación Obrera* (socialistas); *Comité de Unidad Sindical Clasista* (comunistas). Após o golpe de Uriburu, esses diferentes grupos foram unificados pela sigla da CGT (*Confederación General del Trabajo*) (Adamovsky, 2020). A CGT foi responsável por coadunar grande parte do movimento

trabalhista argentino. Como visto em Romero (2007), a representação dos interesses dos trabalhadores era relegada à oposição.

A importância do movimento *obrero* reside no fato de que este foi responsável por auxiliar na união da oposição contra a ditadura. Em 1º de maio de 1936 a CGT organizou uma grande manifestação onde discursaram radicais, democratas e socialistas. O interesse pela democracia é justificado pelo interesse dos trabalhadores estarem inseridos na política, tendo em vista que seus interesses eram raramente atendidos (Adamovsky, 2020, p. 178).

Em oito de janeiro de 1936, os atritos entre trabalhadores e policiais foram noticiados com preocupação na primeira página do periódico *El Orden*, sob o título de “greve sangrenta”⁷³ (El Orden, 1936, p. 1). Segundo o periódico, Buenos Aires teve um dia marcado de choques de grevistas com a polícia. Foram cerca de 5 mortos, 150 feridos e 2.000 detidos.

3.3.3 Forças profundas do sentimento nacional

Relacionado às forças do sentimento nacional da época, estão interligados dois pontos: a) construção de legitimidade política e b) reformulações da identidade nacional. Ambos, coadunam sobre um aspecto cada vez mais presente nos debates políticos da Argentina: o revisionismo. Como reação ao liberalismo de Yrigoyen, o revisionismo foi utilizado na revitalização da figura de Juan Manuel Rosas. Sob olhares revisionistas, o governo de Rosas era visto como a idade de ouro da história argentina; um período anterior à suposta decadência moral e política incitada pelo liberalismo estrangeiro que consolidou a Argentina em posição subserviente (Beired, 2001, p. 316).

Essa perspectiva acompanhou uma movimentação internacional de releitura histórica interessada, que teve por fim mobilizar esforços em torno de uma narrativa que legitimou a derrubada de poder por meio da força. Portanto, esse revisionismo se aproximou do "decadentismo", interpretação europeia de que a Idade Média foi o ponto ideal da civilização ocidental (Beired, 2001). Com a instauração do golpe de Uriburu, a criação de tais narrativas se verificava como essencial para justificar o autoritarismo, principalmente em um país politicamente fragmentado como a Argentina. Dessa forma,

O receituário revisionista para os problemas nacionais passava pela condução de um ‘caudilho moderno’ ao poder, pela **restauração dos valores do passado** medieval e colonial, pela retomada da **tradição hispânica** e pela reincorporação dos territórios

⁷³ ¡HUELGA sangrienta! 5 muertos, 150 heridos, 2.000 detenidos. *El Orden*, Santa Fé, 8 jan. 1936. [s. n.], p. 1. Disponível em: <<http://www.santafe.gov.ar/hemerotecadigital/diario/2764/?page=1>>. Acesso em: 4 jul. 2023.

que antigamente integravam o vice-reinado do Rio da Prata, isto é, Bolívia, Paraguai e Uruguai (Beired, 2001, p. 316, grifos nossos).

Percebe-se que o discurso político tinha por objetivo embasar a prática política. Não apenas, a lógica imperialista de incorporação dos territórios que anteriormente pertenciam ao Vice-Reinado do Prata passava por uma ideia de excepcionalidade argentina; legitimadora de que esse país, mais do que os outros países latino-americanos, possuía a verdadeira herança civilizatória católica-espanhola. Segundo essa vertente, o liberalismo diminuiu o potencial da Argentina enquanto grande potência – seja moral ou territorialmente (Beired, 2001).

Todavia, tanto a tentativa de criar legitimação quanto os planos políticos anunciados por essa revisão histórica conservadora não foram alcançados. Pelo contrário, conforme a insatisfação popular avançava sobre a Concordância, novas narrativas precisavam ser criadas. Quando analisada a forma como a política externa argentina se colocou diante da Segunda Guerra Mundial, é possível perceber como o reacionarismo superdimensionou a posição do país no cenário internacional. Em relação a isso, Carlos Escudé (1995, p. 25-27) apontou como tanto a elite política quanto a sociedade argentina estavam convencidos de sua superioridade.

Apesar dos reacionários não conseguirem construir uma ampla legitimidade, conseguiram impregnar ao longo de todos os anos em que estiveram no poder uma narrativa histórica desprendida das capacidades reais da Argentina. A manutenção das relações com o Eixo diante do fim do conflito; a tentativa de se tornar a líder dos países latino-americanos e o militarismo são alguns dos fatos que corroboram com essa lógica. Como analisado anteriormente, nesse período a sociedade argentina passava por uma complexificação resultante da diversificação econômica (consolidação de novas classes sociais) e política (proliferação de ideologias e fragmentações culturais). Sobre essa realidade, a questão de qual seria a identidade nacional argentina não apenas pairava sobre o oficialismo, como também as ameaçava – pois tendia a fragmentar a Nação como um todo.

Nesse cenário, diversos intelectuais foram investidos na tarefa de encontrar símbolos de acordo com o nacionalismo da direita argentina. Esses símbolos, seriam ensinados nas escolas, de modo a criar identificação com antigos costumes *criollos* e com o folclore cultural centralizado na figura do gaúcho (Adamovsky, 2020, p. 170). Um dos poetas e ideólogos mais prestigiados de sua época, Leopoldo Lugones⁷⁴, construiu ao entorno da figura antes periférica

⁷⁴ Autores como Ernesto Palácios, os irmãos Julio e Rodolfo Irazusta, Carlos Ibargueren, Marcelo Sánchez Sorondo e Leonardo Castellani são mais exemplos de intelectuais que colaboraram para o desenvolvimento da direita nacionalista (Beired, 2001).

do gaúcho a resposta para o que seria o argentino. Ao centralizar a figura gauchesca, seria possível deixar de lado as culturas minoritárias que se faziam presente, em uma espécie de recorte interessado da cultura argentina.

Concatenado à heterogeneidade étnica e cultural oriunda dos fluxos migratórios do início do século XX, Lugones revitalizou o gaúcho de José Hernández – no clássico Martín Fierro – como uma forma de proteger a suposta pureza da cultura argentina ameaçada pela pluralidade cultural (Montaldo; Nouzeilles, 2004). Na visão do autor, o gaúcho foi o mais genuíno ator nacional no período em que a nacionalidade estava sendo moldada. Isso porque o mesmo definiu os traços únicos da poesia argentina a partir da vivência nômade pelas terras do país. A liberdade e a beleza seriam as virtudes forjadas pelos gaúchos e que não deveriam ser esquecidas pelos argentinos do século XX (Lugones, 1916 *apud* Montaldo; Nouzeilles, 2002).

Quando, em 1930, a ditadura que depôs Yrigoyen necessitava de legitimidade para manter a elite tradicional no poder, Lugones tornou-se o principal contribuinte do que viria a ser o nacionalismo militarista (Rapoport, 2003, p. 220). Diferentemente do discurso voltado aos problemas financeiros, o discurso voltado ao sentimento nacional era eficiente pois conseguiu mobilizar uma parcela significativa das massas. Como sublinha Beired (2001, p. 305): “entre as pautas defendidas [por Uriburu] estava a ‘re espiritualização da sociedade’”.

Por fim, percebe-se que dos precedentes que levaram Uriburu ao poder, até o golpe da G.O.U sobre a Concordância, se manteve presente a dúvida sobre o que constitui a identidade nacional. A falta de legitimidade experienciada por todo o período é sintoma dessa problemática que não é única apenas da Argentina. Também era uma questão comum ao Ocidente no início do século XX: o que é o nacional?⁷⁵ (Romero, 2007, p. 94).

3.4. ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA OLIGÁRQUICA-MILITAR (1930-1946)

Por uma perspectiva regional, é possível afirmar que a política externa argentina se insere em um contexto em que

Entre 1930 e 1945, as políticas exteriores e a agenda diplomática das chancelarias latino-americanas reagem diante da crise do capitalismo e da

⁷⁵ Compagnon da seguinte forma resume o contexto supracitado: “Na medida em que a fumaça dos abusos não permite vislumbrar o farol da modernidade europeia que guiara o destino dos **jovens Estados latino-americanos desde sua independência, os anos 1920 e 1930** correspondem a uma **fase de questionamentos identitários** na qual a ideia de nação ocupa um lugar fundamental” (2014, p. 416, grifos nossos).

formação de blocos antagônicos que dividiam o mundo, como também diante de pressões oriundas de transformações sociais e com essa reação, [...] desenhava-se um esboço de **novo paradigma de relações internacionais**. [...] As chancelarias passavam por reformas em sua organização para **atender melhor às exigências que lhes eram feitas** (Cervo, 2001, p. 63, grifos nossos).

A partir do quadro desenhado acima, convém analisar os principais pontos da política externa argentina: a) As relações interamericanas; b) Impactos da Guerra Civil Espanhola c) posicionamento frente à Segunda Guerra Mundial. No recorte temporal analisado, as relações latino-americanas foram marcadas por conflitos e desencontros diplomáticos. No caso entre Bolívia e Paraguai, sob a forma da Guerra do Chaco, que ocorreu entre 1932 e 1935. Resumidamente,

As relações com os países vizinhos mereceram particular atenção, especialmente a guerra na qual **se enfrentaram Paraguai e Bolívia de 1932 até 1935 pela posse do Chaco Boreal**, ou seja, a zona ao norte do rio Pilcomayo. O conflito implicou em grandes perdas de vidas para ambos os países, e a pior parte coube aos bolivianos, forçados a lutar em condições inóspitas muito distintas às do Altiplano. **Saavedra Lamas promoveu políticas de pacificação, que afinal tiveram êxito e lhe valeram o Prêmio Nobel da Paz** (Di Tella, p. 246-247, 2017, grifos nossos).

O empenho diplomático argentino, teve por objetivo a manutenção da influência no Paraguai, tendo em vista que Buenos Aires secretamente apoiou o Paraguai na Guerra do Chaco. Com o fim do conflito, a influência política argentina no Paraguai se manteve, de modo a angariar apoio à política exterior para a América Latina (Doratioto, 2012, p. 306-320). Sob outro aspecto – da relação argentina com os seus vizinhos –, cabe salientar que o governo de Uruburu contribuiu para deteriorar essas relações. No caso do Uruguai, o asilo político e a não extradição do ex-chanceler de Yrigoyen, H. Oyhanarte, foi um dos pontos que abalaram as relações entre os dois países (Cervo, 2001, p. 65).

Em relação a Argentina e Brasil, os autores divergem. Segundo Cervo (2001), a rivalidade entre brasileiros e argentinos foi mais teorizada do que realmente existiu. Portanto, a retórica de ameaça de guerra interessava aos países pequenos que poderiam se aproveitar da divisão criada pelo conflito, sendo que a viagem de Justo ao Rio de Janeiro em 1933 desmentia essa probabilidade.

Já Beired (2001) percebe que a direita nacionalista argentina enxergava como ameaça a proeminência militar do Brasil no Cone Sul. Assim sendo, o receio do atraso militar em comparação com os brasileiros foi utilizado como discurso pelos militares, interessados na implementação da indústria bélica. Nesse caso, a aproximação ideológica com os países do Eixo transcendia a importação das ideias fascistas que moldariam a direita nacionalista,

alcançando também o desejo pelo aprimoramento dos armamentos e técnicas em um ambiente internacional de rearme.

Portanto, é perceptível como a ocorrência de um conflito mundial – e também regional – catalisou a consolidação do Exército enquanto uma classe politicamente ativa na Argentina. Além da compra de armas – graças ao contexto internacional – se perseguiu o fomento da capacitação técnica dos militares; importação de instituições militares; reestruturação de unidades e órgãos administrativos; construção de infraestrutura militar (Rapoport, 2003, p. 218).

Sob outra ótica, o periódico *La Nación* sediado no Chile expunha na edição de 17 de julho de 1935 uma manchete dotada de certo otimismo, denominada *Juventudes de América*⁷⁶. No texto, os intercâmbios acadêmicos e a confraternização dos povos hispânicos são vistos como capazes de resolver os problemas internos do continente, assim como desenvolver a América Latina – sem o uso da guerra – para um destino pródigo. O periódico afirma que

Apenas há vinte anos, **a raiz da grande guerra cortou as grandes rotas para a Europa e tornou difícil o acesso a essas fontes de civilização do Velho Mundo**, que os homens deste Continente compreenderam a necessidade de mudar seus caminhos habituais. **O isolamento que nos deixará a conflagração mundial, nos fez apreciar o riquíssimo manancial** inexplorado que havia nas cidades, nas planícies e nas serranias **da América** (La Nación, 1936, p. 3, tradução e grifos nossos)⁷⁷.

Em resumo, o texto percebe como necessária a formulação de ideias e conceitos que sirvam aos objetivos das comunidades hispânicas (Idem). A partir do fragmento acima exposto e da compreensão do contexto, é possível resgatar o raciocínio de Compagnon (2014), no qual seguiu-se após a Primeira Guerra Mundial uma grande desilusão das repúblicas latino-americanas com a pós-Grande Guerra. Portanto, seria necessário formular um novo modelo formulado a partir das particularidades locais.

Além disso, apesar de não se limitar à realidade Argentina, o periódico delinea um possível desejo comum da comunidade universitária latino-americana. Sob esse viés, a leitura a partir das forças profundas demográficas e do sentimento nacional são úteis para se entender que mesmo no período conturbado, se difundia a ideia de uma comunidade latino-americana.

⁷⁶ JUVENTUDES de América. *La Nación*. Santiago, 17 jul. 1936. [s. n.], p. 3. Disponível em: <<https://culturadigital.udp.cl/index.php/lanacion/la-nacion-6583/>>. Acesso em: 4 jul. 2023.

⁷⁷ No original em espanhol: “Hace apenas unos veinte años, a raíz de la gran guerra que cortó las grandes rutas hacia Europa e hizo difícil el acceso a esas fuentes de civilización del Viejo Mundo, que los hombres de este Continente comprendieron la necesidad de cambiar sus caminos habituales. El aislamiento en que nos dejara la conflagración mundial, nos hizo apreciar el riquísimo venero inexplorado que había en las ciudades, en las planicies y en las serranías de América”.

Essa força⁷⁸, restringe a ideia do(a) tomador(a) de decisão que flertasse com o conflito armado.

Por outro lado, a vitória diplomática da Argentina – como resultado do desfecho da Guerra do Chaco – impulsionou localmente a política externa durante todo o período em tela. Além de render o Nobel da Paz ao Ministro das Relações Exteriores, Carlos Saavedra Lamas, a vitória diplomática reforçou a ideia de uma liderança argentina na América Latina e afastou o pan-americanismo liderado pelos Estados Unidos. Com relação ao ano de 1933, a Chancelaria argentina destacou em relatório⁷⁹ o papel da Argentina enquanto defensora do direito internacional. Entre os assuntos abordados, se propõe uma versão sul-americana do pacto de renúncia à guerra Kellogg-Briand. Atrelado a isso,

O Panamericanismo deve aproveitar a recente experiência. Representa sem dúvida uma vasta comunidade da **unidade moral do continente**, porém há que reconhecer que implica também em certo modo uma expressão bilateral da inevitável **diferença entre o mundo latino e o mundo saxão, em modalidade de temperamento, de situação geográfica e econômica** e de consolidação das instituições políticas. (Argentina, 1933, p. 158, grifos nossos)⁸⁰.

A partir do fragmento acima é possível inferir que por mais que reconheça a comunidade panamericana enquanto princípio moral, a distância econômica e cultural que supostamente impossibilita a liderança norte-americana. Da mesma forma, o pacto Kellogg-Brind foi interpretado como um tratado imperfeito a ser complementado pela suposta tradição pacifista argentina. Após cessar o conflito boliviano-paraguaio, a política externa argentina precisou lidar com o aumento de tensões oriundas do Velho Continente, em um primeiro momento assinalado pela Guerra Civil Espanhola e na sequência, sob a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Como visto durante o presente capítulo, o conflito interno espanhol produziu impactos visíveis na mentalidade coletiva Argentina. Sob a sombra do conflito, o governo Argentino possuía duas preocupações principais: proteger os cidadãos argentinos em território espanhol

⁷⁸ Como foi visto no capítulo anterior, essa força está ligada a Reforma Universitária de Córdoba extravasou as fronteiras argentinas, alcançando os demais países latino-americanos sob um viés nacionalista anti-imperialista.

⁷⁹ ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. **Memoria**: Tomo I (1932-1933) Buenos Aires, 1933. Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ar/es/institucional/patrimonio/archivo-historico-de-cancilleria/acerca-del-archivo/memorias-del-ministerio>. Acesso em 9 de set. 2023.

⁸⁰ [Tradução nossa] no original em espanhol: “El Panamericanismo debe aprovechar la reciente experiencia. Representa sin duda una vasta comunidad en la unidad moral del continente, pero hay que reconocer que implica también en cierto modo una expresión bilateral en la inevitable diferencia entre el mundo latino y el mundo sajón, en modalidades de temperamento, de situación geográfica y económica y de afianzamiento de instituciones políticas”.

e fornecer asilo político aos espanhóis fugidos. Contudo, o posicionamento oficial argentino foi de manutenção dos laços com o governo de Madrid. Nas palavras da Chancelaria argentina⁸¹:

No conflito espanhol, a situação da República Argentina não deve ser confundida com a situação ou o estado de neutralidade em relação a um conflito internacional. **Deve-se manter um estado de presciência, e o direito de asilo nesses casos deve ser regido pelo princípio da humanidade e pelas circunstâncias.** Uma vez a bordo, os asilados devem abster-se totalmente de qualquer atividade suspeita de tendência política por um ou outro lado, com o controle de toda correspondência de qualquer natureza. (Argentina, 1938, p. 32, tradução e grifos nossos)⁸².

Assim sendo, tanto o discurso pacifista latino-americano e humanista frente a Guerra Civil Espanhola possuem um fio condutor: a imagem da Argentina como defensora do direito internacional, soberana e neutra. Essas características, foram a pedra de toque do discurso argentino perante a Segunda Guerra Mundial, como será visto na sequência.

A partir de 1932, a política externa estadunidense convertia a imagem do *big stick* gradualmente na da boa vizinhança⁸³. Nesse contexto, uma série de conferências foram realizadas no âmbito de erigir uma estrutura que fornecesse unidade latino-americana frente a um próximo conflito mundial. Em um primeiro momento, a Argentina se posicionou de forma a preservar o *status quo* durante os governos Justo e Ortiz, abrangendo as três primeiras reuniões interamericanas⁸⁴ que tiveram por meio do panamericanismo norte-americano criar uma estrutura interamericana que fornecesse unidade ao hemisfério na iminência da Segunda Guerra Mundial (Welles, 1944, p. 163).

Apesar da resistência argentina, foi possível aprovar medidas que garantissem: a) a manutenção do status de neutralidade; b) a proteção da paz no hemisfério Ocidental e c) cooperação econômica entre as repúblicas americanas (Argentina, 1940, p. 56).

⁸¹ ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. **Memoria**: Tomo I (1936-1938) Buenos Aires, 1938. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/institucional/patrimonio/archivo-historico-de-cancilleria/acerca-del-archivo/memorias-del-ministerio>>. Acesso em 9 de set. 2023.

⁸² No original em espanhol: “En el conflicto español, la situación de la República Argentina no debe confundirse con la situación o el estado de neutralidad ante un conflicto internacional. Se debe mantener un estado de presciencia, y el derecho de asilo en estos casos debe regirse por el principio de humanidad y las circunstancias. Una vez los asilados a bordo, deben abstenerse en absoluto de cualquier actividad sospechosa de tendencia política por uno y otro bando, controlándose la correspondencia de cualquier naturaleza”.

⁸³ Segundo Summer Welles, a política da boa vizinhança vinha em parte da pessoa de Roosevelt, que tinha certa proximidade com a América Latina assim como uma percepção generalizada de que uma grande guerra estava a caminho (Welles, 1944). Portanto, com a substituição de Roosevelt por Truman houve uma mudança nas relações com a América Latina.

⁸⁴ Conferência Interamericana de Consolidação da Paz de Buenos Aires (1936); VIII Conferência Interamericana de Lima (1938) e a primeira Reunião Consultiva dos Ministros de Relações Exteriores no Panamá (1939).

Um segundo momento ficou marcado pela chegada ao poder do último representante da Concordância, Castillo, e os dois primeiros presidentes apoiados pela G.O.U, Ramírez e Farrel. Esses, foram influenciados diretamente por militares germanófilos contrários ao alinhamento norte-americano. Nessa mesma época, ocorreram a II e III Reunião Consultiva dos Ministros das Relações Exteriores. A II ocorreu “[...] sob o impacto da invasão alemã na Bélgica, Holanda, Luxemburgo e França” (Doratioto, 2022, p. 6) e a III após o ataque de Pearl Harbor, fixando o posicionamento mais incisivo dos norte-americanos frente ao conflito. Em suma, a oposição argentina era justificada pela objeção a qualquer modelo de organização interamericana que investisse aos EUA ou ao Brasil influência suficiente para colocar em xeque a capacidade da Argentina ser o representante dos interesses latino-americanos (Welles, 1944).

Segundo Welles, a escolha do Rio de Janeiro para a III Reunião Consultiva dos Ministros de Relações Exteriores não foi mero acaso. Em alusão à Argentina, o diplomata norte-americano, afirma que a reunião não poderia ser feita em um país onde metade da opinião pública; governo e imprensa estivessem a favor do Eixo. (Welles, 1944, p. 172). Essa constatação, aponta para a proximidade dos governos da G.O.U com a Alemanha nazista, que crescia conforme a insatisfação dos militares com os investimentos dos norte-americanos no Brasil – desafiando o ideal de hegemonia argentina. Ainda, a ligação ideológica com os regimes fascistas era – como demonstrado pelas forças do sentimento nacional – desenvolvida por intelectuais revisionistas a partir da instrumentalização da história por um viés positivista de progresso e formulação de leis que cresciam desde 1930.

Resumidamente, a direita nacionalista no contexto da Segunda Guerra Mundial buscou no passado uma explicação que legitimasse o alinhamento com o Eixo, ancorado na oportunidade de desenvolvimento econômico-militar que promovesse a hegemonia argentina no Cone Sul (Beired, 2001).

Portanto, percebe-se que durante a Segunda Guerra Mundial a neutralidade argentina não se explica pelo alinhamento ideológico dos militares envolvidos na formulação da política externa, mas sim a perspectiva de que a aliança com a Alemanha nazista traria as condições necessárias para que a Argentina consolidasse sua soberania diante de um Brasil fortalecido pelos armamentos norte-americanos. Além disso, outros fatores associados diretamente com as forças profundas podem ser elencados – como é o caso do antiamericanismo – para aprofundar a análise da política externa argentina.

4. DO FIM DA SEGUNDA GUERRA À GUERRA FRIA (1946-1955)

Próximo do fim da Segunda Guerra Mundial, inicia-se uma série de conferências entre os países vencedores – Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética – para se decidir os novos contornos do sistema internacional. Nesse contexto, as reuniões de Dumbarton Oaks e Bretton Woods (ambas realizadas em 1944) foram responsáveis por definir os membros, as estruturas e a funcionalidade de uma organização que evitasse a insurgência de um novo conflito em escala planetária; assim como estabelecer as novas regras gerais do comércio internacional – a saber, o liberalismo como parâmetro e o dólar como referência econômica⁸⁵ (MacMahon, 2012, p. 17). Na leitura de Rapoport (2003, p. 348), a forma como o sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) – assim como os organismos reguladores do comércio – foram estruturadas refletem o interesse norte-americano de consolidar sua hegemonia por meio de marcos institucionais liberais que refletem sua própria constituição.

Ainda em 26 de agosto de 1941, para que os erros da Liga das Nações não se repetissem, Roosevelt desenvolveu a ideia de se criar um “sistema de segurança geral fixado em bases mais amplas” (Duroselle; Kaspi, 2009, p. 25). Nessa organização, os Quatro Guardas – Estados Unidos, Reino Unido, União Soviética e China – seriam encarregados de gerir a proteção no mundo, compelindo os demais países, se necessário (Kissinger, 1999). A adição de União Soviética e China representavam um esforço de equilíbrio de poder e legitimidade. Após esse arranjo ser inicialmente firmado entre Churchill e Roosevelt, novas conferências foram sendo firmadas no sentido de lapidar as ideias.

Entre elas, a Conferência de Yalta (1945) definiu os pontos relevantes para a participação dos soviéticos. Entre os tópicos de interesse, a participação na ONU com direito à voto dos estados que compunham a URSS. Outra decisão a ser destacada, foi o agendamento da Conferência de São Francisco para 25 de abril de 1945, e as regras para a participação da mesma, que primeiramente se deu por meio do convite a todos os países que declararam guerra ao Eixo. Foi na primeira Conferência de São Francisco, onde todos os países participantes contribuíram para redigir a Carta da organização mundial (Duroselle; Kaspi, 2009, p. 27).

⁸⁵ “Na conferência de Bretton Woods, [...] os Estados Unidos obtiveram a aceitação geral desses princípios, junto com o apoio para o estabelecimento de órgãos-chave supranacionais, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial). Era o fato que os Estados Unidos, a principal nação capitalista do mundo e um país que estava produzindo assombrosos 50% dos bens e serviços do planeta ao final da guerra, seriam certamente beneficiados com o novo regime comercial multilateral, tão vigorosamente endossado pelas administrações Roosevelt e Truman” (Idem).

No alvorecer dessa Nova Ordem, o sentimento de cooperação entre Estados Unidos e União Soviética foi subitamente modificado com a morte de Roosevelt em 12 de abril de 1945, dando lugar ao seu vice, Harry Truman. Em 1947, se somaram ao governo o secretário de Estado, o general George Marshall; o diplomata especialista em soviéticos, George F. Kennan e o subsecretário de Estado Dean Acheson (Duroselle; Kaspi, 2009). Estes, foram os formuladores da Doutrina Truman, responsável por conter o avanço soviético, em um cenário de crescente percepção de rivalidade entre as duas superpotências. É nesse contexto que é criado o Plano Marshall, o projeto de financiamento da reconstrução focado na Europa Ocidental e Oriental – por se perceber essas regiões como decisivas para o equilíbrio do poder mundial (MacMahon, 2012, p. 71).

Em resposta, a União Soviética interpretou a medida como expressão do imperialismo norte-americano, convocando os países sob sua influência a rechaça-lo. Em contraproposta, foi criada a versão soviética, chamada Comecon (1947). Também, o apoio estadunidense para reconstrução de Berlim Ocidental, – almejando transformar a cidade em um exemplo de país capitalista frente aos soviéticos – ocasionou o bloqueio da cidade alemã por parte da URSS, em um ato claro de desagrado em relação à interferência norte-americana. A situação motivou, em 1949, a criação no Ocidente da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e no Oriente, o Pacto de Varsóvia. Dessa forma, se delineava a divisão do mundo em dois blocos de valores antagônicos: o capitalista e o socialista. Era o início da Guerra Fria.

Mais do que apenas uma batalha entre modelos econômicos, a Guerra Fria foi um período de choque entre modelos ideológicos. A guerra quente deu lugar à Guerra Fria, marcada pela irregularidade de conflitos patrocinados pelos dois maiores vencedores da Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos e União Soviética (Tulchin, 2016).

Nessa cena internacional, a ONU funcionou como o palco no qual os 51 membros iniciais buscaram defender seus interesses em um mundo à beira de um conflito de proporções nucleares. Dessa forma, os países que não alinharam suas políticas externas aos mandos ideológicos soviéticos e ou capitalistas, buscaram sua autonomia por um caminho do meio, compondo o que futuramente seria chamado de Terceiro Mundo.

No caso da América Latina, a instabilidade política foi percebida pelos norte-americanos como uma ameaça indireta à sua própria segurança no hemisfério. Nesse contexto, é criado no plano político, a Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1947; e no econômico a Comissão Econômica para o Caribe e América Latina (CEPAL). A lógica dessas organizações era garantir a estabilidade e evitar a penetração de potências estrangeiras. Contudo, não houve o incentivo para criação de um plano econômico de desenvolvimento

para a região. Como aponta Tulchin (2016, p. 94): “[...] o governo norte-americano relegou a segundo plano todas as conversas sobre desenvolvimento, governança, democracia e direitos humanos”.

Dessa forma, apesar de não ter sido feito um plano econômico como o Plano Marshall, gradativamente os norte-americanos se fizeram presentes através de intervenções contra qualquer tipo de distanciamento do seu eixo ideológico – corriqueiramente identificado pelos mesmos por subversões (Tulchin, 2016, p. 94-98). Portanto, o caso argentino é elucidativo nessa questão, pois trata-se de um país que esteve em atrito constante com os norte-americanos antes e depois dos mesmos utilizarem do seu poder e influência acumulado na Segunda Guerra Mundial para estruturar a ONU (Cervo, 2001, p. 87). Todavia, em decorrência dos atritos com os Estados Unidos, “[...] se excluiu a Argentina de todas as conferências internacionais sobre os problemas da guerra e da pós-guerra, tais como a monetária de Bretton Woods e da Aviação Civil, realizada em Chicago” (Conil Paz; Ferrari, 1971, p. 136).

Como será visto adiante, no contexto da Guerra Fria, a Argentina foi um dos atores que tentou, da sua própria forma, encontrar entre capitalistas e comunistas, uma Terceira Posição.

4.1. OS DOIS PRIMEIROS GOVERNOS DE PERÓN (1946-1955)

Filho de imigrantes da classe média, Perón era fruto do processo imigratório que se consolidou nas cidades. Militar de formação, lecionou na Escola Superior de Guerra, participou de missões militares no Chile, e entre 1939-1940 foi testemunha ocular dos feitos militares do fascismo. Diante da política de Mussolini, se convencera da chegada da era dos governos das massa percepção compartilhada por Uriburu em 1930 (Cattaruzza, 2016). Assim, a base do pensamento de Perón remonta aos intelectuais europeus da Primeira Guerra Mundial – como o Marechal Von der Goltz; Charles de Gaulle, Ludendorff, Max Weber. Antes mesmo de chegar à presidência, desenvolveu um pensamento voltado para a utilização do Estado como mobilizador de toda a sociedade através da resolução de conflitos internos (Castro, 2012, p. 22-29).

Imerso nos círculos militares desde então, fez parte do golpe contra Yrigoyen em 1930 – sob influência de Justo – e também integrou a GOU. Durante o governo de Ramírez, Perón atuou na Subsecretaria da Guerra sob comando do então ministro da guerra, General Farrell. No ano de 1943 foi designado para presidir o Departamento Nacional do Trabalho, que

futuramente ascenderia a uma posição ministerial, adotando o nome a Secretaria do Trabalho no dia 27 de novembro (Romero, 1997, p. 120-12). Nela, percebeu que grande parte dos trabalhadores urbanos fora até então escanteada pelos governos⁸⁶. Assim sendo, utiliza de uma técnica de ceder benefícios aos sindicatos que aderiram às regras do jogo impostas pela Secretaria do Trabalho. Na visão de Perón, na era das massas a função do Estado seria organizar a sociedade, levando em conta a questão social (Devoto; Fausto, p. 325, p. 2004).

Em 17 de janeiro de 1944, o periódico *The New York Times* noticiou um terremoto de grandes proporções que destruiu praticamente toda a cidade de San Juan, desabrigando cerca de 80,000 e vitimando 900 pessoas⁸⁷. No relato, frente à Secretaria do Trabalho, Perón organizou o recolhimento de doações para a reconstrução da cidade (*The New York Times*, 1944, p. 11). Já em 21 de janeiro do mesmo ano, na capa do periódico brasileiro *Correio da Manhã*, a notícia do periódico estadunidense é complementado da seguinte forma:

[...] cadetes da Escola Militar, artistas de teatros, cinema e rádio, encabeçados pessoalmente pelo **coronel Juan Perón, chefe do Secretariado do Trabalho e Previdência Social**, realizarão amanhã e domingo um "bando precatório" ao longo de Calle Florida, para **angariar donativos em favor dos sobreviventes do terremoto de San Juan**. Sabendo-se já que os donativos recebidos em dinheiro, ascendiam a mais de 9 milhões de pesos, enquanto que os gêneros e outros socorros iam em mais de 17 milhões (p. 1, grifos nossos)⁸⁸.

A atuação de Perón frente ao terremoto rendeu-lhe grande destaque nacional e internacional. Ainda, durante o evento de arrecadação de fundos supracitado, Perón se aproximou de Eva Perón, uma atriz conhecida que futuramente faria parte da sua história política. Além disso, Perón passou a buscar se aproximar da parcela economicamente vulnerável da sociedade, os *descamisados* – ou seja, aqueles que em decorrência do terremoto não possuíam nem o que vestir – uma caracterização que unia a massa política que o projetaria ao poder (Rock, 1986).

Após a deposição de Ramírez em decorrência da pressão norte-americana, Perón chega ao cargo de vice, e logo na sequência é nomeado também Ministro da Guerra pelo então presidente Farrell. No mesmo ano, Perón realiza um discurso na Universidade de La

⁸⁶ Como visto no 1º capítulo o trato com os trabalhadores – mesmo diante dos governos progressistas do radicalismo – foram marcados por conflitos em que as forças policiais ficavam ao lado das empresas, como no caso da Semana Trágica.

⁸⁷ 70,000 HOMELESS in San Juan Quake. *The New York Times*, Nova Iorque, 18 jan. 1944, p. 1. Disponível em: <<https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1944/01/18/issue.html>>. Acesso em 23 set. 2023.

⁸⁸ DONATIVOS em favor dos sobreviventes. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1944, p. 10. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=Per%C3%B3n&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=19140>. Acesso em 23 out. 2023.

Plata em 1944, na ocasião da inauguração da cátedra de Defesa Nacional⁸⁹, onde expunha parte de sua corrente de pensamento:

As duas palavras, **Defesa Nacional**, podem fazer alguns pensar que se trata de um problema cujo planejamento e solução interessam e incumbem unicamente às forças armadas de uma nação. A realidade é bem diferente. Na solução entram em jogo **todos os habitantes; todas as energias; todas as riquezas; todas as indústrias e produções mais diversas; todos os meios de transporte e meios de comunicação**, etc., sendo as **forças armadas unicamente**, como veremos durante minha exposição, **o instrumento de luta** de esse grande conjunto que constitui ‘a Nação em armas’ (tradução e grifos nossos)⁹⁰.

O discurso é frequentemente referenciado pela literatura, pois apresenta de forma resumida a visão ideológica de Perón⁹¹. Em decorrência de sua formação militar, Perón se colocava como defensor da expansão da autonomia industrial para garantir a defesa do país⁹². Entendia na intervenção estatal na economia uma ferramenta para alcançar esse fim, e nas medidas sociais formas de se evitar conflitos de interesses (Doratioto, 2022). Além disso, Perón retomava pontos explorados anteriormente por Yrigoyen – como a harmonia das classes, a justiça distributiva e a humanização do capital (Rock, 1986, p. 257) – e também de Uriburu (coorporativismo) e Justo (reformismo).

Assim sendo, à miríade de ideias que compunha o seu pensamento já estavam presentes nos discursos anteriores (nacionalismo, anti-imperialismo, soberania econômica) agora como novidade, Perón dá centralidade para a justiça social, conceito basilar para o pensamento peronista. Esse conceito afirmava que: “[...] o Estado tinha uma ação tuteladora, sendo a única instância capaz de realizar os interesses dos indivíduos e da nação” (Pellegrino; Prado, 2019, p. 148). Ainda, atrelada a essa função tuteladora, há um discurso de equilibrar o capital com os interesses do trabalhador.

⁸⁹ PERÓN, Juan Domingos. **Discursos de Juan. D. Perón**: Cátedra de Defesa Nacional. Argentina Histórica, 1944. Disponível em: <http://www.argentinahistorica.com.ar/intro_archivo.php?tema=8&titulo=17&subtitulo=56&doc=163>. Acesso em: 09 out. 2023.

⁹⁰ No original em espanhol: “Las dos palabras, Defensa Nacional planteo y solución interesan e incumben únicamente a las fuerzas armadas de una nación. La realidad es bien distinta. En su solución entran en juego todos sus habitantes; todas las energías, todas las riquezas, todas las industrias y producciones más diversas; todos los medios de transporte y vías de comunicación, etc., siendo las fuerzas armadas únicamente, como luego veremos en el curso de mi exposición, el instrumento de lucha de ese gran conjunto que constituye ‘la Nación en armas’”.

⁹¹ As ideias expostas por Perón na Universidade de La Plata – entre elas a ideia de uma hegemonia continental, nação em armas e sociedade organizada – foram segundo Romero (1997, p. 121), o fundamento do seu futuro programa político.

⁹² No mesmo discurso, nutriu receio diante de uma invasão brasileira – tendo em vista a modernização das forças armadas do Brasil diante o apoio norte-americano – como retórica para justificar o armamento do país (Rock, 1986, p. 253).

Entre os feitos alcançados por Perón frente à Secretaria do Trabalho estão os acordos entre sindicatos e o governo, favorecer mobilizações e criar espaços de participação social para os trabalhadores. Especificamente, as políticas peronistas estabeleceram: tribunais de trabalho; regulação das jornadas de trabalho; pela primeira vez direitos aos trabalhadores rurais (*Estatuto del Peón*), férias remuneradas, décimo terceiro (*aguinaldo*) (Cattaruzza, 2016, p. 188).

Com a morte de Roosevelt em 12 de abril, assume Henry Truman, e com ele há uma reformulação no Departamento de Estado que encarrega Nelson Rockefeller⁹³ como responsável em parte pela reaproximação entre argentinos e estadunidenses. Em decorrência disso, o diplomata, Spruille Braden, é destacado como embaixador em Buenos Aires em 1945. Com relação a Braden e suas conexões, é possível afirmar que

[...] era um diplomata que **estivera em vários países da América Latina e também na Argentina, em contato com pessoas das classes altas portenhas**, mas tinha uma obsessão que o Departamento de Estado subscreveu rapidamente. Sua tese era de que os **Estados Unidos tinham travado uma gigantesca batalha para erradicar do mundo os regimes totalitários**, e que [...] **era absurdo – a seu ver – deixar focos nazistas-fascistas como a Espanha e a Argentina** [...] (Luna, 1995, p. 138, grifos nossos).

Se de um lado a atuação do Perón angariou um amplo apoio, de outro também gerou insatisfações generalizadas. Enquanto vice e Ministro da Guerra, Perón nutria antipatia de pessoas dentro e fora da Argentina (Rock, 1986, p. 257). A oposição ao Perón, era constituída de setores majoritários dos partidos tradicionais – a saber o Partido Socialista, Partido Democrata Progressista, Partido Comunista, radicalismo e uma parcela minoritária dos conservadores (Rapoport, 2015, p. 225). Em conjunto com universitários e a classe média. A principal ação da oposição foi a *Marcha de la Constitución y la Libertad*, que mobilizou uma massa pelas ruas de Buenos Aires, responsável por pressionar os militares opositores a pedir a renúncia de Perón de seus três cargos, além da derrogação das leis de cunho trabalhistas (Cattaruzza, 2016, p. 191).

A marcha em questão foi presidida por Tamborini e Mosca, futuros adversários de Perón na eleição. Além disso, Braden ativamente apoiou os adversários de Perón, dando palestras em universidades e organizando passeatas em favor da União Democrática – coalizão formada pelos partidos tradicionais. O clima de manifestações populares resultou no

⁹³ Diferentemente do seu antecessor, Rockefeller se aproximou do regime na Argentina. A motivação por trás de tal mudança nas relações residiu em interesses industriais e financeiros que enxergavam as oportunidades no mercado argentino. Sob outra ótica, a política exterior norte-americana começava a perceber os soviéticos como a verdadeira ameaça à sua hegemonia (Rapoport, 2003, p. 297).

pedido de prisão de Perón pelo gabinete militar que apoiava o governo. Então, em 9 de outubro Perón renunciou aos três cargos; e como última ação se pronunciou diante da rádio, denunciando Braden por ingerência nos assuntos internos argentinos.

Em reação, os aliados políticos de Perón – entre eles Eva Perón – esquematizaram ações que envolviam agitações nas fábricas, nos bairros populares e uma greve geral, programada pela CGT para 18 de outubro (Rock, 1986, p. 260). A adesão ao evento foi tamanha que os trabalhadores saíram às ruas antes da data organizada pela CGT, em uma maciça mobilização popular que fez o governo reconduzir Perón à liberdade, no que ficou marcado como o 17 de Outubro – momento em que segundo o movimento peronista foi forjada a aliança entre Perón e os trabalhadores (Cattaruzza, 2016, p. 192). Em decorrência da mobilização, Perón é solto, e, na sequência, Farrell anuncia as eleições para fevereiro de 1946.

Pensando nas eleições, Perón é apoiado pelo *Partido Laborista*, criado no seio dos sindicatos e a classe trabalhadora no geral, além do apoio de uma ramificação da UCR, denominada *Unión Cívica Radical - Junta Renovadora*. Desta ramificação, vinha o vice de Perón, Hortensio Quijano. Também recebe apoio da Igreja e do Exército. Por outro lado, a União Democrática buscava apoio mediante a classe média (Romero, 1997, p. 122).

Braden, temendo a vitória de Perón, quinze dias antes das eleições (11 de fevereiro de 1946) divulgou o memorando em formato de livro conhecido como Livro Azul⁹⁴. No texto, é detalhada a influência nazista na Argentina graças a documentos capturados pelos aliados durante o conflito mundial. Entre os principais colaboradores, estava Perón (Conil Paz; Ferrari, 1971, p. 149). O objetivo do Livro Azul era desmoralizar Perón antes da eleição, no que foi entendido como uma ingerência norte-americana na política interna de um país latino-americano – evento recorrente no prelúdio da Guerra Fria (Cervo, 2001, p. 88). C

De acordo com o livro, em 3 de outubro de 1945 o Departamento do Estado iniciou uma consulta entre as repúblicas latino-americanas sobre a situação da Argentina. Neste ínterim, o governo dos EUA organizou um estudo analisando toda informação obtida em relação à Argentina – com base em relatos de oficiais alemães e italianos, além de documentos secretos do Eixo (Estados Unidos, 1946, p. 1). A partir dessas informações, o Livro formula uma denúncia da cumplicidade entre o exército argentino e a espionagem nazista, que teve por objetivo sabotar o esforço de guerra norte-americano. Também, é apontado que sucessivos governos argentinos – de Castillo a Perón – protegeram assuntos econômicos de relevância para o funcionamento da indústria e comércio do Eixo (Estados Unidos, 1946, p. 1-6).

⁹⁴ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Blue Book on Argentina**. 1 ed. Nova Iorque: Greenberg, 1946.

Em resposta, no mesmo ano Perón lança o Livro Azul e Branco⁹⁵, na qual critica a ingerência dos estadunidenses como uma manobra eleitoral para tentar salvar a União Democrática (Perón, 1946, p. 3). Ainda, se afirma que as interpretações mal intencionadas do Livro Azul são de responsabilidade única de Braden, que traíra sua nação e ao princípio da boa vizinhança. No fim, Perón se valeu do slogan *Braden o Perón* para dividir o eleitorado entre a escolha de um nacional ou um estrangeiro – utilizando do enraizado antiamericanismo da sociedade argentina. Como exemplo de testemunha ocular, da seguinte forma o diplomata brasileiro Sergio Corrêa da Costa descreveu a atuação de Braden:

Segui muito de perto essa eleição, frequentei comícios, acompanhei o noticiário, ouvi o rádio atentamente, custando a acreditar em meus próprios ouvidos. **Não tinha notícia de intromissão tão desabrida de um diplomata na política interna do país ao qual estivesse acreditado.** Amigos meus, por certo a exemplo de milhares de argentinos, decidiram **votar em Perón exclusivamente para expressar repulsa à intervenção americana** (Costa, 2004, 302, grifos nossos).

No fim, Perón teve uma vitória de 54% contra 47% (Rock, 1986, p. 261). Em nível provincial, a vitória peronista se deu em todas as províncias – exceto Corrientes – além da maioria absoluta na Câmara dos Deputados e a totalidade dos assentos no Senado (Adamovksy, 2020, p. 176). Por fim, vale ressaltar que antes de entregar o mandato para o seu sucessor, Farrell não apenas interveio nas universidades – principal núcleo de oposição peronista –, mas como também estatizou o Banco Central e criou o *Instituto Argentino de Promoción del Intercambio* (IAPI), favorecendo a expansão da atuação do Estado (Romero, 1997, p. 124).

No dia 4 de junho de 1946, o *The New York Times* noticiou a posse de Perón, descrevendo a grande participação popular e o comprometimento de Perón, em sua fala inaugural, com a defesa intransigente da soberania; reformas sociais e trabalhistas e a livre iniciativa (The New York Times, 1946, p. 1-11). Ao assumir o poder, Perón encontrou o país com uma classe trabalhadora mobilizada e o apoio legislativo suficiente para iniciar seu programa de governo.

Da mesma forma, a situação econômica argentina era favorável, considerando que o país acumulou durante o conflito mundial amplas reservas de divisas, além de ter fortificado seu mercado interno durante o conflito mundial (Romero, 2007, p. 124). Nesse contexto, a prosperidade argentina inspirava-lhe a possibilidade da estabilização das relações com os

⁹⁵ PERÓN, Juan Domingos. **Libro Azul y Blanco**. 1 ed. Buenos Aires: [s. n.], 1946.

EUA – negociando em termos melhores a inserção em uma nova ordem internacional (Cavlak, 2008, p. 42).

Com relação à opinião dos Estados Unidos frente à eleição de Perón, é elucidativo a carta enviada por George Messersmith⁹⁶ – embaixador substituto de Braden, encarregado de suavizar as relações com o país platino – para o presidente Harry Truman. Nela, Messersmith informa que no discurso de inauguração do governo, Perón garantiu agir dentro da Constituição argentina e do processo constitucional. Segundo ele, “no seu discurso ao Congresso imediatamente após a posse, o Presidente enfatizou que a política do Governo Argentino seria colaborar plenamente com o quadro interamericano, colaborar com os Estados Unidos e cumprir suas obrigações dentro do sistema interamericano e seus compromissos relacionados a ele (Messersmith, 1946, p. 44)⁹⁷.

Inclusive, em sua carta relata que não interessa a nenhum dos dois países uma relação de atrito, principalmente no contexto da política internacional da época. Do lado argentino, a reaproximação das relações ocorreu em um contexto de entendimento de oportunidade por parte de Perón. Em contraste com o seu discurso inaugural, entre as primeiras medidas o governo⁹⁸ optou por diminuir a autonomia das províncias do interior em detrimento de Buenos Aires – inclusive interditando o poder em Corrientes em 1947, única província que ficou fora da zona de influência peronista – assim como centralizar e concentrar o poder no poder executivo – sendo exemplo a remoção dos quadros administrativos e judiciais (Romero, 1997, p. 124).

No plano econômico, foi dada centralidade na industrialização, além do fomento da distribuição de renda (Cavlak, 2008, p. 43). Do mesmo modo, o governo investiu as divisas acumuladas com a Grã-Bretanha para o pagar sua dívida e realizar diversas nacionalizações em setores como ferrovias, energia e gás (Pellegrino; Prado, 2019, p. 146). Segundo Taborda (1954, p. 50), o Plano Quinquenal foi um projeto de industrialização forçada que teve como base o incentivo do discurso belicoso peronista.

Durante o governo de Perón, os meios de comunicação foram utilizados para disseminar seu apoio político, fechando periódicos de oposição – como o *La Prensa* e o *La*

⁹⁶ MESSERSMITH, George S. [Correspondência]. Destinatário: Harry S. Truman. Buenos Aires, 30 out. 1946. Carta. Disponível em: < <https://catalog.archives.gov/id/205713917?objectPage=48> >. Acesso em: 25 set. 2023.

⁹⁷ [Tradução nossa]. No original em inglês: “In his address to the Congress immediately after his inauguration the President stressed that it would be the policy of the Argentine Government to collaborate fully in the inter-American picture, to collaborate with the United States, and to meet its obligations under the inter-American system and commitments in connection therewith”.

⁹⁸ Quatro fatos marcantes segundo Félix Luna (1986, p. 20-103) sobre a influência peronista no Estado no ano de 1946: I) Estatização do Banco Central; II) Criação do Instituto Argentino Para a Promoção do Intercâmbio (IAPI); III) Repatriação da dívida pública; IV) Nacionalização da *International Telephone & Telegraph* (I.T.T).

Nación. Na prática, Perón controlou os meios midiáticos como espaço de propaganda política, além incentivar “[...] filmes que mostrasse positivamente as mudanças causadas pelo peronismo” (Pellegrino; Prado, 2019, p. 146). Em 1949, Perón propôs uma nova constituição que não apenas incorporasse os conceitos do peronismo no Estado, mas como também criasse margem para sua reeleição (Adamovsky, 2020, p. 177).

Na visão de Romero (1997, p. 127-128), as declarações de soberania e direito dos trabalhadores abordados pela nova constituinte serviram de distração para o verdadeiro objetivo: possibilitar a reeleição. Ainda, esse esforço pode ser entendido como exemplo do intento de utilizar das ferramentas políticas para elevar o peronismo de um movimento político para as estruturas do Estado e sociedade argentina – inclusive se fazendo presente em materiais didáticos do ensino básico (Fausto; Devoto, 2004, p. 330).

Ainda em 1949 foi criado o Ministério da Saúde, sob chefia de Ramón Carrilo, com a realização de campanhas de saúde e vacinação em todo país. Além disso, se investiu na educação, principalmente no nível secundário e nas universidades, de modo a aumentar a presença de pessoas de origem trabalhadora (Adamovsky, 2020, p. 178). Por outro lado, no ensino superior os universitários se manifestaram contra a ingerência do governo nos quadros de professores (Romero, 1997, p. 128).

Porém, a partir de 1949 o governo começa a perder sua potência progressista, se tornando mais de acordo com a política internacional da época⁹⁹. Assim sendo, todo saldo acumulado durante a guerra fora gasto com a expansão dos gastos do Estado – compra de insumos, aumento do funcionalismo público, estatizações – os empréstimos norte-americanos vieram como forma de evitar que o país entrasse em recessão, devido os custos que da alta produção argentina (Cavlak, 2008, p. 47). No campo das políticas sociais, destaca-se a conquista dos direitos políticos das mulheres, influenciada pela atuação de Eva Perón.

Apesar de ter um discurso que frequentemente continha a conservação de estereótipos tradicionais (Adamovsky, 2020, p. 191), a figura de Eva Perón representou uma parcela da população marginalizada (Pellegrino; Prado, 2019, p. 146). Além de fundar a Fundação Eva Perón¹⁰⁰, também foi de sua autoria o Partido Peronista Feminino, integralmente composto por

⁹⁹ Isso ocorreu porque: “no início dos anos de 1950, quando a balança comercial entrou no vermelho, e a Inglaterra já não tinha as mínimas condições de vender insumos industriais para que a Argentina continuasse desenvolvendo as forças produtivas, sua economia recebeu um empréstimo de dólares norte-americanos” (Cavlak, 2008, p. 46-47).

¹⁰⁰ Essa fundação criada por Evita: “passou a ser responsável por obras assistências efetivas. Ao lado dessa atuação assistencialista, Eva abriu um importante espaço político de atuação, chegando ao ponto de fazer discursos em ocasiões decisivas. Seu poder e carisma tornaram-se lendários (Pellegrino; Prado, 2019, p. 146).

mulheres (Adamovsky, 2020, p. 191). As próximas eleições (1951) seriam as primeiras na história da Argentina em que mulheres participaram votando.

Desde o primeiro discurso oficial enquanto presidente, é possível perceber que Perón buscou construir um plano de governo equilibrado entre os valores do capitalismo e comunismo. Destarte, a política externa formulada por seu Chanceler, Juan Atilio Bramuglia, coaduna os principais vocabulários do peronismo (justiça social, independência econômica, soberania), sem propor um alinhamento automático aos blocos antagônicos na Guerra Fria (Costa, 2004, p. 305).

Próximo do fim do primeiro mandato, ao abrir as sessões ordinárias do Congresso Nacional em 1950, Perón afirmou que apesar da economia ter sofrido uma diminuição geral do comércio, a política de aproximação com os EUA possibilitou à Argentina evitar um problema econômico grave. Já em relação às forças armadas – principal sustentação do governo – garantiu que essas respondiam plenamente as finalidades do governo civil, permanecendo dentro de suas tarefas habituais (Perón, 1950)¹⁰¹. Se essa avaliação era inteiramente verdade durante o seu primeiro mandato, o mesmo não poderia ser dito no segundo.

O ano de 1950 representou um momento de virada na política peronista. Domesticamente, uma grande seca destruiu as colheitas, em um momento em que os preços internacionais baixavam no comércio internacional (Romero, 1997, p. 126-127). Os preços diminuíram pois desde 1948, fatores como excedentes de colheitas nos Estados Unidos, Canadá e Austrália – graças aos avanços tecnológicos e investimento estatal no campo – e a reestruturação da produção na Europa, fizeram com que aumentasse a oferta de produtos primários, causando uma retração na participação argentina no mercado mundial (Rapoport; Spiguel, 2009, p. 6).

Apesar das dificuldades econômicas, mesmo assim a popularidade de Perón garantiu sua reeleição em 1951 por mais de 63% dos votos¹⁰² (Cavlak, 2008, p. 48-49). A oposição, após a dissolução da União Democrática se reuniu sob o baluarte do antiperonismo e diante do último resultado eleitoral, começava a perceber que a derrocada de Perón não ocorreria por meios institucionais. Resumidamente,

¹⁰¹ PERÓN, Juan Domingos. **Mensaje del presidente Juan Domingo Perón al abrir las sesiones ordinarias del Congreso Nacional.** Argentina Histórica, 1950. Disponível em: <http://www.argentinahistorica.com.ar/intro_archivo.php?tema=8&titulo=17&subtitulo=57&doc=182>. Acesso em 12 de set. 2023.

¹⁰² Preservando a base de apoio no parlamento e nos governos provinciais (Idem).

As estruturas do poder construídas anteriormente começavam a ruir. **As reservas acumuladas durante a guerra terminaram**, impedindo que o governo fizesse novos investimentos produtivos na economia. Os capitais externos temiam o nacionalismo peronista e se distanciavam do país. Nesse quadro, era **muito difícil atender as novas reivindicações populares e manter as subvenções ao consumo** (Pellegrino; Prado, 2019, p. 148, grifos nossos).

Comparado aos anos iniciais do seu primeiro mandato, o ano de 1952 foi marcado pelo declínio econômico seguido de censura e repressão de manifestações que pediam o retorno aos padrões de consumo ulteriores (Donghi, 1993, p. 263-264). Os níveis de inflação aumentaram e, em resposta, o governo elaborou o Segundo Plano Quinquenal. Diferente do primeiro, esse incluía: “[...] uma série de racionamentos e tabelamento de preços, tentando conter a inflação que naquele momento se fazia presente de maneira incômoda” (Cavlak, 2008, p. 49). Em contraste marcante, o segundo Plano era inverso ao primeiro: favorecia o desenvolvimento da agricultura em detrimento da melhoria das condições trabalhista; assim como o investimento na indústria leve e pesada (Rock, 1986, p. 306).

No final de julho de 1952, Eva Perón faleceu aos 33 anos em decorrência de um câncer. A morte de um dos principais símbolos do peronismo deu origem a manifestações populares que se alastraram pela capital. Sua morte pôs fim a uma possível candidatura à vice-presidência, que apesar de ter sido recebida com interesse, encontrou resistência nos militares. Mesmo após a vida, Perón buscou utilizar da sua morte politicamente, tornando-a mártir dos *descamisados* (Rock, 1986, p. 307).

Com a dissolução da União Democrática e o enfraquecimento da UCR, se somavam ao antiperonismo a Igreja, Exército e parte dos sindicatos¹⁰³, que apesar de terem constituído a base de apoio que possibilitou a eleição de Perón, se distanciava conforme a classe média era mobilizada pelos intelectuais (Adamovsky, 2020, p. 192).

No segundo governo, a política externa se volta com maior ênfase aos países vizinhos. Em 1952 ocorreu a primeira reunião da Agrupação de Trabalhadores Sindicalistas (ATLAS), que desde 1947 tinha por objetivo promover o justicialismo na América do Sul, por intermédio dos sindicatos e diplomatas (Rock, 1986, p. 308). Contudo, como não havia uma classe operária consolidada na América do Sul, o órgão não angariou o apoio que se esperava. A ideia da aproximação regional tinha por objetivo fomentar acordos que favorecessem o desenvolvimento econômico argentino (Cavlak, 2008, p. 48-49).

Nesse mesmo contexto, se deu a proposição do Pacto ABC por Perón, que consistia em uma aliança entre Argentina, Brasil e Chile, de forma a criar um bloco de contraposição à

¹⁰³ No início de 1950 algumas greves ocorriam – como no caso dos ferroviários – mas nada que ameaçasse a política de Perón. Contudo, no mesmo ano Eva Perón adoecia, causando comoção popular (Cavlak, 2008, p. 48).

hegemonia norte-americana (Devoto; Fausto, 2004, p. 332). Entre as principais condicionantes da queda de Perón, destacam-se os conflitos com a Igreja, a resistência da classe média à peronização do Estado e a abertura econômica para o capital externo (Rapoport, 2003, p. 496). A política de contenção de gastos contida no Segundo Plano Quinquenal corroeu a base de apoio peronista, que ao conter a inflação optou por diminuir o consumo doméstico, assim como buscar o desenvolvimento das tecnologias por intermédio do capital internacional. Diante da crise econômica, protestos sindicais ocorreram com frequência mobilizados pela oposição antipersonalista.

Especificamente, entre 1950 e 1951 ocorreram greves entre ferroviários, operários da indústria açucareira e demais trabalhadores urbanos (Di Tella, 2017, p. 318). Não apenas, a busca por investimento estrangeiro – nominalmente norte-americano –, somado a participação de multinacionais no país fez com que Perón fosse criticado por sua base política como *vendepatria* – o ponto mais alto nesse quesito foi o acordo da exploração de petróleo pela empresa norte-americana *Standart Oil*, em 1955. Todavia, o Plano foi incapaz de lidar com a inflação e retornar o país a uma taxa moderada de crescimento (Rock, 1986, p. 309).

Além da questão econômica, o projeto de peronização do Estado e sociedade também foi outro ponto de descontentamento. Além do controle sobre o rádio e a imprensa no geral, o regime peronista se apoderou da educação primária e secundária (Romero, 1997, p. 128). Em 1953, um dos primeiros confrontos diretos entre peronistas e antiperonistas se deu em um atentado a bomba em meio a concentração de populares na Praça de Maio, causando várias mortes (Rock, 1986, p. 312). Em reação, os peronistas vandalizaram as sedes dos partidos opositores, considerados como centros da oligarquia antiperonistas. Ademais, conforme o peronismo avançava sobre as instituições sociais, a Igreja acabou sendo um refúgio para os antiperonistas.

As relações com a Igreja católica já vinham se deteriorando desde 1945, quando o peronismo tentava aproximar sua ideologia de uma religião¹⁰⁴ (Devoto; Fausto, 2004, p. 336). Em 1954, Perón acusou que estaria sendo organizado um Partido Democrata Cristão, justificando a sanção de uma série de leis entre 1954 e 1955 que caminhavam na direção de um Estado laico.¹⁰⁵ Os opositores utilizaram do ambiente de instabilidade gerado pelo confronto do governo com uma longínqua tradição cristã para se justificar o extremismo

¹⁰⁴ Como demonstra Rock (1986, p. 314), Perón equiparava o justicialismo como uma doutrina religiosa e os simpatizantes como fiéis. Além disso, em 1952 a Igreja se opôs energeticamente a uma campanha de canonização de Evita.

¹⁰⁵ A saber: lei de regularização do divórcio, eliminação da educação religiosa como matéria obrigatória nas escolas, entre outras (Di Tella, 2017, p. 318-319).

(Romero, 1997, p. 137). A ligação entre o descontentamento da Igreja com a reação das Forças Armadas se explica, em parte pela

[...] **ascendência ideológica direta da Igreja sobre os militares**, sobretudo no Exército, mas também sobre os nacionalistas católicos, muito influentes em certos círculos das Forças Armadas. **Num plano mais geral, o confronto acabou de afastar o peronismo das classes médias e médias urbanas, das quais provinha boa parte dos oficiais**, o que, por sua vez, aumentou a pressão social sobre eles. Uma das armas em particular, a **Marinha**, cujo corpo de oficiais era desde sempre **pouco simpático ao peronismo**, adotou uma posição quase de absoluta hostilidade (Devoto; Fausto, p. 336, 2004, grifos nossos).

Em 11 junho de 1955 na celebração de Corpus *Christi* devido ao contexto político, a manifestação religiosa tomou proporções de oposição ao governo (Pellegrino; Prado, 2019, p. 149). Esse evento serviu de ponto de encontro para unir tanto os católicos praticantes quanto os não praticantes que apenas ali estavam em oposição ao governo, totalizando cerca de cem mil pessoas (Rapoport, 2003, p. 486). Em 16 de junho, a CGT organizou uma manifestação em resposta, reunindo na Praça de Maio inúmeros trabalhadores apoiadores de Perón. Durante o evento, a Marinha – entre as forças armadas, a mais hostil ao Perón por ser próxima das elites tradicionais – bombardearam a Casa Rosada no intento de matar Perón, que não se encontrava no local. Como resultado, centenas de pessoas foram vitimadas pelo atentado (Di Tella, 2017, p. 318).

Em resposta, os trabalhadores, ignorando os pedidos de pacificação de Perón, partiram para o saque e queima das sedes da Igreja em Buenos Aires e Cúria¹⁰⁶. A CGT declarou greve geral e tentou mobilizar os trabalhadores para que montasse uma guerrilha de resistência, que a princípio fora incentivada por Perón. Nas palavras de Devoto e Fausto (2004, p. 336-337, grifos nossos):

Num primeiro momento, pressionado pelo Exército, renovou o ministério e anunciou medidas de conciliação nacional. Mas essa tática durou pouco, e em fins de agosto pronunciou na Plaza de Mayo seu mais exaltado discurso, conclamando seus partidários a eliminar os inimigos do peronismo, diretamente e por conta própria. Nessa mesma noite de 31 de agosto de 1955, foram incendiadas várias igrejas do centro de Buenos Aires, mas não da periferia, porque aquelas simbolizavam melhor o caráter oligárquico atribuído à cúpula católica.

Mas, em 16 de setembro simultâneos levantamentos de tropas militares ocorreram e entre eles, em Córdoba – a maior, liderada pelo general Eduardo Lonardi – e Bahía Blanca

¹⁰⁶ A repercussão internacional após o evento foi devastadora para o governo. Após o episódio, o Vaticano excomunga Perón. Além disso, as redes de notícia repudiavam a destruição dos templos (Rapoport, 2003, p. 486).

(Rock, 1986, p. 317). Os enfrentamentos e negociações entre os rebeldes e os generais simpáticos ao governo levaram Perón a renunciar, no que era o preâmbulo de uma guerra civil (Devoto; Fausto, 2004, p. 337). O movimento que derrubou Perón, denominado de Revolução Libertadora pelos seus autores, detinha o respaldo civil, uma vez que: “[...] contou com o apoio de quase todo o espectro político do centro até a esquerda e das entidades estudantis universitárias” (Di Tella, 2017, 320). No dia 22 de setembro, Perón parte ao exílio, inicialmente no Paraguai de Stroessner, depois para a República Dominicana de Trujillo e por fim, para a Espanha de Franco (Pellegrino; Prado, 2019, p. 149).

4.2. AS FORÇAS PROFUNDAS ENTRE 1946-1955

4.2.1 Forças profundas econômicas

No imediato pós-Segunda Guerra Mundial, a economia da Argentina era a mais próspera da América do Sul (Cavlak, 2008, p. 42). Alguns fatores que motivam essa afirmação são: a classe trabalhadora mobilizada pelos sindicatos; uma infraestrutura exportadora consolidada e um mercado interno sólido. Além disso, é digno de nota que logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, as nações europeias em reconstrução seguiram demandando as carnes e cereais argentinos (Page, 2014, p. 223).

Apesar disso, durante os primeiros anos do governo de Perón o seu foco estaria concentrado no setor industrial e urbano. Como ilustra Fonseca e Haines (2012, p. 1067), desde a chegada ao poder, Perón não buscou modificar as estruturas econômicas do país, mas sim viabilizar uma distribuição de renda. Dessa forma, enquanto o governo estimulava a indústria e subsidiava as necessidades dos trabalhadores urbanos em detrimento dos produtores rurais, que nos discursos de Perón e Eva eram negativamente categorizados como uma oligarquia egoísta (Donghi, 1993, p. 264).

Nessa linha, é preciso retomar a uma característica histórica do comércio argentino explorado com maiores detalhes no primeiro capítulo: a Relação Triangular. De 1940 em diante, se percebe que a parceria histórica com o Reino Unido não rendia os mesmos benefícios que anteriormente, tendo em vista o comprometimento dos britânicos com o esforço de guerra. Assim sendo, economistas perceberam necessário construir uma relação semelhante com os EUA. Porém, a dificuldade de se adentrar no mercado norte-americano transbordava insatisfação argentina do campo econômico para o político (Rock, 1986). Esse relacionamento histórico se manteve durante o governo peronista, de modo que no primeiro

mandato, Perón buscou desenvolver a indústria e promover o consumo urbano. Dessa forma, a Relação Triangular se manifestava em 1946:

Para avançar o desenvolvimento industrial, os argentinos necessitavam de matérias-primas, bens de capital e produtos manufaturados dos Estados Unidos; aos quais só podiam oferecer em troca era unicamente produção agropecuária que o país do Norte não requeria. A Inglaterra necessitava importar carnes e cereais da Argentina, porém não podia prover a ela de maquinaria e matérias-primas essenciais para o programa de industrialização que havia embarcado os argentinos (Page, 2014, p. 226, tradução e grifos nossos)¹⁰⁷.

Enquanto que por um lado a Argentina nutria saldos com o Reino Unido, por outro era devedor de dólares com os Estados Unidos. Logo, toda divisa que chegava na Argentina tinha como principal meta pagar a dívida com os norte-americanos (Page, 2014, p. 229). Essa situação – que não era nova pois já a encontramos desde o início do século – catalisou efeitos negativos para a economia argentina no pós-Segunda Guerra. Um dos principais atenuantes, foi o Plano Marshall, lesivo para as exportações Argentinas¹⁰⁸.

Em um primeiro momento, os argentinos imaginavam que suas produções agrícolas poderiam encontrar destino na compra e repasse desses produtos aos países europeus em reconstrução por intermédio da política de reconstrução norte-americana (Rapoport; Spiguel, 2009, p. 5). Contudo, com o tempo, a venda dos produtos agrários pelo Plano Marshall foi utilizado pelos estadunidenses como uma arma para pressionar o governo platino a adotar medidas que iam contra o projeto econômico peronista, como: políticas liberalizantes; diminuir o preço dos produtos primários; assim como o fim do *Instituto Argentino de Promoción del Intercambio* (IAPI) e demais restrições ao livre-comércio (Rapoport; Spiguel, 2009, p. 5).

O IAPI foi um instituto criado para centralizar a compra e venda das colheitas internacionalmente em momentos favoráveis. Entretanto, a criação de um instituto de centralização estatal de vendas foi rechaçada pelo liberalismo norte-americano. Sob outro aspecto, ao invés de beneficiar os produtores internos, rapidamente se transformou em uma organização burocrática que acabou servindo aos interesses particulares de grupos econômicos (Romero 1997, p. 126). Diante da negligência do setor rural, Perón, ao dar maior

¹⁰⁷ No original em espanhol: “Para lograr el desarrollo industrial, los argentinos necesitaban materias primas, bienes de capital y productos manufacturados de los Estados Unidos; lo que podían ofrecer a cambio era únicamente producción agropecuaria que el país del Norte no requería. Inglaterra necesitaba importar carnes y cereales de la Argentina pero no podía proveer la maquinaria y las materias primas esenciales para el programa de industrialización em que se habían embarcado los argentinos”.

¹⁰⁸ Tendo em vista que um dos efeitos do Plano Marshall foi inibir a demanda dos produtos agropecuários argentinos na Europa Ocidental, onde a Argentina buscava vender seus produtos em busca de dólares (Page, 2014, p. 229).

ênfase à indústria, aprofundada uma crise que já se manifestava em 1948, ao ir contra as forças profundas econômicas argentinas.

Foi só a partir de 1951 que a IAPI começou a dar prioridade à produção interna, buscando diversificar a economia rural e criar cooperativas (Rock, 1986, p. 307). A dificuldade de equilibrar esse setor, fez com que as relações com os latifundiários piorassem ainda mais, identificado por Perón e Evita como um dos inimigos declarados, a oligarquia (Devoto; Fausto, 2014, p. 331).

Entretanto, como visto durante esse capítulo, a impossibilidade de se negligenciar o agronegócio – tal como uma força profunda consolidada historicamente – fez com que durante o segundo mandato Perón lançasse o segundo Plano Quinquenal, que inverteu as prioridades econômicas do governo. Não obstante, a situação do campo se agravou após uma das maiores secas atingir a Argentina em 1951. Por outro lado, as sanções comerciais impostas pelos EUA obstruíram o acesso à importação de insumos necessários para a indústria (Adamovsky, 2020, p. 191).

No que tange os resultados concretos, entre 1945 e 1949 houve um crescimento dos salários reais dos trabalhadores urbanos de 60%, que se traduziam em um ciclo de aumento do consumo e crescimento industrial de pequenas e médias empresas, que por sua vez gerava mais empregos e salários melhores (Adamovsky, 2020, p. 177). Contudo, ao final do segundo governo peronista não houve crescimento na indústria, e a agricultura se recuperou 3% depois de uma queda de 15% em 1952. Com relação à balança de pagamentos, essa se encontrava em um déficit de \$240 milhões de dólares (Rock, 1986, p. 310).

4.2.2 Forças profundas demográficas

Nas palavras de Romero (1997, p. 122): “As classes médias de Buenos Aires ignoravam que, nos últimos anos e como resultado das migrações internas, se havia constituído ao redor da cidade um conjunto social com características muito diferentes daqueles do subúrbio tradicional”¹⁰⁹. Nesse período analisado, é perceptível que as mudanças demográficas não transformam apenas o espaço geográfico, como também o político, pois aludem para um cenário político difuso, onde as massas se contrapunham aos partidos

¹⁰⁹ [Tradução nossa] no original em espanhol: “Las clases medias de Buenos Aires ignoraban que, en los últimos años y como resultado de las migraciones internas, se había constituido alrededor de la ciudad un conjunto social de caracteres muy diferentes a los del suburbio tradicional”.

tradicionais de classe média descontente com a chegada de pessoas que destoava do argentino de origem europeia (Romero, 1997, p. 123).

Portanto, durante os dois primeiros mandatos de Perón se percebem progressos inéditos e regressos históricos em temas sociais. Com ênfase às populações marginalizadas como as mulheres, povos originários e os trabalhadores de classe baixa (os *descamisados*), que pela primeira vez receberam atenção em nível nacional.

Em 1946 os integrantes do povo *kolla* participaram de uma marcha de Salta até Buenos Aires para reivindicar a devolução de suas terras ancestrais. Em um ato não visto antes, Perón os recebeu com abraços na Casa Rosada, prometendo atender às suas demandas. Contudo, o que parecia ser a consolidação dos interesses dos povos originários na agenda nacional rapidamente se converteu em atritos. Após o encontro com Perón, os *kolla* se negaram a retornar apenas com uma promessa, o que fez com que a violência policial fosse utilizada para os obrigar a retornar a La Punta (Adamovsky, 2020, p. 181).

Ainda, em outubro de 1947, o povo *pilagá*, faminto após uma peregrinação pediu ajuda ao governo que respondeu com um comboio de alimentos que chegaram estragados em decorrência da demora. O resultado, foi a morte por intoxicação de cerca de cinquenta *pilagás*¹¹⁰. Apesar da pauta dos povos originários aparecerem pela primeira vez em nível nacional, são questionáveis as medidas concretas, levantando indagações sobre a real preocupação das autoridades para com essas populações historicamente negligenciadas.

Em relação à participação política das mulheres, como já mencionado, a atuação de Eva Perón contribuiu para que as mulheres pudessem votar e ser votadas pela primeira vez em 1951. Já os *descamisados* – que compreendiam trabalhadores urbanos e rurais – estão entre os mais favorecidos pela política peronista (Luna, 1995, p. 134).

Como mencionado nos capítulos anteriores, a industrialização na Argentina avançava, enquanto que a questão trabalhista seguia a reboque – onde turnos de 24 horas se tornaram comuns nas fábricas de Buenos Aires (Rock, 1985, p. 239). Nesse cenário, tanto os governos radicais quanto o regime militar não se interessaram pela questão trabalhista, fazendo com que a repressão fosse a forma mais comum de atenção a essa parcela da população. Além disso, quando surgiam greves a tendência era tomar o lado do empresariado.

Já na visão de Cattaruzza (2016, p. 187), o movimento trabalhista se encontrava dividido em dois focos no momento em que Perón chega à Secretaria do Trabalho: a) sindicatos mais consolidados nos setores de transporte e serviços e b) indústrias do interior menos organizadas sindicalmente, resultado do crescimento proveniente da substituição de

¹¹⁰ Idem.

importações que ocorria desde 1930. Contudo, a presença de lideranças comunistas era recorrente. Como já mencionado, Perón se valeu das reivindicações até então invisíveis de uma massa fragmentada e esquecida por governos anteriores como trampolim político.

4.2.3 Forças profundas do sentimento nacional

Perón percebeu que uma característica estrutural da Argentina poderia ser utilizada a seu favor: a fragmentação das massas. Por intermédio do discurso, almeja construir a imagem de presidente de todos os argentinos. Com relação aos símbolos nacionais, Perón encontrou na figura do descamisado, a representação do cidadão argentino. Esse ato desafiou as normas dominantes que enxergavam no branco intelectualizado – frequentemente pertencente à classe média – o verdadeiro símbolo de argentinidade (Adamovsky, 2020, p. 184).

Contudo, Perón não abordou explicitamente o afrodescendente como parte do seu grupo político, tendo em vista que este poderia prejudicar sua retórica de homogeneidade nacional. O que ocorreu, foi a utilização da figura do *criollo*, que durante o século XX esteve em disputa tanto pela esquerda quanto pela direita como símbolo da identidade nacional. Para a esquerda, remete ao herói rebelde e antioligárquico; para a direita, é exemplo de nacionalismo fundado nas tradições hispânicas e o valor emocional que tinha a figura do gaúcho. (Adamovsky, 2020, p. 172). A partir desse ponto é possível perceber que mesmo no governo que buscava sair da retórica tradicional, não possuía força suficiente para quebrar preconceitos racismo enraizados.

O fornecimento de políticas assistencialistas às populações marginalizadas por parte do governo teve como preço a adesão direta ou indireta ao peronismo – seja em relação aos sindicatos e grêmios, como ao próprio indivíduo. Nesse sentido, como observado por Silva (2010), a educação e promoção culturais foram centralizadas na mão do Estado durante a gestão peronista. A utilização da história nacional e seus símbolos pelo Partido Justicialista tinha por fim angariar apoio dos trabalhadores. A produção cultural, educação e propaganda política foram utilizados como ferramentas para se construir consenso político após a ruptura da G.O.U. Como observado anteriormente, Perón vai além da questão ideológica, de modo a utilizar das Estado para se manter no poder, demonstrando tendências totalitárias (Silva, 2010, p. 222-230). A tentativa de, por um lado, reivindicar a cultura popular e por outro equilibrar com os valores tradicionais constituiu um elemento de tensão que acompanhou o governo Perón do início ao fim (Adamovsky, 2020, p. 187).

4.3. ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA PERONISTA (1946-1955)

Em entrevista realizada por Rapoport, da seguinte forma o diplomata Hipólito Jesús de Paz definiu a política externa do período peronista:

A Terceira Posição não significava enfrentar as duas superpotências, mas sim alcançar uma política de razoável independência, obter maiores margens de autonomia, levando em consideração a situação peculiar da Argentina, que havia tido o Reino Unido como seu principal parceiro até a guerra, e agora via o eixo do poder se deslocar para os Estados Unidos, com os quais, pelo contrário, suas relações tiveram no passado aspectos conturbados, o que se agravou com a neutralidade na guerra, quando Washington puniu severamente a posição argentina. Um fato que se agravou posteriormente com a exclusão do Plano Marshall" (Rapoport, 2015, p. 307, grifos nossos)¹¹¹.

Formulada por Juan Atilio Bramuglia, no discurso essa orientação de política exterior buscava elevar ao plano das relações internacionais o justicialismo, ou seja, tentou universalizar a ideologia peronista, de modo a extrair da realidade argentina princípios de alcance universais (Costa, 2004, p. 305). Entre eles, a justiça social seria o equilíbrio dos interesses do capital com a humanização por meio da distribuição de renda (Adamovsky, 2020, p. 182).

Na prática, a Terceira Posição almejou expandir o leque de parceiros econômicos que fornecessem à Argentina os insumos necessários para a industrialização no contexto da Guerra Fria. Contudo, na realidade, essa orientação funcionava mais como perspectiva teleológica-filosófica do que um guia prático de ação, tendo em vista os obstáculos impostos pelos Estados Unidos. Nessa linha:

Por mais que a Argentina contestasse as diretrizes e o poder da potência hegemônica do continente, e assumisse sozinha posições audaciosas, sempre havia meios de contornar situações de eminente ruptura. Em algumas declarações, **Perón elogiou os Estados Unidos e os diversos foros internacionais criados no pós-guerra para tentar administrar as relações internacionais nos marcos do capitalismo** (Cavlak, 2008, p. 46, grifos nossos).

Em análise, Fonseca e Haines (2012, p. 1044) destacam que se por um lado o discurso em torno da independência ampliou a sustentação e convencimento do governo, de outro

¹¹¹ [Tradução nossa] no original em espanhol: "La Tercera Posición no significaba enfrentar a las dos superpotencias, sino lograr una política de razonable independencia, obtener mayores márgenes de autonomía, teniendo en cuenta la peculiar situación de la Argentina, que había tenido hasta la guerra como principal partenaire Gran Bretaña y ahora veía que el eje del poder se desplazaba a Estados Unidos, con el que, por el contrario, sus relaciones tuvieron en el pasado aspecto tormentosos, lo que se agravó con la neutralidad en la guerra, cuando Washington castigó duramente la posición argentina. Un hecho agravado luego con la exclusión del Plan Marshall".

gerou dificuldades em governar. Nesse sentido, dois dias após ser empossado, Perón restabeleceu relações diplomáticas com os soviéticos, utilizando-os não só como meio de adquirir maquinário pesado, mas como também contrabalançar a presença norte-americana (The New York Times, 1946, p. 1-11). Como evolução desse quadro, no segundo governo peronista (7 de fevereiro de 1953) o embaixador argentino Leopoldo Bravo se tornou o primeiro diplomata americano a ser recebido no Kremlin, para confirmação de um acordo comercial (Cavlak, 2008, p. 50). Ainda, se tratando das relações internacionais argentinas:

Além de haver estabelecido relações com a União Soviética, a Argentina reforçou no imediato pós-guerra sua presença na África do Sul e no Canadá, de onde chegou o primeiro embaixador acreditado no país. Em janeiro de 1946, o ministro das Relações Exteriores, Juan I. Cooke, expôs publicamente a orientação da política exterior argentina: adesão à política de boa vizinhança na América e à amizade com os Estados Unidos, rejeição a qualquer política intervencionista no continente (Cervo, 2001, p. 83-84, grifos nossos).

Apesar de utilizar de uma retórica nacionalista e anti-imperialista, esse nacionalismo não era xenófobo. Como Perón adotou medidas para evitar comparações com o nazismo, em 1949 colocou a Argentina entre os primeiros países do mundo a reconhecer o Estado de Israel (Adamovsky, 2020, p. 183). Durante o segundo governo, a Terceira Posição ameniza o discurso independente e volta com maior ênfase aos países vizinhos (Cavlak, 2008, p. 47). Exemplo disso, em 1952 ocorreu a primeira reunião da ATLAS, que desde 1947 tinha como plano promover o justicialismo na América do Sul através dos sindicatos e diplomatas (Rock, 1986, p. 308). Contudo, como não havia uma classe operária consolidada na região, o órgão pouco pôde fazer. Nesse meandro,

[...] a assinatura de um acordo como o ABC era vista como um modo de resistir à hegemonia norte-americana. Embora as relações da Argentina com os EUA estivessem atravessando uma fase de melhora, ao propor o ABC, o governo peronista não deixava de dar mais uma e suas ambiciosas cartadas, mostrando até que ponto podia chegar sua tendência a perseguir objetivos incompatíveis (Devoto; Fausto, p. 332, 2004, grifos nossos).

A ideia da aproximação regional tinha por objetivo fomentar acordos que favorecessem o desenvolvimento econômico argentino (Cavlak, 2008, p. 48-49). Nesse mesmo contexto se deu a proposição do Pacto ABC supracitado – consistia em uma aliança entre Argentina, Brasil e Chile, de forma a criar um bloco que de contraposição aos norte-americanos. Com relação aos resultados, segundo o diplomata Hipólito Jesús Paz, a Terceira Posição possibilitou: a) firmar a autonomia frente ao bloqueio econômico da

Espanha; b) buscar relações amistosas com a URSS; c) retórica voltada para democratização das Nações Unidas; adesão pragmática aos organismos criados em Bretton Woods; d) latinomaericanização da política externa, de modo a almejar a construção de um bloco regional; e) atuação relevante diante do bloqueio de Berlim de 1948 (Rapoport, 2015, p. 308).

Por último, um dos questionamentos a serem feitos que surgem durante o estudo é se a Terceira Posição teve influência sobre o Movimento dos Países Não-Alinhados, pois como aponta Cavlak (2008, p. 43): “[...] a política peronista se adiantava ao chamado movimento dos países não alinhados, que somente seria concretizado anos depois”. Em entrevista fornecida a Mario Rapoport e Graciela Sánchez em 1987, da seguinte forma o diplomata Ricardo Juan Sri respondeu quando questionado se a Terceira Posição influenciou o Movimento Não-Alinhado:

Eu acredito que passou um pouco despercebida naquele momento, não acredito que tenha muita atenção, mas hoje se tem porque se formou o Movimento dos Não-Alinhados e são maioria nas Nações Unidas. Porém naquele momento, quando Perón falava, as Nações Unidas tinham 51 membros, e eram em sua maioria os países ocidentais; África não existia, Ásia não existia, etcétera, **então os países da América Latina tínhamos uma posição mais tranquila, mais neutra, eu acredito que a política da Terceira Posição não teve ressonância no exterior** (Rapoport, 2015, p. 270-271, grifos nossos)¹¹².

Por outro lado, Guillermo Aníbal Speroni, sobre a mesma pergunta, fornece uma opinião diferente: “Embora os Não-Alinhados não queiram aceitar, é evidente. Me refiro aos que integravam inicialmente ao movimento e a Terceira Posição autêntica” (Rapoport, 2015, p. 286). A opinião antagônica de ambos diplomatas reflete uma divisão na literatura sobre o tema. Não há um consenso sobre o registro de influência direta ou indireta no Movimento dos Países Não-Alinhados. Todavia, por mais que fuja ao escopo do presente trabalho definir qual foi o primeiro país a formular uma terceira via entre o bloco Ocidental e Oriental, diante da análise empreendida durante a pesquisa, é possível afirmar que a Argentina, diante da particularidade de seu posicionamento geopolítico, trouxe ao nível da política externa conceitos que antecedem para não apenas a futura reunificação do movimento dos não-alinhados, mas também para o que viria a ser a Política Externa Independente, ensaiada pelo Brasil de Vargas. Essa primazia, em parte se deve a natureza da inserção internacional

¹¹² [Tradução nossa] no original em espanhol: “Yo creo que pasó un poco desapercibida en ese momento, no creo que tuviera mucho auge, ahora sí lo tiene porque se han formado los No Alineados y son mayoría en Naciones Unidas, pero en ese momento, cuando Perón hablaba, las Naciones Unidas tenía 51 miembros, y eran en su mayoría los países occidentales; África no existía, Asia no existía, etcétera, así que los países de América Latina teníamos una posición más tranquila, más neutral, yo creo que la política de la Tercera Posición no tuvo resonancia exterior”.

argentina e em outra, ao discurso peronista que coaduna valores em um mosaico de governos ao longo do século.

5. CONCLUSÃO

Colocando em perspectiva, três grandes momentos políticos podem ser definidos entre 1916 e 1955: os governos radicais (1916-1930); O governo da Concordância e transição para a G.O.U (1930-1946) e os dois primeiros governos peronistas (1946-1955). Utilizando das forças profundas como variáveis comparáveis, é possível entender empiricamente as continuidades e retrocessos entre cada uma.

Relacionado às forças profundas econômicas, percebe-se que a especialização da Argentina no modelo de exportação de bens primários condicionou a inserção internacional concomitantemente a uma fortificação da elite associada a esse modelo produtivo na política doméstica. Apesar de desde a crise de 1929 houverem avanços na indústria, essa desde os governos radicais tiveram um papel secundário, tendo seu desenvolvimento condicionado pelos lucros da exportação dos produtos primários. Exemplo da influência da elite latifundiária, foi a afirmação do Tratado Roca-Runciman, que conservava os interesses dessa classe ao mesmo tempo em que mantinha a posição da Argentina no comércio internacional. Relaciona-se a isso, a relação triangular como um dos condicionantes da política econômica argentina, que se fez presente durante todo o período.

Todavia, apesar das resistências, as indústrias foram aperfeiçoadas e o mercado interno, consolidado. As políticas adotadas por Pinedo durante a Concordância, à primeira vista inaugurou uma virada ao modelo econômico keynesiano, logo demonstrou suas limitações diante das raízes profundas do modelo econômico. Da mesma forma, do embate com os latifundiários, Perón encontrou resistência quando dedicou esforços no desenvolvimento industrial e redistribuição entre as classes populares, ocasionando sua queda.

Já em relação às forças demográficas, a urbanização e o crescimento populacional das classes minoritárias – como os povos originários; as mulheres; os trabalhadores urbanos e imigrantes no geral – se mostram cada vez mais presentes nas paisagens das grandes cidades. As desigualdades econômicas e sociais experienciadas por essas comunidades excluídas do jogo político podem ser vistas como uma insatisfação gradativa, que encontra maiores ressonâncias por intermédio do movimento trabalhista.

Além disso, como foi visto, a educação, o voto e o serviço militar funcionam como possibilidade de integração para as classes minoritárias. Ao mesmo tempo, por meio da chegada de refugiados espanhóis, anarquistas e comunistas são eventos que catalisaram as críticas ao governo da Concordância quando estes buscavam retroceder os direitos políticos

conquistados durante os governos radicais. Observando essa realidade, Perón, resgata o discurso de Yrigoyen, percebendo que o descontentamento de uma massa até então relegada à periferia poderia projetá-lo politicamente. Nesse sentido, trabalhadores, imigrantes, mulheres e povos originários foram fundidos pelo discurso peronista sob a égide dos *descamisados*, em oposição à oligarquia agropecuária. O impacto das forças profundas demográficas na política externa percebe-se através da necessidade na criação de novos empregos, que seriam realizados por meio da expansão das indústrias e da conquista de mercados latino-americanos. Com efeito, o ATLAS e o Pacto do ABC podem ser vistos como exemplos da influência direta das massas urbanas heterogêneas na política exterior.

Por último, se tratando das forças profundas do sentimento nacional, as forças políticas heterogêneas identificadas acima demonstraram como ameaça à elite latifundiária branca, que via com desconfiança políticas como o sufrágio universal masculino da Lei Sáenz Peña. Dessa forma, os intelectuais associados ao golpe que instaurou a Concordância foram imbuídos da missão de formular e disseminar uma identidade nacional que preservasse os valores tradicionais hispânicos. Para tanto, optou-se pelo reacionarismo histórico em torno da figura de Rosas. Seja o *criollo* ou o gaúcho, esse esforço de hegemonização cultural foi continuado – de maior ou menor medida – durante todo o período em tela. Mesmo sob a lógica supostamente inclusiva do discurso de Perón, o mesmo encontrou limitações ao incluir o negro, os indígenas e os pardos como partes integrante da identidade nacional.

Ao mesmo tempo, a educação pública foi responsável por disseminar os símbolos e ideias nacionais, mobilizando os sentimentos coletivos para a criação do ideal de Grande Nação, que dividiram espaço com a ideia da Argentina enquanto protagonista. Assim sendo, a partir da pesquisa realizada na presente monografia é elaborada a tabela (tabela 2) abaixo que relaciona cada variável com o período político correspondente:

Tabela 2 – as forças profundas argentinas (1916-1955)

	Governos radicais (1916-1929)	A Concordância e a G.O.U (1930-1946)	Governos peronistas (1946-1955)
Forças profundas econômicas	Preservação da neutralidade e do <i>status quo</i> em favorecimento do modelo agroexportador.	Manutenção das relações com a Grã-Bretanha (Tratado Roca-Runciman) e medidas econômicas keynesianas.	Priorização da elite industrial-urbana, distribuição de renda, revisão da relação triangular

Forças profundas demográficas	Urbanização, avanços e retrocessos dos direitos de classes periféricas (imigrante e trabalhador urbano) e início dos sindicatos	Centralidade do movimento trabalhista, migrações internas.	Avanços e retrocessos às populações marginalizadas (mulheres, povos originários, classe baixa).
Forças profundas do sentimento nacional	Conflito entre a assimilação ou não cultura local e a dos imigrantes.	Utilização reacionária da figura do gaúcho e do criollo.	<i>descamisado</i> como representação do cidadão argentino.

Fonte: figura dos autores (2023).

Portanto, as forças profundas não apenas identificam os condicionantes que se impuseram sobre os tomadores de decisão, mas como também destaca os processos diretamente relacionados com a política externa argentina. Com relação a esta, em junho de 1946 Spruille Braden descrevia que em relação aos Estados Unidos¹¹³:

Uma vez que **o problema de longo prazo, é em maior parte, consequência de características profundamente enraizadas do povo argentino e da tradição de sua política externa, talvez não haja uma solução rápida ou final**. Isso requer um programa na qual por um logo período de anos conquistemos o povo e o governo argentino em plena cooperação em um sistema interamericano fortalecido (Braden, 1946, p. 7, grifos nossos)¹¹⁴.

Após pincelar por meio das forças profundas algumas das características enraizadas da sociedade argentina mencionadas por Braden, faz-se necessário perceber quais eventos exógenos nortearam a política externa argentina no século XX. Para tanto, na sequência será apresentado os acontecimentos destacados como de maior relevância nos relatórios bienais feitos pela Chancelaria de 1932 a 1946¹¹⁵, e por fim, será apresentada uma tabela para fins de síntese.

¹¹³ BRADEN, Spruille. [Memorando]. Destinatário: Dean Acheson; Harry S. Truman. Washington, 22 jul. 1946. Telegrama. Disponível em: <<https://catalog.archives.gov/id/205713543?objectPage=42>>. Acesso em 24 ago. 2023.

¹¹⁴ [Tradução nossa] no original em inglês: “Since the long-term problem is in large measure a consequence of deep-rooted characteristics of the Argentine people and of traditional Argentine foreign policy, there can be no quick and final solution. It requires a program which over a period of years will win the Argentine people and government to wholehearted cooperation in a strengthened inter-American system”.

¹¹⁵ Como consta na descrição das *Memorias*, estas eram relatórios elaborados pela Chancelaria e apresentados ao Congresso Nacional a cada dois anos. O acesso aos documentos foi disponibilizado pelo Ministério das Relações Exteriores e Culto da Argentina. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/institucional/patrimonio/archivo-historico-de-cancilleria/acerca-del-archivo/memorias-del-ministerio>>. Acesso em: 15 de set. 2023.

O primeiro relatório que se tem acesso foi redigido por Carlos Saavedra Lamas, Chanceler durante o governo de Uriburu, abarcando o período de 1932 e 1933¹¹⁶. No relatório, destaca-se o prestígio exterior da Argentina diante do esforço diplomático de Lamas na resolução do conflito no Chaco. Segundo o mesmo, a prática estava em consonância com a tradição argentina de respeito, paz e colaboração internacional com os países na qual a Argentina mantém relações (Argentina, 1933, p. 2).

Sobre os anos de 1936 e 1938, durante o governo Justo, o Chanceler José María Cantilo reiterou a posição da Argentina enquanto defensora do direito internacional, preocupada com a preservação do direito de asilo frente a Guerra Civil Espanhola, assim como a política externa ativa frente a resolução do conflito boliviano-paraguaio (Argentina, 1938, p. 5-6). Entre 1939 e 1940 Cantilo desempenhou novamente a função de redator, dessa vez salientou a aproximação com os países latino-americanos, destacando a presença da Argentina no Congresso de Direito Internacional Privado de Montevideo (Argentina, 1939, p. 6). Além disso, é mencionada a Primeira Guerra Mundial como uma experiência dolorosa da qual a Argentina reforça a sua neutralidade em defesa dos interesses nacionais (Idem).

No governo de Ortiz, E. Ruiz Guinãzú descreveu os anos de 1940-1941 como período de manutenção das relações argentinas na América Latina e no exterior. Destacou a procura por novos parceiros comerciais, por meio da criação de representações diplomáticas no Japão, Canadá e um convênio para manutenção das comunicações com a Santa Sé (Argentina, 1941, p. 16). O mesmo autor, em 1943 deu ênfase à defesa da ordem continental e da política de colaboração e amizade após a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Contudo, reforça a manutenção da neutralidade como expressão da soberania argentina (Idem).

O primeiro destes remete ao governo Farrel, publicado em 1945. Nele, justifica-se o golpe da GOU como resposta aos eventos externos – nominalmente a queda de Castillo diante da tentativa de ruptura com o Eixo por pressões norte-americanas (Argentina, 1945, p. 4-8). Como anteriormente, a Chancelaria argumenta a neutralidade estar fundada em uma questão de soberania, porém não menciona diretamente o atrito com os Estados Unidos, afirmando concordar com os fins defendidos pelo mesmo, porém questionando os meios de geração do consenso (Idem). Diante das comemorações de Independência, o relatório faz um paralelo

¹¹⁶ ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. **Memoria**. Buenos Aires, 1933. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/institucional/patrimonio/archivo-historico-de-cancilleria/acerca-del-archivo/memorias-del-ministerio>>. Acesso em 9 de set. 2023.

entre esse momento histórico com a autodeterminação dos povos hispano-americanos em 1945 – em menção ao interesse argentino na liderança da América hispânica.

Já no relatório de 1945 – ainda governo Farrell – pela primeira vez destacam-se como norteadores da política externa assegurar o bem-estar, o direito e a liberdade de todos os habitantes do país. Essa afirmação, é realizada a partir de uma perspectiva da Segunda Guerra Mundial como uma revolução político-social¹¹⁷ Sem precedentes na história dos povos (Argentina, 1945, p. 11-14). Nesse mesmo relatório, sublinha-se a ruptura argentina com o Eixo, realizada no dia 25 de janeiro de 1944. Em relação a esta, afirma-se ter sido resultado de decisões internas – e não sob pressão norte-americana.

O último relatório que se enquadra dentro do recorte temporal da presente monografia, foi publicado durante o primeiro ano do governo de Perón, em 1946. Exemplificando o interesse de Perón em apaziguar as relações com os norte-americanos, afirma-se que nunca houve intromissão estrangeira na política ou nas eleições argentinas (Argentina, 1946, p. 11-19). Sob o mesmo objetivo, são feitas defesas do modelo democrático, do pacifismo e da soberania. As tradicionais referências à defesa do direito internacional, assim como à solidariedade latino-americana são retomadas, porém, em adição à necessidade de cooperação econômica (Idem) – que frequentemente no discurso peronista se manifesta por intermédio do conceito de justiça social. Por fim, em espécie de diagnóstico da política internacional da época, no relatório evidencia-se que a incidência do social sobre o político marca um novo período de profundas transformações em todos os países do mundo (Idem).

Reunindo as informações levantadas a partir dos relatórios da Chancelaria, com as análises estruturais feitas até então pela seguinte monografia, torna-se possível inferir alguns fios condutores da política exterior argentina, expostos no seguinte quadro (tabela 3).

Tabela 3 – Política externa argentina a partir dos relatórios da Chancelaria

Presidente (ano)	Redator	Eventos importantes	Norteadores da política externa
Governo Justo (1932-1938)	Carlos Saavedra Lamas, José María Cantilo	Pacificação do conflito paraguaio-boliviano; Guerra Civil Espanhola; início da Segunda Guerra Mundial.	Defesa do direito internacional ; cooperação com todos os povos ; fraternidade latino-americana.

¹¹⁷ Com base nos valores destacados pelo relatório, assim como a percepção sobre a Segunda Guerra Mundial, é possível perceber a influência do discurso de Perón.

Governo Ortiz (1939-1941)	José María Cantilo (1939-1940); E. Ruiz Guainázú (1940-1941)	Participação argentina em conferências de direito internacional; 1º convênio entre Argentina e a Santa Sé.	Defesa intransigente da neutralidade e da moral internacional; busca dos interesses interiores e exteriores da nação, fraternidade interamericana, cooperação universal .
Castillo (1942-1943)	E. Ruiz Guainázú (1942-1943)	Declaração de guerra brasileira e norte-americana ao Eixo; participação em conferências consultivas de emergência para a defesa do continente.	Defesa da ordem continental; colaboração e amizade com todos os países; proteção da unidade americana ; manutenção dos laços com países beligerantes.
Ramírez (1943-1944)	Almirante Storni* ¹¹⁸	Destaque para a mudança na administração nacional (golpe de 4 de junho); aproximação política com o Chile e Peru.	Valorização da independência; autodeterminação dos povos ; fraternidade humana; soberania; solidariedade americana, justiça.
Farrell (1944-1945)	General Gilbert*	Ruptura das relações com o Eixo em 25 de janeiro de 1944; Conferência de São Francisco.	Defesa da soberania ; harmonia continental; foco no direito internacional .
Farrel/Perón (1945-1946)	Juan Atilio Bramuglia*	Interferência de Braden nas eleições de 1946; fim da Segunda Guerra Mundial.	Defesa da soberania e do direito internacional; amizade latino-americana ; cooperação econômica em prol da justiça social .

Fonte: tabela elaborada pelos autores com base nos documentos da Chancelaria (2023)

Nos termos destacados, é possível perceber a recorrência de três principais: a) defesa da soberania, b) defesa do direito internacional, c) ideal de proximidade e liderança entre os países latino-americanos.

A visão de uma Argentina soberana foi cultivada através de séculos enquanto uma grande potência – como ilustrado por Escudé (1995) – persiste como uma característica estrutural do país. Relacionada a essa, a independência econômica remete às promessas a um ideal perseguido desde as origens da Argentina enquanto Estado-nação. Portanto, ambos podem ser vistos como fios condutores da política externa argentina. Ainda, enquanto país periférico atrelado à geopolítica da América do Sul, a Argentina buscou se constituir nas relações internacionais como defensora do direito internacional. O recurso aos acordos,

¹¹⁸ Diferentemente dos outros anos, os nomes destacados não são creditados nos relatórios apresentados. Apesar disso, preenchemos com os nomes dos responsáveis pela pasta das Relações Exteriores, tendo em vista ser mencionado que o Chanceler é o encarregado por assinar a *Memoria*.

normas e costumes foi utilizado como apoio para perseguir os objetivos de política externa – como a manutenção das relações com o Eixo durante a Segunda Guerra Mundial.

No tocante às relações interamericanas, é válido salientar como precedente a resolução do conflito entre Paraguai e Bolívia, que não apenas fortificou o apego às normas internacionais, como promoveu o discurso de uma Argentina pacificadora com relação aos seus vizinhos. Contudo, apesar de retóricas expansionistas terem sido desenvolvidas por indivíduos relacionados ao governo, a ação armada não chegou à prática. Durante o século XX, a Argentina frequentemente buscou intensificar as relações latino-americanas quando a inserção extracontinental se provava difícil.

Por fim, se argumenta que a Terceira Posição, desenvolvida durante o governo Perón, aparece como aglutinadora de características já presentes entre 1930 e 1955, mesmo em meio aos grupos políticos heterogêneos – o que por sua vez confirma a presença das forças profundas. O peronismo retomou pontos explorados de Yrigoyen (harmonia das classes, a justiça distributiva); da Concordância (soberania, corporativismo, sociedade das massas); à G.O.U (modernização da indústria bélica, cooperação econômica latino-americana, militarização da sociedade). Desde o início da campanha de Perón, percebe-se que

[...] a escala nacional da própria campanha foi esboçada como um **enfrentamento entre grandes princípios absolutos**, que cruzavam toda a cena política: **a liberdade frente ao autoritarismo militar**, quando não em **frente ao fascismo**; **a justiça social frente ao privilégio**; **a soberania nacional frente a intervenção** de potências estrangeiras (Cattaruzza, 2016, p. 197, tradução e grifos nossos).¹¹⁹

Nessa perspectiva, ao se analisar a história da política externa argentina sob as lentes do longo-prazo, é possível perceber que os valores que compunham a Terceira Posição não são meramente invenção de Perón e seus aliados, pelo contrário, suas características são resultado de um acumulado histórico gerado por uma constante ação e reação do internacional com a sociedade argentina.

¹¹⁹ No original em espanhol: “[...] a escala nacional la propia campaña fue planteada como um enfrentamiento entre grandes principios absolutos, que cruzaban toda la escena política: la libertad frente al autoritarismo militar, cuando no frente al fascismo; la justicia social frente al privilegio; la soberanía nacional frente a la intervención de las potencias extranjeras [...]”..

REFERÊNCIAS

ADAMOVSKY, Ezequiel. **Historia de la Argentina**. 1 ed. Buenos Aires: Crítica, 2020.

ARGENTINA. **Convenio sobre crédito mutuo entre la República Argentina y el Reino Unido de la Gran Bretaña y el Norte de Irlanda**. Buenos Aires, 08 de Novembro de 1929. Biblioteca Digital de Tratados Disponível em: <<https://tratados.cancilleria.gob.ar/busqueda.php?consulta=si&modo=c&pg=4>>. Acesso em 28 de jun. 2023.

ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. **Memoria**: Tomo I (1932-1933) Buenos Aires, 1933. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/institucional/patrimonio/archivo-historico-de-cancilleria/acerca-del-archivo/memorias-del-ministerio>>. Acesso em 9 de set. 2023.

ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. **Memoria**: Tomo I (1936-1938) Buenos Aires, 1938. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/institucional/patrimonio/archivo-historico-de-cancilleria/acerca-del-archivo/memorias-del-ministerio>>. Acesso em 9 de set. 2023.

ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. **Memoria**: Tomo I (1937-1938) Buenos Aires, 1938. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/institucional/patrimonio/archivo-historico-de-cancilleria/acerca-del-archivo/memorias-del-ministerio>>. Acesso em 9 de set. 2023.

ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. **Memoria**: Tomo I (1939-1940). Buenos Aires, 1940. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/institucional/patrimonio/archivo-historico-de-cancilleria/acerca-del-archivo/memorias-del-ministerio>>. Acesso em 9 de set. 2023.

ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. **Memoria**: Tomo I (1940-1941). Buenos Aires, 1941. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/institucional/patrimonio/archivo-historico-de-cancilleria/acerca-del-archivo/memorias-del-ministerio>>. Acesso em 9 de set. 2023.

ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. **Memoria**: Tomo I (1942-1943). Buenos Aires, 1943. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/institucional/patrimonio/archivo-historico-de-cancilleria/acerca-del-archivo/memorias-del-ministerio>>. Acesso em 9 de set. 2023.

ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. **Memoria**: Tomo I (1943-1944). Buenos Aires, 1945. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/institucional/patrimonio/archivo-historico-de-cancilleria/acerca-del-archivo/memorias-del-ministerio>>. Acesso em 9 de set. 2023.

ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. **Memoria**: Tomo I (1944-1945). Buenos Aires, 1945. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/institucional/patrimonio/archivo-historico-de-cancilleria/acerca-del-archivo/memorias-del-ministerio>>. Acesso em 9 de set. 2023.

ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. **Memoria**: Tomo I (1945-1946). Buenos Aires, 1946. Disponível em:
<<https://www.cancilleria.gob.ar/es/institucional/patrimonio/archivo-historico-de-cancilleria/acerca-del-archivo/memorias-del-ministerio>>. Acesso em 9 de set. 2023.

ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. **Memoria**: Tomo I (1955-1958). Buenos Aires, 1958. Disponível em:
<<https://www.cancilleria.gob.ar/es/institucional/patrimonio/archivo-historico-de-cancilleria/acerca-del-archivo/memorias-del-ministerio>>. Acesso em 9 de set. 2023.

BANCO DE LA REPUBLICA: Biblioteca virtual. **Boletín del censo**, Pasto, p. 66, serie 1, número 4, 30 jun 1929. Disponível em:
<<https://babel.banrepcultural.org/digital/collection/p17054coll26/id/8178/>>. Acesso em 04 jun. 2023.

BEIRED, José Luis Bendicho. “A grande Argentina”: um sonho nacionalista para a construção de uma potência na América Latina. **Revista Brasileira de História (São Paulo)**, SP, n° 42, v. 21, p. 303-322, 2001. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rbh/a/Ymz5f74KcY3KCFBK679S8GQ/>>. Acesso em 12 ago. 2023.

BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: A América Latina após 1930 – Economia e Sociedade**. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRADEN, Spruille. **[Memorando]**. Destinatário: Dean Acheson; Harry S. Truman. Washington, 22 jul. 1946. Telegrama. Disponível em:
<<https://catalog.archives.gov/id/205713543?objectPage=42>>. Acesso em 24 ago. 2023.

CASTRO, Jorge. **La visión estratégica de Juan Domingo Perón**. 1 ed. Buenos Aires: Distal, 2012.

CATTARUZZA, Alejandro. **Historia de la Argentina 1916-1955**. 3 ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2016.

CAVLAK, Iuri. **A política externa brasileira e a Argentina Peronista (1946-1955)**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2008.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Nation & State in Latin America: political language during independence**. 1 ed. Nova Iorque: Routledge: 2017.

COMPAGNON, Olivier. **O adeus à Europa: A América Latina e a Grande Guerra (Argentina e Brasil, 1914-1939)**. 1 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

CONIL PAZ, Alberto; FERRARI, Gustavo. **Política exterior argentina, 1930-1962** 1 ed. Buenos Aires: Círculo Militar, 1971.

COSTA, Maurício da Silva Drumond. **Nações em jogo: esporte e propaganda política em Vargas e Perón**. 1 ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

COSTA, Sergio Corrêa da. **Crônica de uma guerra secreta: Nazismo na América: A conexão argentina**. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

CRITICIZES our policy. Argentine Paper Calls Intervention in Nicaragua “Disquieting”. **The New York Times**, Nova Iorque, 6 jan. 1927, p. 5. Disponível em: <<https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1927/01/06/97223074.html?pageNumber=5>>. Acesso em 18 jul. 2023.

DAVIS, Harold E. HIPOLITO YRIGROYEN (1852-1933): The Argentine Man of Mystery, **World Affairs Institute**, Estados Unidos, n. 4, v.110, p. 275-282, 1947. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/20664509>>. Acesso em 12 jul. 2023.

DI TELLA, Torcuato S. **História social da Argentina contemporânea**. 2 ed. Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-461-historia_social_da_argentina_contemporanea>. Acesso em: 01 jun. 2023.

DONATIVOS em favor dos sobreviventes. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, 21 jan. 1944, p. 10. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=Per%C3%B3n&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=19140>. Acesso em 23 out. 2023.

DONGHI, Tulio Halperín. **The contemporary history of Latin America**. 1 ed. Estados Unidos: Duke University Press, 1993.

DORATIOTO. Francisco Fernando Monteoliva. A geopolítica platina da Argentina na Segunda Guerra Mundial. **Revista História São Paulo**, SP, v. 41, p. 1-21, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/6W4TbyBMFtRQ3Fw5zc9W39F/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 21 jul. 2023.

DULCI, Tereza M. S. **As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)**. 2008. Dissertação. (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30112009-110850/pt-br.php>>. Acesso em 18 nov. 2023.

DUROSELLE, J; RENOUVIN, P. **Introdução à história das relações internacionais**. São Paulo, SP: Difusão Européia do Livro, 1967.

DUROSELLE, Jean-Baptiste; KASPI, André. **História das Relações Internacionais: de 1945 aos nossos dias**. 15 ed. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009.

ESCUDE, Carlos. Un enigma: la “irracionalidad” argentina frente a la Segunda Guerra Mundial. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**, Tel Aviv, v. 6, n. 2, p. 5-33, 1995. Disponível em: <<https://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/1192>>. Acesso em 21 out. 2023.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Blue Book on Argentina**. 1 ed. Nova Iorque: Greenberg, 1946.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada**. 1. ed. São Paulo: [Editora] 34, 2004.

GENERAL assumes power as dictator over Argentina. **The New York Times**, Nova Iorque, 11 jan. 1919. [s. n.], p. 1. Disponível em: <<https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1919/01/11/issue.html>>. Acesso em: 23 jun. 2023.

HAINES, Andrés Ferrari; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo e política econômica: um cotejo entre Perón e Vargas**, Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, 1043-1074, dez. 2012.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¡HUELGA sangrienta! 5 muertos, 150 heridos, 2.000 detenidos. **El Orden**, Santa Fé, 8 jan. 1936, p. 1. Disponível em: <<http://www.santafe.gov.ar/hemerotecadigital/diario/2764/?page=1>> Acesso em: 4 jul. 2023.

JUVENTUDES de América. **La Nación**. Santiago, 17 jul. 1936. [s. n.], p. 3. Disponível em: <<https://culturadigital.udp.cl/index.php/lanacion/la-nacion-6583/>>. Acesso em: 4 jul. 2023.

KISSINGER, H. **A diplomacia**. 2 ed. Tradução Saul S. Geftter e Ann Mary Figheira Pérpetuo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999.

KLIER, John. **Pogroms**. The YIVO Encyclopedia of Jews in Eastern Europe, 2010. Disponível em: <<https://yivoencyclopedia.org/article.aspx/Pogroms>>. Acesso em: 23 jun. 2023.

LA REALIZACIÓN del plebiscito nazi provoco desordenes en BS. Aires. **El Orden**, Santa Fé, 11 abril. 1938, p. 1. Disponível em: <<http://www.santafe.gov.ar/hemerotecadigital/diario/3578/?page=1>>. Acesso em: 2 jul. 2023.

LLAMAMIENTO Argentino. **Caras y Caretas**. Buenos Aires, 03 mar. 1930. Banco Nacional de España, p. 5. Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bne.es/hd/es/viewer?id=a76cc371-8cbb-46ad-9e00-fb80336b7749&page=5>>. Acesso em 28 de mai. 2023.

LUNA, Félix. **Breve história dos argentinos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Brasil-Argentina, 1995.

MCMAHON, Robert. **Guerra Fria**. 1 ed. Porto Alegre: L&PM, 2012.

MESSERSMITH, George S. [Correspondência]. Destinatário: Harry S. Truman. Buenos Aires, 30 out. 1946. Carta. Disponível em:

<<https://catalog.archives.gov/id/205713917?objectPage=48>>. Acesso em 1 jun. 2023.

MONTALDO, Graciela; NOUZEILLES, Gabriela. **The Argentina Reader: History, Culture, Politics**. 2 ed. Estados Unidos: Duke University Press, 2002.

MROS, Günther Richter. **O Brasil nas guerras dos outros: uma história sobre o envolvimento brasileiro nas duas guerras mundiais e sobre o interesse nacional em meio a ressignificação sistêmica (1914-1919 e 1930-1945)**. 1 ed. Itapiranga: Schreibern, 2023.

O'CONNELL, Arturo. La Argentina en la Depresión: los problemas de una economía abierta, **Desarrollo Económico Revista de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, n. 92, v. 32, p. 479-514, 1984. Disponível em:

<<https://historiasocialargentinaunlp.com.ar/wp-content/uploads/2018/04/oconnell-arturo.pdf>>. Acesso em 10 jun 2023.

PELLEGRINO, Gabriela; PRADO, Maria Ligia. **História da América Latina**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PERON Is Installed as President; Puts Pact Action Up to Congress. **The New York Times**, Nova Iorque, 05 jun 1946. [s. n.], p. 1. Disponível em:

<<https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1946/06/05/issue.html>>. Acesso em: 23 set. 2023.

PERÓN, Juan Domingos. **Discursos de Juan. D. Perón**: Cátedra de Defensa Nacional. Argentina Histórica, 1944. Disponível em:

<http://www.argentinahistorica.com.ar/intro_archivo.php?tema=8&titulo=17&subtitulo=56&doc=163>. Acesso em: 09 out. 2023.

PERÓN, Juan Domingos. **Libro Azul y Blanco**. 1 ed. Buenos Aires: [s. n.], 1946.

PERÓN, Juan Domingos. **Mensaje del presidente Juan Domingo Perón al abrir las sesiones ordinarias del Congreso Nacional**. Argentina Histórica, 1950. Disponível em:

<http://www.argentinahistorica.com.ar/intro_archivo.php?tema=8&titulo=17&subtitulo=57&doc=182>. Acesso em 12 de set. 2023.

PAGE, Joseph A. **Perón: Una biografía**. 1 ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2014. Tradução de Martha Gil-Montero.

RAMOS, Jorge Abelardo. **História da Nação Latino-americana**. 2 ed. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

RAPOPORT, Mario. **História económica, política y social de la Argentina (1880-2000)**. 2 ed. Córdoba: Macchi Grupo Editor, 2003.

RAPOPORT, Mario (et al). **Historia oral de la política exterior argentina (1930-1966)**. 1 ed. Buenos Aires: Editorial Octubre, 2015.

ROCK, David. **Argentina 1516-1982: From Spanish Colonization to the Falklands War**. 1 ed. Estados Unidos: Universidade da Califórnia, 1986.

ROMERO, José Luis. **Breve historia de la Argentina**. 1 ed. Buenos Aires: Eudeba, 1997.

ROMERO, Luis Alberto. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 2 ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

SAES, Alexandre Macchione; SAES, Flávio Azevedo Marques de. **História econômica geral**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SARLO, Beatriz. **Tempo Presente: notas sobre a mudança de uma cultura**. 1 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SILVA, Paulo R. da. Peronismo e cultura: o Primeiro Congresso de Bibliotecas Populares da Província de Buenos Aires (1949). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 222–234, jul. 2010. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/topoi/a/v7GjyS4XHn9VV5XvY9t3Z3m/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 01 nov. 2023.

SPIGUEL, Claudio; RAPOPORT, Mario. La Argentina y el Plan Marshall: promesas y realidades. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 52, n.1, p. 5-28, jun. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/8sYr7kfwbJSdW59xcjS9dKG/>>. Acesso em 08 nov 2023.

TABORDA, Raúl Damonte. **O Caso Perón: uma Conspiração Continental**. ed. 1. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Editora Globo, 1954. Tradução de Gilberto Miranda.

TATO, María Inés. **Viento de fronda: liberalismo, conservadurismo y democracia en la Argentina 1911-1932**. 1 ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2004.

TULCHIN, Joseph S. **América Latina x Estados Unidos: uma relação turbulenta**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

WELLES, Summer. **The Time for Decision**. 1 ed. Londres: Morrison and Gibb Limited, 1945.

ZANATTA, Loris. **Uma breve história da América Latina**. 1 ed. São Paulo: Cultrix, 2017.

70,000 HOMELESS in San Juan Quake. **The New York Times**, Nova Iorque, 18 jan. 1944, p. 1. Disponível em: <<https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1944/01/18/issue.html>>. Acesso em 23 set. 2023.